

INCOESÃO SOCIAL

ESTUDO SOBRE LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS
CERCADOS EM ARAPIRACA - AL

ALICE DE ALMEIDA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
DOUTORADO CIDADES**

ALICE DE ALMEIDA BARROS

**INCOESÃO SOCIAL:
ESTUDO SOBRE LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS CERCADOS
EM ARAPIRACA-AL**

**MACEIÓ
2022**

ALICE DE ALMEIDA BARROS

**INCOESÃO SOCIAL:
ESTUDO SOBRE LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS CERCADOS
EM ARAPIRACA-AL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do título de doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Suzann Flávia Cordeiro de Lima

**MACEIÓ
2022**

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

B277i Barros, Alice de Almeida.
Incoesão social : estudo sobre loteamentos residenciais cercados em Arapiraca-AL / Alice de Almeida Barros. – 2022.
203 f. : il. color.

Orientadora: Suzann Flávia Cordeiro de Lima.
Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 193-199.
Apêndices: f. 200.
Anexos: f. 201-203.

1. Edifícios residenciais fechados - Arapiraca (AL). 2. Coesão de grupo. I.
Título.

CDU: 728

ALICE DE ALMEIDA BARROS

INCOESÃO SOCIAL:
ESTUDO SOBRE LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS CERCADOS
EM ARAPIRACA-AL

Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL, área de concentração Cidades, como requisito final para obtenção do grau de doutor em Arquitetura e Urbanismo

Aprovada em 25 / 02 / 2022

BANCA EXAMINADORA:

Suzann Flávia Cordeiro de Lima

Orientadora Prof. Dra. SUZANN FLÁVIA CORDEIRO DE LIMA
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAUJO
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. WALTER MATIAS LIMA
Universidade Federal de Alagoas



Profa. Dra. CAROLINA PESCATORI CANDIDO DA SILVA
Universidade de Brasília



Prof. Dr. FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA
Universidade Federal de Pernambuco

DEDICATÓRIA

Primeiro agradeço a Deus! Conversei tanto Contigo em oração, obrigada por essa benção!

Minha mãe **Socorro**, Meu pai **Eraldo**, minhas irmãs **Andréa e Rafaela** e meu amor **Luiz** foram meu suporte, a luz na escuridão, fonte de amor sincero, suportaram crises de ansiedade para me acolher nas fases difíceis.

Minha orientadora **Suzann**, desde a graduação e até hoje é minha inspiração como mulher e professora. Durante o doutorado agradeço a paciência e a gentileza com que me acompanhou ao longo dos anos, me ensinando e alertando sobre a pesquisa.

Agradeço a banca de avaliadores, **Carolina, Flávio, Lindemberg e Walter**, o conhecimento que me transmitiram, as recomendações e sugestões foram essenciais para concluir a tese.

Ao prof. **Walter Matias** agradeço todos os textos enviados por e-mail, conversas de corredores e a tranquilidade que me disse “relaxe, tudo vai terminar bem”.

Abaixo decidi escolher um nome para representar cada grupo de pessoas importante para a realização e conclusão da tese.

Edler Oliveira, representa meu grupo de amigos, aqueles que me ouviram e me acalmaram para que eu pudesse concluir o trabalho com tranquilidade, confiaram em mim e no meu potencial.

Renata Torres, representa o grupo de professores da UFAL, campus Arapiraca, meus colegas concordaram com o meu afastamento para elaborar a tese e graças ao tempo afastada pude cumprir disciplinas e realizar a pesquisa de campo.

Patrícia Barros, representa o grupo de participantes da pesquisa, aqueles que autorizaram minha entrada nos LRCs e aqueles me receberam em suas casas e aceitaram participar da entrevista.

Alai Brito, representa o grupo de funcionários da secretaria de desenvolvimento urbano (em 2019) da prefeitura municipal de Arapiraca, o grupo cedeu informações muito importantes para a pesquisa.

Muitos foram os humanos que me ajudaram a concretizar a tese de doutorado, mas foram muitos gatos que ajudaram a fortalecer minha saúde mental: Tadeu, Francisca, Bernadete, Caju, Pisco e Lalo, minhas melhores companhias.

EPÍGRAFE

E dia após dia
A desconexão das pessoas com os rumos da cidade
Amplia a preocupação com o espaço individual
E reduz o interesse pelas necessidades coletivas
Menos aproximação. Mais distanciamento.
É possível mudar essa dinâmica?

RESUMO

Diante dos problemas que se tornam mais marcantes, trânsito, violência, degradação das vias e espaços de lazer, as construções de uso residencial inseridas em empreendimentos cercados estão em crescimento nas cidades. Dentre os aglomerados residenciais podem ser citados os loteamentos e condomínios. A modalidade aqui estudada é o loteamento residencial cercado (LRC), ele é resultado do parcelamento do solo sendo delimitado por barreiras que regulam o acesso de não-moradores. Para dentro dos muros do LRC dinâmicas sociais tomam forma e têm potencial de gerar a coesão social. Esta é a integração entre membros de uma comunidade conforme a presença e intensidade dos componentes que são parte de seu conceito. Neste trabalho cinco componentes são considerados: sociabilidade, participação, diálogo para resolver conflitos, confiança e satisfação com o lugar. Para investigar os componentes da coesão social foi necessário escolher uma cidade objeto de estudo que é Arapiraca no estado de Alagoas. Com a diversidade de estabelecimentos comerciais e de serviços, Arapiraca mantém antigos e recebe novos moradores vindos de outros municípios para estudo, trabalho e lazer. Estas questões levaram a cidade a receber um maior número de pessoas e foram necessários novos espaços de moradia dentre eles o LRC. A percepção da população sobre aumento da criminalidade e degradação dos espaços públicos para recreação encontrou na propaganda dos empreendimentos cercados o lugar considerado “ideal” para viver, um ambiente tranquilo e seguro. Entender a cidade foi parte da metodologia, esta abrange um processo desde o referencial teórico e pesquisa documental até as etapas realizadas no campo: observação e entrevista. As duas primeiras etapas auxiliam na compreensão e aprofundamento do tema com a consulta e análise de textos, legislação e mapas. A observação aproxima pesquisador e o espaço físico dos LRCs com o registro de pessoas, lugares e eventos observados considerando componentes da coesão social. A entrevista possibilita conhecer a vivência de alguns moradores no interior dos LRCs, questões sobre cada componente da coesão social foram postas para os entrevistados, as respostas indicaram que os componentes se mostram pouco intensos nas relações entre membros da comunidade e não possuem o potencial de gerar coesão social. Contata-se que entre moradores dos LRCs acontece a incoesão social em dois aspectos, o da negação da vida coletiva e o movimento para dentro, o desinteresse na convivência nas áreas comuns e o interesse em voltar-se para dentro, para a vida privada.

Palavras-chave: loteamento residencial cercado; coesão social; Arapiraca; incoesão social.

ABSTRACT

In the face of the problems that are becoming more marked, traffic, violence, degradation of the streets and leisure spaces, the residential constructions are inserted in house clusters, they are growing in the cities. Among the residential developments can be mentioned the allotment and gated Community. The modality studied here is the Gated residential allotment (GRA), law n°. 13.465 of 2017, it is the result of land subdivision being bounded by barriers that regulate the access of non-residents. Within the walls of GRA social dynamics appears and have the potential to generate social cohesion. This is the integration between members of a community according to the presence and intensity of the components, they are part of the concept of social cohesion. In this work five components are considered: sociability, participation, dialogue to resolve conflicts, trust, and satisfaction with the place. To research the components of social cohesion in GRAs it was necessary to choose a city as the object of study, Arapiraca in the state of Alagoas. With the diversity of commercial and service propoerties, Arapiraca maintain old and receives new residents coming from other municipalities for study, work, and recreation. These issues increased the number of people in the city and new living spaces were needed, among them the GRA. The population's perception of increased crime and degradation of public spaces for recreation found in the advertising of the surrounded allotments the place considered "ideal" for living, a peaceful and safe environment. Understanding the city was part of the methodology, the methodological construction covers a process from the theoretical reference and documentary research to the steps taken in the field work: observation and interview. The first two stages help to deepen the theme with the consult and analysis of texts, legislation and maps. Observation brings the researcher and the physical space of GRAs closer together with the notes of observed people, places and events considering components of social cohesion. The interview makes it possible to know the experience of some residents inside the GRAs, questions about each component of social cohesion were asked to the interviewees, the responses indicated that the components show low intensity in the relationships between community members and do not have the potential to generate social cohesion. Social incohesion is perceived among GRA residents in two aspects, the negation of collective life and the movement inward, the lack of interest in living together in the common areas and the interest in turning inward, into private life.

Key-words: Gated residential allotment; social cohesion; Arapiraca; social incohesion

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Condomínio sem demarcação de lotes com distribuição de unidades autônomas em gleba única.....	26
Figura 2: Exemplo de loteamento conforme lei nº6766/1979.....	28
Figura 3: dois exemplos de condomínio de lotes de uso residencial.....	32
Figura 4: Cinco componentes da coesão social considerados na pesquisa.....	48
Figura 5: Urbanização em Divinópolis com destaque para os Condomínios Fechados.....	51
Figura 6: Os 23 empreendimentos cercados de Dourados	52
Figura 7: loteamentos e condomínios fechados até 2015 na cidade de Santa Cruz do Sul	54
Figura 8: Divinópolis (MG), Dourados (MS) e Santa Cruz do Sul (RS)	55
Figura 9: Conexão entre Arapiraca e a capital do estado Maceió	56
Figura 10: Mapa do estado de Alagoas com destaque para a o município de Arapiraca.	57
Figura 11: Notícia sobre relevância de Arapiraca na área do comércio.....	58
Figura 12: Mapa da Microrregião de Arapiraca	59
Figura 13: Base geral de ocupação de loteamentos por década em Arapiraca.....	60
Figura 14: A - Parque Urbano Ceci Cunha II e B - Mercado do Artesanato, C - Parque no Lago da Perucaba.....	62
Figura 15: Bosque das Arapiracas	63
Figura 16: A- planetário Casa da Ciência e B- Arapiraquinha (biblioteca)	64
Figura 17: Residencial Espace Arapiraca.....	65
Figura 18: A- Metropolitan – Business e Medical center; B- Hotel Ibis Arapiraca.....	66
Figura 19: Ilustrações utilizadas em mídia digital para divulgar LRCs em Arapiraca.....	69
Figura 20: Informações sobre o Perucaba Bairro Planejado	71
Figura 21: Demarcação dos Perímetros Urbanos de Arapiraca ao longo dos anos.....	74
Figura 22: Dimensionamento mínimo dos lotes.....	76
Figura 23: divulgação na mídia do Residencial Lorenzo Bernini e Flor de Maria	78
Figura 24: Mapa do perímetro urbano de Arapiraca com a implantação dos LRCs reconhecidos pela	80
Figura 25: Loteamentos de acesso controlado autorizados para a pesquisa de campo	83
Figura 26: Acesso principal Residencial Ouro Verde	84
Figura 27: Acesso principal Residencial Colibri.....	85
Figura 28: Acesso principal Residencial Parc Ville	86
Figura 29: Acesso principal Residencial Eldorado.....	87
Figura 30: Acesso principal Residencial Dona Carmélia.....	88
Figura 31: Acesso principal Residencial Belo Jardim.....	88
Figura 32: Acesso principal Residencial Cerejeira.....	89
Figura 33: Uso diverso nas proximidades do Res. Ouro Verde	97
Figura 34: Muro que delimita o Res. Ouro Verde.....	98
Figura 35: Projeto Urbanístico Residencial Ouro Verde.....	98
Figura 36: Interior do Residencial Ouro Verde.....	99
Figura 37: Vias de acesso e entorno do Res. Parc Ville	100
Figura 38: Espaço de recreação do Res. Parc Ville.....	101
Figura 39: Projeto Urbanístico do Residencial Parc Ville.....	102
Figura 40: Interior do Residencial Parc Ville.....	103
Figura 41: Vias de acesso e entorno do Residencial Colibri	104

Figura 42: Interior Residencial Colibri.....	105
Figura 43: Projeto Urbanístico do Residencial Colibri	105
Figura 44: Área de lazer concluída (imagens acima) e não concluída (imagem abaixo).....	106
Figura 45: Interior do Residencial Colibri.....	107
Figura 46: Fachada padronizada (esquerda) e personalizada (direita)	107
Figura 47: Uso diverso nas proximidades do Residencial Eldorado	108
Figura 48: Projeto Urbanístico Residencial Eldorado	109
Figura 49: Interior do Residencial Eldorado	110
Figura 50: Via de acesso Residencial Belo Jardim e Dona Carmélia	111
Figura 51: Res. Dona Carmélia com entorno delimitado por gradil	111
Figura 52: Projeto Urbanístico Residencial Dona Carmélia	112
Figura 53: Interior do Residencial Dona Carmélia.....	113
Figura 54: Delimitação do Res. Belo Jardim com gradil	114
Figura 55: Projeto Urbanístico Residencial Belo Jardim	115
Figura 56: Residencial Belo Jardim.....	116
Figura 57: Imagens Residencial Cerejeira.....	116
Figura 58: Marcação de vias principais no entorno do Res. Cerejeira	117
Figura 59: Projeto Urbanístico Residencial Cerejeira	118
Figura 60: Pontos comerciais no Residencial Cerejeira	119
Figura 61: Concentração de pessoas no Res. Ouro Verde, Eldorado e Colibri.....	120
Figura 62: Ouro Verde (A), Parc Ville (B) e Eldorado (C).....	121
Figura 63: Concentração de pessoas no Res.Colibri e no Res. Cerejeira.....	123
Figura 64: Concentração de pessoas no Res. Belo Jardim e no Res. Dona Carmélia	124
Figura 65: Belo Jardim (A), Dona Carmélia (B), Colibri (C) e Cerejeira (D)	125
Figura 66: Belo Jardim (A) e Dona Carmélia (B)	126
Figura 67: Características sociais percebidas nos LRCs	129
Figura 68: A)Residencial Eldorado, B)Residencial Parc Ville e C) Residencial Belo Jardim	130
Figura 69: Grupos de casas em relação ao padrão construtivo.....	131
Figura 70: Fachadas de exemplares de moradias	132
Figura 71: Exemplares de fachadas de moradias no A- Res. Cerejeira e B- Res. Belo Jardim	133
Figura 72: moradias prontas para venda no Residencial Cerejeira	134
Figura 73: Fachada da casa como entregue pela construtora (A) e personalizada (B).....	134
Figura 74: placas informativas nos LRCs	135
Figura 75: Trecho do Estatuto (Residencial Colibri) e trecho do Regimento interno (Residencial Eldorado)	136
Figura 76: Marcação das áreas de lazer no Residencial Ouro Verde	138
Figura 77: Destaque das áreas de lazer no interior do LRC	139
Figura 78: Marcação das áreas de recreação no interior do LRC.....	140
Figura 79: Informações gerais sobre a entrevista	142
Figura 80: Destaque para os lotes onde estão situadas as casas visitadas para a entrevista no Ouro Verde	144
Figura 81: Destaque para os lotes onde estão situadas as casas visitadas para a entrevista no Colibri.....	148
Figura 82: exemplo ilustrativo de proximidade física e distância social.....	159
Figura 83: Nuvem de palavra para Residencial Ouro Verde.....	160

Figura 84: Nuvem de palavra para Residencial Colibri	162
Figura 85: Melhorias resultantes da mobilização coletiva	163
Figura 86: Notícia relacionando pandemia e vende de imóveis em loteamentos alagoanos..	168
Figura 87: Matérias em mídia virtual sobre a convivência entre moradores no período de pandemia.....	168
Figura 88: Contaminação de covid-19 na comunidade	170
Figura 89: Notícia sobre aumento de denúncias de violência contra a mulher durante pandemia.....	171
Figura 90: Nos LRCs Colibri e Ouro Verde o Isolamento impacta a Sociabilidade.....	174
Figura 91: Relação entre Homogeneidade e Confiança	175
Figura 92: Relação entre a Regulação com Conflito e Participação	176
Figura 93: Conflito acontecido no Residencial Colibri	177
Figura 94: Áreas de lazer nos LRCs Ouro Verde e Colibri.....	178
Figura 95: Formação da palavra incoesão	183
Figura 96: Definição de incoesão social.....	184
Figura 97: Processo de elaboração do conceito de incoesão social.....	189

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características dos empreendimentos de acordo com legislação vigente	34
Quadro 2: Aspectos do capital social de acordo com autores dos últimos 20 anos	38
Quadro 3: Definição de coesão social em pesquisas após 2010.....	43
Quadro 4: Síntese sobre legislação vigente em Arapiraca	77
Quadro 5: Loteamentos de acesso controlado reconhecidos pela Prefeitura de Arapiraca.	79
Quadro 6: Aspectos socioeconômicos dos LRCs selecionados.....	90
Quadro 7: Técnicas de coleta de dados utilizados na pesquisa.	94
Quadro 8: Visitas para Observação realizadas em 2019	96
Quadro 9: Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Ouro Verde	99
Quadro 10: Elementos que foram observados nas visitas ao Residencial Ouro Verde.....	99
Quadro 11: Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Parc Ville	101
Quadro 12: Elementos observados durante a visita ao Residencial Parc Ville	102
Quadro 13: Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Colibri.....	104
Quadro 14: Elementos observados durante as visitas ao Residencial Colibri.....	106
Quadro 15: Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Eldorado.....	109
Quadro 16: Elementos observados no Residencial Eldorado.....	110
Quadro 17: Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Dona Carmélia	112
Quadro 18: Elementos observados no Residencial Dona Carmélia	112
Quadro 19: Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Belo Jardim....	114
Quadro 20: Elementos observados no Residencial Belo Jardim	115
Quadro 21: Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Cerejeira.....	118
Quadro 22: Elementos observados durante visitas ao Residencial Cerejeira.....	118
Quadro 23: Aspectos em comum das casas personalizadas	131
Quadro 24: Aspectos em comum das casas padronizadas.....	133
Quadro 25: Relação entre características sociais e componentes ares arquitetônicos nos LRC	141
Quadro 26: Primeiro bloco de perguntas realizadas na entrevista.....	143
Quadro 27: Legenda informando sigla para pesquisador e para entrevistado	143
Quadro 28: Recorte de uma pergunta e respostas de moradores do residencial Ouro Verde.	145
Quadro 29: Sobre morar anteriormente em um LRC	146
Quadro 30: Recorte de uma das perguntas da entrevista e respostas de moradores do Residencial Colibri	149
Quadro 31: regras exigidas em regimento interno citadas pelos entrevistados.....	152
Quadro 32: Recorte de uma pergunta e respostas de moradores do Residencial Colibri.....	156
Quadro 33: Frases para explicar a não participação das reuniões internas	161
Quadro 34: Recortes de respostas de parte dos entrevistados sobre confiança.....	163
Quadro 35: Relação entre componentes da coesão social e convivência entre moradores dos LRCS visitados	180

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Taxa de Série histórica da quantidade de CVLI por 100 mil habitantes, de 2011 a 2018	67
Gráfico 2: Tempo de moradia no LRC Ouro Verde	145
Gráfico 3: Vantagens e Desvantagens de morar em LRC	146
Gráfico 4: Tempo de moradia no LRC Residencial Colibri	147
Gráfico 5: Desvantagens citadas pelos moradores do Colibri durante entrevista	149
Gráfico 6: Conflitos na vizinhança do Residencial Ouro Verdde	151
Gráfico 7: Conflitos com pessoas A- de fora da vizinhança e B- da vizinhança	153

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	EMPREENDIMENTOS CERCADOS E AS DINÂMICAS SOCIAIS	20
2.1	O QUE É LOTEAMENTO E CONDOMÍNIO?	25
2.2	Loteamento Residencial Cercado (LRC)	33
2.3	Sobre o Capital Social	35
2.4	Coesão Social	40
3	ARAPIRACA: CIDADE MÉDIA E A VIDA INTRAMUROS	49
3.1	CIDADE MÉDIA BRASILEIRA: BREVE DEFINIÇÃO E EXEMPLOS	49
3.2	DIRECIONANDO O OLHAR PARA ARAPIRACA	56
3.2.1	A vida intramuros arapiraquense	66
3.2.2	Legislação e o loteamento Residencial Cercado	72
3.3	DESCRIÇÃO DOS LRCS SELECIONADOS PARA A PESQUISA	78
4	APROXIMAÇÃO DA REALIDADE INVESTIGADA	91
4.1	OBSERVAÇÃO – ATENÇÃO AO ESPAÇO HABITADO	95
4.1.1	Características sociais e elementos arquitetônicos	120
4.2	ENTREVISTA – PARA DENTRO DOS MUROS DOS LRCS	141
4.2.1	Questões gerais	143
4.2.2	Questões específicas	150
4.3	BREVES REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 E COESÃO SOCIAL	167
5	A INCOESÃO SOCIAL NOS LRCS	173
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
	REFERÊNCIAS	193
	APÊNDICE	200
	ANEXO A	201
	ANEXO B	203

1 INTRODUÇÃO

Despertou-se o interesse em estudar aglomerados residenciais delimitados por muros no mestrado, ao longo dos anos 2011 e 2012, momento no qual a construção desse tipo de empreendimento estava em constante crescimento em Maceió, Alagoas. A dissertação abordou como os moradores modificavam suas casas, interior e exterior, dentro dos condomínios fechados (assim nomeados na dissertação) para responder aos hábitos de morar da família. O contato com o tema, as leituras, visitas de campo mostraram que havia mais possibilidades de enxergar a realidade dos empreendimentos cercados e que poderiam gerar outras pesquisas diante de problemáticas que despontaram nos estudos, como a convivência entre moradores.

O tema desta tese trata sobre a convivência entre moradores de dentro de loteamentos residenciais cercados (LRC) e como este recorte do espaço urbano pode gerar relações socialmente coesas no seu interior. Percebe-se que o crescimento do número deste tipo de empreendimentos no Brasil vem expondo problemas a eles relacionados.

Um dos problemas, que atraiu a atenção ainda no mestrado e que foi observado nos anos seguintes, ao realizar visitas em diferentes loteamentos delimitados por muros, é que eles não são intensamente utilizados, no que se refere às áreas comuns. Estas áreas são voltadas para circulação, lazer e recreação e com frequência estavam vazias, não sendo encontrados grupos de pessoas reunidas para atividades. Percebe-se a necessidade de aprofundar a pesquisa, para compreender melhor como se dá a socialização entre moradores nos espaços comuns dentro do loteamento.

Assim como outros municípios brasileiros, Arapiraca aparece como mais uma cidade com a proliferação de áreas residenciais exclusivas para aqueles com potencial financeiro para arcar com os custos da vida intramuros. Estas áreas excluem os que não podem custear a moradia e lazer disponível no interior do loteamento cercado, com a criação de lugares que não podem ser acessados livremente na cidade. Diante do crescimento de loteamentos residenciais cercados nessa cidade alagoana, será fundamental para compreender a realidade de Arapiraca para construir a tese sobre este tipo de loteamento e as dinâmicas sociais em seu interior.

A tese da pesquisa é a de que dentro dos loteamentos cercados a relação de vizinhança entre os moradores é pouco frequente e intensa, repetindo intramuros problemas que já se encontram fora dos muros, que é uma menor convivência social e subaproveitamento de áreas comuns.

O objetivo geral é verificar a existência de coesão social entre moradores de loteamentos residenciais cercados (LRC), em Arapiraca, Alagoas, caso não exista, identificar que tipo de dinâmica se estabelece nas áreas comuns dentro desses espaços.

Acredita-se que a relevância da tese é a elaboração de uma articulação entre a leitura teórica sobre capital social e coesão social com aspectos metodológicos – com a organização sistematizada de aspectos que conformam a coesão social, bem como a organização de técnicas de coleta de dados, especialmente o roteiro da entrevista estruturada, que permitem a compreensão do fenômeno nos LRCs. A articulação teórica se tornou possível por meio de uma abordagem transdisciplinar e a interação com a Sociologia – desafio profundamente necessário para a compreensão da cidade enquanto fato urbano social.

Diante dos problemas que podem surgir resultantes da ocupação das cidades por LRCs, é essencial estar atento aos impactos negativos à sociabilidade entre os indivíduos. É possível pensar maneiras para tornar os espaços comuns, dentro dos LRCs, atrativos e utilizados e o próprio LRC se manter integrado ao seu entorno, evitando a desconexão com o restante da cidade. As áreas comuns possuem potencial de serem espaços de convivência, pois podem acumular capital social e assim gerar coesão social entre indivíduos. Os conceitos de capital social e coesão social são conceitos que proporcionam sustentação teórica à tese.

SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

Para aprofundar a compreensão sobre as palavras-chave que se destacam na pesquisa, foi necessário realizar uma revisão teórica do que foi produzido por outros pesquisadores antes do início da tese. As palavras-chave são: loteamento residencial cercado, coesão social e Arapiraca.

A definição de loteamento residencial cercado foi possível após consultar a legislação brasileira que apresenta regras para a ocupação do solo urbano por empreendimentos residenciais. As leis estudadas foram: loteamento resultante do parcelamento do solo (1979), atualização consta na Lei 9.785 de 1999, o condomínio de lotes (2017) e o loteamento de acesso controlado (2017), este último é o modelo em crescimento em Arapiraca, cidade objeto de estudo.

loteamento residencial cercado é uma modalidade de loteamento ocupado por construções de uso residencial e espaços comuns com áreas de recreação, encontra-se delimitado por barreiras físicas como muros e cercas, possui portaria com porteiro liberando a entrada para moradores e visitantes por eles autorizados. É comum a vigilância por meio de

câmeras registrando cenas em tempo real e funcionários de empresas de segurança privada que percorrem as ruas internas.

O conceito de capital social se mostra essencial para compreender a coesão social, logo o entendimento e apresentação de uma definição é fundamental antes de adentrar estudos sobre a sociedade socialmente coesa. Autores estudados para formular a definição de capital social foram: Bordieu (1985), Coleman (1990), Putnam (1993), D'Araújo (2003) e Zaluar e Ribeiro (2009), Santos e Baquero (2015), Leis; Cavalcante (2019). Estes autores apresentam em seus estudos explicações claras e que possibilitaram delimitar o que é o capital social nesta tese.

Pontos convergentes na definição estabelecida pelos autores possibilitam elaborar o conceito de capital social como sendo uma riqueza passível de ser acumulada coletivamente por um grupo que descobre afinidades e interesses comuns que os impulsiona a cooperar em busca de benefícios que sejam compartilhados por todos os integrantes do grupo.

A coesão social é explicada por diferentes autores no contexto internacional como Durkheim (1893) e Sampson, Raudenbush e Earls (1997), assim como em estudos nacionais, tais como, Almeida (2011); Moura et al., (2014); Ferrelli, (2016) e Turchi; Romanelli, (2019). Mesmo investigando realidades diversas foi possível identificar convergências entre os autores e definir o conceito de coesão social que será utilizado na tese. Em um lugar com acúmulo de capital social, onde pessoas identificam afinidades e interesses semelhantes e cooperam em busca de bens a serem compartilhados, há o potencial de gerar a coesão social.

A coesão social é a integração entre membros de uma comunidade, eles compartilham espaços, convivem, constroem laços de confiança e estão dispostos a aceitar normas para redução de conflitos. A integração entre os membros desperta o interesse em participar de ações, construindo condições favoráveis para alcançar melhorias coletivas. Autores destacam componentes da coesão social, foram selecionados cinco deles: 1-nível de conflito, 2-nível de sociabilidade, 3-participação na comunidade, 4-nível de confiança e 5-satisfação com o lugar. Quanto maior o diálogo para resolver conflitos, maior a convivência entre as pessoas, maior a participação, elos de confiança e satisfação com o lugar, maior a coesão social.

Arapiraca é o lugar de realização da pesquisa de campo e características sobre seu espaço urbano são necessárias para traçar seu perfil e entender os motivos que levam ao crescimento dos LRCs dentro de seus limites. Considerada uma cidade média, autores como Sposito (2007) e Oliveira et al. (2018) apresentam aspectos que aproximam Arapiraca desse conceito de cidade. Mais informações sobre Arapiraca constam na legislação municipal: Lei Orgânica (1990), Código de Obras e Edificações (2001), Plano Diretor (2006), não atualizado, e Parcelamento do solo (2011).

As pesquisas sobre cada palavra-chave formaram uma base de conhecimento sobre o tema, a partir desta base a tese propõe questões a serem discutidas relacionando as palavras-chave definidas.

TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

No que se refere às técnicas de coleta de dados, aqui são propostas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, observação e entrevista. A pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições de diversos autores que realizaram reflexões sobre o tema e definem conceitos essenciais, estes foram consultados em artigos, dissertações e teses.

A pesquisa documental se vale de materiais que não receberam tratamento analítico, tais como: legislação, reportagens de páginas de internet, desenhos técnicos, mapas etc. Sobre a legislação, destacam-se leis de uso, ocupação e organização urbana vigentes em Arapiraca e mapas cedidos pela prefeitura da cidade. Após acessar os documentos parte-se para o aprofundamento da leitura e análise das informações neles constantes buscando maior compreensão da realidade dos LRCs.

Antes de iniciar as visitas para observação foi necessário entrar em contato com representantes dos LRCs de Arapiraca, conseguir autorização para entrar poder circular no interior do loteamento cercado. Após autorização foram realizadas visitas em sete LRCs na cidade de Arapiraca para a observação: Residencial Ouro Verde, Colibri, Parc Ville, Eldorado, Dona Carmélia, Belo Jardim e Cerejeira.

A observação leva o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade e realizar registros do que está sendo observado, nesta pesquisa os registros escritos e fotográficos foram de três aspectos: 1-pessoas, que permaneciam e circulavam nas áreas comuns, 2-lugares, vias, passeios, praças e 3-eventos, ações e acontecimentos, os três observados dentro dos LRCs visitados. Aspectos que se relacionam com características sociais, são elas: isolamento, homogeneidade, regulação e organização, estas se materializam em elementos arquitetônicos, muros, grades, padrão construtivo das residências, distribuição de atividades no espaço, que possuem o potencial de interferir nos componentes da coesão social.

Mais uma técnica de coleta de dados é a entrevista, dos sete LRCs observados, em dois deles os moradores aceitaram conceder entrevista presencial, no Residencial Colibri e no Ouro Verde, a quantidade de participantes foi limitada diante da indisponibilidade de moradores que foram contactados. A entrevista foi realizada após a elaboração de questões gerais e específicas, as últimas estão direcionadas para captar respostas sobre 1-nível de conflito, 2-nível de

sociabilidade, 3-participação na comunidade, 4-nível de confiança e 5-satisfação com o lugar, são os cinco componentes da coesão social, considerados nesta tese de doutorado.

Os resultados das observações e entrevistas foram reunidos e analisados para serem inseridos no trabalho. A análise dos registros das observações, fotografias e respostas das entrevistas foi concluída em março de 2020, mês no qual a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou a elevação do estado da contaminação à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Diante dessa situação foi incorporado ao trabalho reflexões sobre a coesão social no período de isolamento na pandemia, isto foi feito como uma maneira de destacar que acontecimentos como a pandemia, por exemplo, possuem o potencial de interferir nas relações humanas, na coesão social, conceito importante para esta pesquisa.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Além da introdução exposta no capítulo 1, formam a tese mais quatro capítulos e a consideração final.

O capítulo 2 apresenta as definições dos modelos de condomínios e loteamentos de acordo com a legislação vigente no Brasil. Os modelos possuem características que os diferenciam e possibilitam não gerar confusões de compreensão sobre eles. Após apresentar os empreendimentos existentes, o foco é direcionado para uma modalidade específica o loteamento residencial cercado (LRC) e as dinâmicas sociais que acontecem no seu interior e no entorno imediato.

As dinâmicas entre moradores de dentro e fora dos LRCs podem gerar relações coesas, mas somente é possível gerar a coesão se o lugar acumular capital social. Para tanto, são apresentados no capítulo autores que pesquisam e definem capital e coesão social. Após o estudo da literatura produzida, são propostos os conceitos de capital e em seguida de coesão social que serão base para toda a tese.

A proposta é estudar LRC e coesão social em Arapiraca no estado de Alagoas, logo é necessário se aproximar da realidade da cidade, reunir e analisar informações sobre ela. Antes de chegar no lugar de estudo, mostra-se importante destacar outras cidades médias que vivem transformações similares à Arapiraca com o crescimento de LRCs, conectando o município alagoano com o contexto brasileiro.

Assim, o capítulo 3 apresenta cidades médias brasileiras com perfil e problemas semelhantes à Arapiraca. Em seguida destacam-se as características desta, as mudanças no espaço urbano com melhorias e problemas, dentre eles o crescimento de números de LRC, mapeando-os. Ao identificar os LRCs presentes na cidade, aproxima-se da vida intramuros

arapiraquense, da legislação urbana vigente relacionada ao uso e ocupação do solo por esses empreendimentos. O capítulo conclui com a descrição dos LRCs selecionados para a pesquisa dentre os identificados e parte-se para o capítulo seguinte com as técnicas de coleta de dados.

O capítulo 4 aborda a pesquisa de campo, destacando as técnicas de observação e entrevista. Ao explicar a etapa de observação de sete LRCs da cidade de Arapiraca, com base no olhar para pessoas, lugares e eventos, são expostas as características sociais e a relação delas com os elementos arquitetônicos e que impactam a coesão social. Ainda no mesmo capítulo constam informações sobre a entrevista com moradores de dois destes sete LRCs e análise das respostas para questões gerais e específicas sobre componentes da coesão social.

O capítulo 5 destaca o que foi percebido após o cruzamento de teoria e prática, como o conceito de coesão social se mostra na realidade dos LRCs de Arapiraca. Nessa parte do trabalho consta que a relação entre moradores dos LRCs observados e entrevistados se afasta da definição de coesão social e se aproxima de uma outra forma de convivência que é apresentada e explicada. A explicação tem como base o recorte da pesquisa: os LRCs selecionados e os participantes da pesquisa entrevistados.

2 EMPREENDIMENTOS CERCADOS E AS DINÂMICAS SOCIAIS

Os empreendimentos cercados são aqui considerados como agrupamento de moradias que está delimitado por muros de proteção e com portaria, nesta o funcionário controla o acesso de moradores e visitantes. Antes de direcionar o olhar para uma modalidade específica de loteamento, que é o loteamento residencial cercado, neste capítulo serão abordados problemas que se relacionam com os empreendimentos cercados como um todo e que impactam negativamente a dinâmica social, encontros e convivência entre indivíduos na sociedade.

É possível identificar algumas questões problemáticas comuns a implantação desses aglomerados urbanos cercados nos diversos perfis de cidades brasileiras, decide-se aqui destacar quatro dessas questões: 1-a intensificação do fenômeno da segregação; 2-a degradação do meio ambiente; 3-o esvaziamento dos espaços públicos e 4-diminuição do contato social (FREITAS, 2008).

A partir da leitura de Freitas (2008) é possível desenvolver os quatro aspectos descritos acima. 1-O fenômeno da segregação se dá no momento no qual pessoas de um mesmo perfil socioeconômico encontram-se reunidas para dentro dos muros do empreendimento, tornando-se isoladas de grupos que moram para fora dos muros. 2- A degradação do meio ambiente ocorre devido às ocupações indevidas de terrenos em áreas rurais para a construção de loteamentos e o descaso com reservas de proteção ambiental, que em muitos casos fazem parte da composição do empreendimento e não são devidamente preservadas. Também pode ser considerado o aumento da poluição resultado do uso intenso de veículos motorizados por parte de moradores e funcionários dos aglomerados residenciais.

3- O esvaziamento dos espaços públicos é resultado de um processo de redução do uso e permanência, para a convivência e realização de atividades de lazer, em áreas como: praças e parques, devido aos sentimentos como medo e insegurança de ações criminosas e violentas (FREITAS, 2008). Com a implantação dos empreendimentos cercados há um incentivo para que atividades de lazer se voltem para as áreas comuns internas em detrimento de sua ocorrência nos espaços públicos abertos. Há também uma redução da vivência da cidade por parte da população que mora intramuros, pois não caminha pelas ruas de fora dos muros e muitas vezes não permanece e utiliza os espaços públicos.

4- À medida que grupos decidem morar em loteamentos cercados, há uma tendência à diminuição do contato social (FREITAS, 2008, p.91), pois moradores passam cada vez mais tempo nestes espaços e somente circulam no exterior quando é realmente necessário. E, quando circulam, o fazem em veículos privados, isolados dos grupos sociais diversos do seu. Além das

quatro citadas acima, outras questões podem ser incorporadas ao investigar mais de perto cada cidade e suas particularidades, como o caso de Arapiraca, Alagoas.

Ao concluir a leitura sobre os quatro principais problemas que estão intrinsecamente relacionados com os loteamentos cercados, aquele que se destaca para entender os impactos à dinâmica social é a intensificação do fenômeno da segregação. Este fenômeno se mostra em destaque, pois pode ser considerado como um responsável por gerar outros dois problemas: o esvaziamento dos espaços públicos e a diminuição do contato social. Segregar é separar, isolar, evitar contato, uma pessoa ou grupo pode separar-se de outro por decisão própria ou ser forçado a isso, um grupo pode segregar-se na cidade junto daqueles com quem considera ter afinidade, semelhanças sociais e de condições econômicas.

O acúmulo de riquezas dos diferentes grupos sociais demarca fisicamente no espaço características sociais e econômicas da população, esse processo é citado na literatura sob o conceito de Segregação Socioespacial (SOUZA, 2005). A segregação acontece quando uma comunidade se encontra em um espaço demarcado fisicamente de outras, em muitos casos através da construção de barreiras, muros e cercas. Pode haver o distanciamento físico e o social, este último demonstrado com a redução da convivência entre indivíduos de dentro e de fora da comunidade, devido às diferenças culturais, econômicas e de hábitos. A segregação se materializa, por exemplo, em favelas, guetos e em forma de empreendimentos fechados.

O isolamento de uma comunidade dentro de um empreendimento cercado explicita no espaço a distribuição econômica desigual, pois esses aglomerados concentram benefícios em seu interior, infraestrutura (água, luz, esgoto), serviços (paisagismo, limpeza) e lazer que os moradores custeiam, pois consideram que a oferta pelo poder público não possui a qualidade de que necessitam. Aqueles que dependem exclusivamente da prestação de serviços da prefeitura moram em espaços de acordo com sua renda, em muitos casos a renda mensal está abaixo da exigida para ocupar loteamentos e condomínios exclusivos, logo habitam para fora dos muros, usufruem de bens e serviços públicos, muitas vezes precários e ineficientes. A ocupação da cidade, por parte desses diferentes grupos de indivíduos, gera as manifestações de tipos de segregação socioespacial.

Alguns autores citam, dentro do processo de segregação socioespacial, seus tipos: a forçada ou involuntária (SOUZA, 2008, p.57) e a autosegregação (SOUZA, 2008, p.73) ou voluntária (NEGRI, 2008, p.132). Os dois tipos de segregação são anteriores à existência de loteamentos cercados como uma maneira de separar a parcela da população pobre dos grupos mais ricos.

No primeiro processo, forçada ou involuntária, uma comunidade encontra-se apartada numa área da cidade por questões alheias a sua vontade. Um exemplo a ser citado é a locação de um conjunto habitacional em determinado bairro e as pessoas que irão habitar nele não o escolheram, elas são conduzidas para ocupá-lo, por meio de sorteio. Ainda que não haja infraestrutura e serviços necessários às condições dignas de habitabilidade, os indivíduos se estabelecem nesse lugar, muitas vezes isolados em áreas periféricas, sem oferta de transporte público para conduzir aos bairros centrais. Assim os moradores ficam aglomerados em áreas da cidade distantes dos centros e com serviço de transporte precário que dificulta a locomoção pelos diferentes bairros, segregando de maneira forçada determinado grupo.

No segundo processo, autosegregação ou segregação desejada ou voluntária, os indivíduos decidem o lugar onde irão ocupar e a maneira como irão se estabelecer, de acordo com suas necessidades e condições econômicas. Souza (2005) apresenta como exemplo da autosegregação o fenômeno protagonizado pelas elites urbanas desde períodos anteriores à construção de empreendimentos cercados para morar até os dias de hoje. O autor atribui essa busca da elite à diversos fatores.

Dentre os principais fatores levados em consideração estão: a paisagem urbana crescentemente marcada pela pobreza e pela informalidade; a deterioração das condições gerais de habitabilidade e qualidade ambiental nos bairros tradicionais devido a congestionamentos, poluição do ar; a mixofobia¹ (BAUMAN, 2009), o medo de se estar junto a estranhos; a busca de uma maior exclusividade social; eventualmente a busca de novos espaços que apresentem amenidades naturais (praças, parques, área de proteção ambiental) etc. Para Souza (2008, p.73) a autosegregação é uma solução escapista, representa uma fuga e não um enfrentamento dos problemas urbanos, no longo prazo pode colaborar para deteriorar a qualidade de vida da população de dentro e de fora dos empreendimentos.

Após compreender do que se trata a autosegregação e a segregação forçada, percebe-se que um dos resultados da segregação socioespacial é o surgimento de áreas na cidade ocupadas principalmente por grupos que reúnem aspectos econômicos e sociais similares e que em muitos casos não convivem com moradores de outro perfil socioeconômico. A convivência entre indivíduos com perfil social e econômico diferente se restringe às relações de patrão e empregado, cliente e prestador de serviço, por exemplo.

O grave problema que se encontra nesta situação é a diminuição de contatos e interação entre as pessoas que possuem características diferentes, tornando a convivência mais restrita e

¹ A mixofobia é o medo de conviver com estranhos, ainda que de maneira temporária. O medo de conviver, encontrar com estranhos e lidar com o desconhecido.

hesitante. Desperta-se a experiência do medo e da insegurança em meio aos espaços segregados. Sobre segregação socioespacial, Motta (2017, p.3) afirma:

A segregação é um fenômeno que, de modo geral, materializa espacialmente a divisão social em classes e que também requer uma análise criteriosa e complexa para o enfrentamento dessa questão. No entanto, podem existir situações em que ocorre proximidade física entre grupos sociais heterogêneos com forte estigmatização e separação simbólica entre ambas as partes ou distanciamento físico entre grupos homogêneos, o que complexifica o debate do tema.

Essa relação de aproximação e separação entre indivíduos, citada por Motta (2017), pode se materializar da seguinte forma:

- a) Proximidade física e proximidade social = quando os indivíduos moram a curta distância e convivem, compartilhando afinidade e hábitos;
- b) Proximidade física e distância social = ainda que morando a curtas distâncias, às vezes separados por um muro, os indivíduos não interagem socialmente;
- c) Distância física e distância social = moram distante fisicamente e não convivem.
- d) Distância física e proximidade social = moram distante fisicamente, mas as relações sociais ultrapassam o espaço da moradia e aproximam as pessoas durante a convivência no trabalho, academia, reunião na escola dos filhos etc. A proximidade social pode acontecer também devido às ferramentas virtuais disponíveis com a utilização da internet, que possui dentre outros recursos as mídias sociais.

O processo descrito acima pode ser visto no contexto da cidade considerando ou não os empreendimentos cercados. No caso desta pesquisa que trata sobre empreendimentos fechados, é possível visualizar as quatro relações descritas acima entre os espaços residenciais cercados, como condomínios e loteamentos, e o restante da cidade. A proximidade e distância, citadas acima, são muitas vezes demarcadas pela presença ou não de elementos defensivos, os muros, a guarita com a presença de porteiros, a vigilância privada circulando no interior, as câmeras, a cerca elétrica etc. Estes elementos conferem uma exclusividade criando restrições de acesso para aqueles que não habitam no interior.

A exclusividade do espaço pode levar a uma separação de parte da população que está do lado de fora dos muros. A exclusão acontece por meio de controle de acesso, restrição à circulação interna e utilização dos espaços comuns (praças e ruas, por exemplo) que dificulta e/ou impede os não-moradores de desfrutar do lugar. O controle e a restrição são definidos em regulamento, estabelecendo regras a serem seguidas e punições para o não cumprimento.

Os chamados enclaves fortificados de Caldeira (2000) e comunidades cercadas de Bauman (2003) partilham algumas características básicas: enfatizam o valor do que é privado

e restrito; são fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, e são controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras que devem ser obedecidas pelos que visitam e moram o lugar.

Um exemplo marcante de empreendimentos fechados é o Alphaville, ele está localizado desde a cidade de Barueri até Santana do Parnaíba, foi implantado em 1975, resultado da atuação da empresa urbanizadora Alphaville Urbanismo S.A. cuja fase de intensa atuação na região se deu de 1973 até 1994 (SILVA, 2016). O Alphaville Barueri-Santana do Parnaíba possui suas construções delimitadas por muros com controle de acesso e circulação interna restrita aos moradores e visitantes autorizados. Com a implantação do Alphaville em São Paulo, intensificaram as construções de mesmo perfil no restante do estado e em seguida dispersou-se pelo Brasil.

Os empreendimentos residenciais cercados foram inicialmente habitados pela parcela da população de alta renda, pois os valores de terrenos e casas eram inacessíveis para moradores com condições financeiras mais limitadas para o consumo. Os aglomerados urbanos possuíam vias pavimentadas, abastecimento de água, rede de esgoto, iluminação urbana e áreas para recreação. Os equipamentos de lazer (piscina, quadra esportiva etc.) oferecidos também eram responsáveis por elevar o valor da taxa de manutenção. Com o passar dos anos, com a grande quantidade de empreendimentos implantados e facilitação de financiamentos para compra de casas, morar em espaços residenciais cercados se tornou possível para as diferentes faixas de renda da população.

Os grupos sociais possuem a oportunidade de escolher o empreendimento que melhor se adequa às necessidades e condições econômicas da família, diante da oferta diversa no mercado imobiliário de espaços cercados para morar. A localização desses espaços é diversa, eles podem ser encontrados nos bairros mais próximos do centro, com oferta de serviços e infraestrutura de qualidade, e nos mais distantes, onde o entorno do empreendimento possui carência de equipamentos e serviços públicos. Os espaços cercados ou empreendimentos fechados foram assim intitulados, até o momento, para que fossem analisados de uma maneira geral junto à contextualização do crescimento da implantação desse modelo de morar.

A proposta foi compreender o crescimento dos empreendimentos residenciais fechados na configuração atual das cidades, estes podem ser loteamentos ou condomínios. Os modelos encontram-se construídos no Brasil e possuem aspectos que os diferenciam, as peculiaridades de cada modelo serão expostas a seguir.

2.1 O Que é Loteamento e Condomínio?

É comum ainda hoje a confusão entre termos que especificam os modelos de empreendimentos residenciais fechados por serem espaços com características semelhantes. Os aspectos similares entre os modelos incluem: presença de habitação, rede de abastecimento de água, esgoto, iluminação, equipamentos de recreação inseridos em uma área cercada por muros e equipamentos de segurança. Loteamentos e condomínios não são iguais e devem ser diferenciados para que fique esclarecido qual o modelo de empreendimento estudado nesta tese. Serão analisadas leis com informações que auxiliam na compreensão do assunto, são elas: lei nº 4.591 de 1964, nº 6.766 de 1979 e sua alteração com a lei 9.785 de 1999 e lei nº 13.465 de 2017.

As leis possuem exigências vigentes no território nacional, cada município deve elaborar leis específicas a nível local com informações que correspondam a realidade de cada um, mas respeitando a lei federal. Segue abaixo as explicações sobre as leis seguindo a ordem cronológica de suas publicações no Diário Oficial da União.

A lei nº 4.591 de 1964 dispõe sobre o Condomínio em Edificações e as incorporações imobiliárias. Na lei não há informações que levem à compreensão de dois aspectos: 1-é permitido o fechamento de loteamentos e condomínios com implantação de muros, guaritas e 2-é liberado restringir o acesso às pessoas autorizadas pelos proprietários das unidades. Mesmo com a ausência dessas informações, a lei foi utilizada pelos agentes urbanos (poder público, proprietários de terra, promotores imobiliários) para justificar a construção e para a regularizar loteamentos cercados que materializam os dois aspectos acima, nos anos seguintes.

A lei trata sobre “edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, destinadas a fins residenciais ou não-residenciais, poderão ser alienados, no todo ou em parte, e constituirá, cada unidade, propriedade autônoma” (BRASIL, 1964). Quando o proprietário de um terreno decide construir um condomínio de edificações, serão edificadas unidades autônomas, o proprietário de cada unidade autônoma (casa, apartamento, sala comercial) é coproprietário das áreas comuns (vias, áreas verdes, equipamentos). Na lei consta “a cada unidade caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do terreno e coisas comuns, expressa sob forma decimal ou ordinária” (BRASIL, 1964).

Essa forma tradicional de ocupação do solo urbano sem que haja o seu parcelamento, ocorre quando as edificações ou conjunto de edificações destinadas a fins residenciais ou não residenciais são construídas em um mesmo terreno sendo todos os equipamentos, vias de circulação, praças etc., propriedade privada dos condôminos (MODESTO, 2010, p.36).

Carvalho (2016) apresenta informações importantes sobre condomínios, trata-se de uma gleba única sem parcelamento formal, apenas terreno que será edificado com unidades construtivas. A propriedade é coletiva, cabendo a cada condômino uma unidade autônoma (habitação) e a fração ideal do terreno (áreas comuns). Ao compreender a lei e autores que detalharam as informações nela apresentadas, é possível concluir de maneira breve que o condomínio em edificações é um conjunto de unidades residenciais ou não-residenciais que não resultam de parcelamento de gleba única. O proprietário da unidade tem um domínio compartilhado das áreas comuns.

Utilizando a lei de 1964 os agentes urbanos autorizaram frequentemente a construção de condomínios fechados (exemplo de uso residencial na figura 1), gleba única ocupada por moradias e equipamentos de recreação, gleba delimitada por muros onde é implantada uma guarita no acesso para controlar entrada e saída de pessoas e veículos. As vias de circulação e áreas comuns são restritas aos condôminos e os visitantes por eles autorizados.

Figura 1 - Condomínio sem demarcação de lotes com distribuição de unidades autônomas em gleba única.





Fonte: Material de divulgação disponível em <https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/index.php/concurso-publico/concurso-2020/pss-003-2020/26-noticias/smih-infraestrutura-e-habitacao/1412-projeto-piloto-de-habitacao-iniciado-em-jaguariaiva-sera-levado-a-outras-cidades-do-parana> Acesso em abril 2020

A manutenção e melhoria do empreendimento se dá pela pessoa jurídica que administra o condomínio, conforme previsão em leis, contratos e convenção (CARVALHO, 2016, p.92). A equipe da administração é responsável por arrecadar a taxa mensal e direcionar valores para cuidados com as áreas comuns e soluções de problemas identificados no condomínio, contratando sempre que necessário prestadores de serviço para realizar as melhorias internas.

Faz parte do funcionamento do condomínio (horizontal e edifícios verticais) a elaboração de um regimento interno com exigências e proibições a serem levadas em consideração na vida dentro dos muros. As determinações constantes no regimento devem ser obedecidas por todos os moradores, visitantes e funcionários, com as devidas punições para o descumprimento das regras estabelecidas e aprovadas em reunião de condomínio. A lei que trata sobre condomínio de edificações estabelece a convenção de condomínio e o regimento interno:

Art. 9º Os proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários dos direitos pertinentes à aquisição de unidades autônomas, em edificações a serem construídas, em construção ou já construídas, elaborarão, por escrito, a Convenção de condomínio, e deverão, também, por contrato ou por deliberação em assembleia, aprovar o Regimento Interno da edificação ou conjunto de edificações (BRASIL, 1964).

Outra modalidade de empreendimento residencial é o chamado loteamento que é o resultado do Parcelamento do Solo Urbano regido pela lei nº6.766 de 1979. No artigo 2 dessa lei consta a seguinte definição: “considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes” (BRASIL, 1979). É exigido pela lei que as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, há uma integração do projeto urbanístico com o restante da cidade através da conexão entre os eixos de circulação, evitando impedimentos aos percursos (exemplo na Figura 2).

Figura 2 - Exemplo de loteamento conforme lei nº6766/1979



Fonte: Material de divulgação disponível em <https://blogs.autodesk.com/mundoaec/projetos-de-loteamentos/> acesso em setembro de 2019

O loteamento deve harmonizar-se com a topografia local e que junto a ele, sejam propostos equipamentos comunitários para a população. Os equipamentos comunitários públicos são aqueles voltados para a educação, cultura, saúde, lazer e similares, podem ser escolas, creches, postos de saúde, praças, dentre outros, para utilização dos moradores da cidade. São espaços de uso comum e devem obedecer às exigências constantes em lei:

Art. 17. Os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador, sendo, neste caso, observadas as exigências do art. 23 desta Lei (1979).

Enquanto no condomínio de edificações em edificações (1964) os proprietários são donos de uma fração ideal de todo o terreno, incluindo as áreas comuns, no loteamento os proprietários são donos apenas de seu terreno e moradia, sendo os espaços comuns de propriedade do município. As vias, equipamentos comunitários e áreas de lazer são de uso público, qualquer indivíduo pode usufruir, informação que já constava desde 1967 na lei 271: “desde a data da inscrição do loteamento passam a integrar o domínio público de Município as vias e praças e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos.” (BRASIL, 1967).

No loteamento resultante da lei de parcelamento do solo, a proposta era que as áreas públicas deveriam ocupar o mínimo de 35% da área total da gleba (BRASIL, 1979), o loteador poderia utilizar o restante para a marcação de lotes. Esta parte da lei de 1979 foi alterada com a lei 9.785 de 1999, nela consta no Artigo 4º: “I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem” (BRASIL, 1999). Ainda sobre a lei nº 6766/1979, consta a exigência de uma doação ao poder público em forma de ruas e praças, por exemplo, para o bem comum, permitindo que ao empreendedor seja garantido o direito de comercializar a propriedade/imóvel.

Cidades cujos planos diretores não são precisos nas descrições e caracterização de zonas, abrem caminho para decisões equivocadas para estabelecer as definições referentes às áreas públicas dos loteamentos. Na lei que altera a lei de parcelamento do solo consta: “A legislação municipal definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento” (BRASIL, 1999). Esta alteração transfere para cada município brasileiro a responsabilidade para definir as porcentagens de áreas públicas dos loteamentos com a justificativa de especificidades locais.

Questão importantíssima no que tange a gestão do uso do solo e a propriedade de terras nos municípios brasileiros. A transferência de responsabilidades pode ocasionar problemas e gerar prejuízos coletivos quando da implantação de loteamentos privados sem exigências claras quanto às áreas públicas - ruas, praças, equipamentos.

Ainda sobre loteamento, este deve possuir a infraestrutura básica para oferecer condições de habitabilidade para seus moradores. É a gestão municipal que possui a responsabilidade de direcionar as ações e avaliar os custos da implantação da infraestrutura.

Consta na lei nº 6.766 de 1979: “A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação”. É direito de todo o cidadão usufruir dos equipamentos e serviços implantados pelo gestor com recursos públicos nos loteamentos dispersos pela cidade.

O que tem acontecido ao longo dos anos é que esse direito de usufruto das áreas comuns tem sido limitado aos moradores dos lotes devido ao cercamento do loteamento. A lei 6.766 de 1979 não previa loteamentos fechados, mas promotores imobiliários têm se utilizado de mecanismos para fechar loteamentos com a permissão tácita do poder público municipal. Os loteamentos fechados nascem do parcelamento do solo conforme lei 6.766/1979, mas no processo da construção ou após sua conclusão são delimitados por barreiras físicas impedindo a livre circulação daqueles que não moram no loteamento. Além de barreiras como muros, cercas e gradis, são construídas guaritas, portaria com vigilância e controle de acesso.

O fechamento dos loteamentos acontece em alguns casos porque o setor de controle urbano e fiscalização da prefeitura não consegue acompanhar todas as construções da cidade. Há casos nos quais o poder público está ciente do processo de cercamento, mas não impede a conclusão e não exige a demolição das barreiras após serem erguidas. Assim em todos os casos a situação se torna normalizada. Esse modelo de loteamento fechado se materializa no momento no qual:

Os adquirentes de lotes no chamado "loteamento fechado", ignorando a situação de loteamento registrado com fundamento na Lei 6.766/79, muram toda a extensão do loteamento e, a partir desse fato, passam a cuidar das áreas de domínio público, como se fossem "bens de uso comum" (CASTEJÓN; MAIA NETO, 2010, p.10).

O loteador que delimita o loteamento com muros, privatizando as áreas públicas, em alguns casos, entra em acordo com o poder público e este concede direito de uso de bens públicos. Situação na qual o poder público delega o uso de bens públicos à particular, os bens públicos são destinados à utilização privativa através de ato administrativo concedendo o uso dos bens públicos (ruas, praças etc.) à associação de moradores. É um contrato entre a prefeitura municipal e a pessoa jurídica ou consórcio de empresas (BRASIL, LEI 8987/1995). Em outros casos o proprietário do loteamento acorda com o município que em troca de privatizar as vias e áreas de lazer no interior de seu empreendimento, cede terrenos em outra área da cidade para a prefeitura construir equipamentos públicos.

Os mecanismos acima aconteciam de maneira frequente no poder público municipal de Arapiraca, Alagoas, de 2012 até 2017, formas de proprietários de terra e promotores

imobiliários descumprirem leis e se utilizarem de influência política, direcionando ações do poder público para benefício próprio. Os mecanismos visavam construir áreas exclusivas na cidade proibindo a circulação de não moradores, quando estes não possuem autorização para entrar no espaço. Essa proibição de acesso ao interior do loteamento fere os direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos, especificamente o inciso XV do art. 5º da Constituição Federal: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (1988). Os moradores de qualquer parte da cidade possuem o direito de ir e vir no espaço urbano de maneira livre e democrática, qualquer ato que impeça vai de encontro à Constituição Federal.

A permissividade possibilita que empreendimentos desse tipo sejam disseminados e o estabelecimento dos loteamentos fechados seja tolerado pela população e gestão municipal. As leis analisadas (4.591 de 1964, nº 6.766 de 1979) eram utilizadas para justificar construções desse tipo até 2017 quando a lei 13.465 apresenta novas modalidades de empreendimentos residenciais. Após compreender condomínio em edificações, loteamento fruto do parcelamento do solo e loteamento fechado, a seguir será apresentado o condomínio de lotes.

A lei 13.465 de 2017 passa a vigorar acrescida da Seção IV: “DO CONDOMÍNIO DE LOTES”. Na lei 4.591/64, já citada anteriormente, o condomínio em edificações ou edifício não cria lotes, e sim unidades autônomas, vinculadas a uma fração ideal do solo e das áreas comuns. O artigo 1.358-A que consta na lei 13.465 de 2017 permite a criação de um condomínio de lotes, estes estarão vinculados a uma fração ideal das áreas comuns. A gleba única é dividida em lotes, o proprietário do lote também é coproprietário de uma fração ideal da área comum. A figura 3 apresenta dois exemplos de condomínio de lotes de uso residencial.

Figura 3 - dois exemplos de condomínio de lotes de uso residencial



Fonte: Material de divulgação disponível em: <http://www.conviverurbanismo.com.br/post/acesso> em setembro de 2021

As áreas comuns, todos os espaços de uso de todos os moradores, ruas, praças e equipamentos de lazer não são transferidas para o município, são propriedade privada pertencentes aos proprietários dos lotes.

Art. 1.358-A. Pode haver, em terrenos, partes designadas de lotes que são propriedade exclusiva e partes que são propriedade comum dos condôminos.
§ 1º A fração ideal de cada condômino poderá ser proporcional à área do solo de cada unidade autônoma, ao respectivo potencial construtivo ou a outros critérios indicados no ato de instituição.

§ 2º Aplica-se, no que couber, ao condomínio de lotes o disposto sobre condomínio edilício neste capítulo, respeitada a legislação urbanística.

§ 3º Para fins de incorporação imobiliária, a implantação de toda a infraestrutura ficará a cargo do empreendedor (BRASIL, 2017).

Uma modalidade de loteamento que é apresentada na lei 13.465 de 2017 é o loteamento de acesso controlado, é a primeira vez que o termo aparece na legislação brasileira e traz com ele a possibilidade de regularizar os loteamentos fechados até então construídos no Brasil. Informações sobre esta lei será detalhada na próxima sessão da tese.

2.2 Loteamento de Acesso Controlado (LAC)

Até meados do ano de 2017 não havia legislação específica regulamentando loteamentos cercados, um aglomerado de casas construídas em terreno delimitado por muros, com a presença em seu interior de vias, equipamentos de lazer e vigilância disponível para os moradores. A lei federal nº 13.465, aprovada em 2017, apresenta a nomenclatura loteamento de acesso controlado (LAC) ao incluir o parágrafo 8º no artigo 2º da lei de parcelamento do solo:

§ 8º Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, definida nos termos do § 1º deste artigo², cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados (BRASIL, 2017).

Conforme o descrito no parágrafo acima, o controle de acesso do loteamento é permitido, desde que regulado por ato do poder público municipal (ato normativo, administrativo, lei etc.). Cabe à gestão municipal estabelecer as regras para o controle, se a administração do loteamento obedecer às regras, o monitoramento e vigilância tornam-se legítimos. O controle citado impõe exigências para acessar, percorrer o interior e usufruir das áreas comuns por parte de visitantes e funcionários, assim é possível restringir ações para aqueles que não moram no LAC.

O que se compreende do trecho do parágrafo 8º do artigo 2 “sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados” (BRASIL, 2017) é que o LAC pode impor restrição à entrada e saída de pessoas e veículos. Aqueles que não moram no LAC, mas são identificados ou cadastrados tem acesso permitido, o que conduz à compreensão de que os indivíduos não identificados e não cadastrados são impedidos de entrar.

² § 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

Ainda sobre o LAC, de acordo com a lei 13.465/2017, não há informações sobre a autorização. Atualmente para entrar em um LAC o visitante (pedestre ou condutor de veículo), ainda que mostre uma identificação ou possua cadastro em lista na portaria, necessita de uma autorização para ter acesso ao interior do empreendimento. Autorização por parte de morador ou de representante da administração. Pela compreensão da lei, basta que o indivíduo se identifique ou esteja cadastrado em uma lista de visitante para adentrar o lugar, não exige uma autorização pelo morador.

A análise de parte da lei referente ao LAC tem como objetivo expor as principais características desse modelo de loteamento e sua diferença dos outros tipos de empreendimentos presentes no Brasil. O LAC é diferente do condomínio de edificações (BRASIL, 1964), no condomínio, os proprietários são donos de uma fração ideal de todo o terreno, incluindo as áreas comuns. Enquanto no LAC os proprietários são donos apenas de seu terreno e moradia, sendo os espaços comuns de propriedade do município (ainda que cercados e cedidos ao uso particular) ou de propriedade do dono do empreendimento, este cede para o município uma área fora do LAC para uso público.

O LAC também difere do loteamento de fato (BRASIL, 1979), de acordo com a lei de parcelamento do solo as áreas públicas, como as vias de circulação, praças e equipamentos comunitários são de uso público de toda os moradores da cidade, é o poder público que possui a responsabilidade de administrar e cuidar desses espaços. No LAC as áreas públicas são privatizadas ainda que sejam registradas como de propriedade do município. É a organização de moradores que se ocupa da manutenção e melhoria dessas áreas e o uso é restrito aos proprietários e aqueles que por eles são autorizados.

Para melhor visualizar as diferenças de cada empreendimento, segue abaixo o quadro 1 com as principais características de cada um deles, esclarecendo o modelo de LAC, objeto de estudo.

Quadro 1 - Características dos empreendimentos de acordo com legislação vigente

Empreendimento	Lei	Definição
Condomínio em edificação	nº 4.591 de 1964	Edificadas unidades autônomas, o proprietário de cada unidade autônoma é coproprietário das áreas comuns. Condomínios são fechados, no seu interior não há ruas, apenas vias de circulação e áreas comuns restritas aos condôminos. A cada unidade caberá uma fração ideal do terreno e coisas comuns. A manutenção e melhoria do empreendimento se dá pela pessoa jurídica que administra o condomínio

Loteamento segundo lei de parcelamento do solo	nº 6.766 de 1979	Subdivisão de gleba em lotes, os proprietários são donos apenas de seu terreno e moradia, sendo os espaços comuns de propriedade do município (ruas, área verde, equipamentos comunitários). As áreas públicas devem ser de uso coletivo, sem restrição de acesso. Loteamento aberto.
Alteração da lei de parcelamento do solo	Nº 9.785 de 1999	As áreas públicas (vias, equipamento urbano e comunitário, espaços livres) são definidas em lei municipal específica de acordo com zonas estabelecidas pelo plano diretor. 1-As áreas públicas internas ao loteamento podem ser cedidas ao particular e assim privatizadas e 2-o loteador pode ceder ao município terreno destinado ao uso público fora do loteamento, em troca de fechar as áreas comuns dentro do loteamento.
Condomínio de lotes	nº 13.465 de 2017	Divisão em lotes que são propriedade exclusiva e partes que são propriedade comum dos condôminos. As vias internas são privadas. A fração ideal de cada condômino poderá ser proporcional à área de cada lote, ao respectivo potencial construtivo ou a outros critérios indicados no ato de instituição. Condomínios são fechados.
Loteamento de acesso controlado	nº13.465/2017	Uma modalidade de loteamento na qual resultam lotes sob a forma de imóveis autônomos. O controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados. Vias públicas. Loteamento fechado.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

A presença desses empreendimentos nas cidades chama a atenção, pois alguns deles, como o condomínio de lotes e loteamento de acesso controlado, se materializam como espaços cercados. Estes resultam em mudanças urbanas com a construção de áreas fechadas, impactando a vida social com a separação de grupos, restringindo relações de vizinhança. As restrições às relações de vizinhança tendem a reduzir contatos sociais, com descobertas de afinidades e laços de confiança entre indivíduos dentro dos LRCs e na relação com moradores de fora dos LRCs, o que gera espaços com prejuízos às dinâmicas sociais.

2.3 Sobre o Capital Social

Quando se fala em dinâmicas sociais as pesquisas acadêmicas tomam rumos diferentes sobre o que será abordado, conceitos investigados para tratar das relações e integração entre indivíduos em um determinado grupo. Esta tese, a partir de estudos e aproximação com ideias

de autores consultados, tais como: Bordieu (1985), D'Araújo (2003) e Leis; Cavalcante (2019), decide direcionar a pesquisa para o conceito de coesão social, e assim compreender a convivência dentro dos LRCs arapiraquenses e a relação com o entorno. A definição de coesão social perpassa por outro conceito o de capital social e é este o ponto de partida para iniciar os estudos sobre as dinâmicas que acontecem envolvendo LRCs de Arapiraca.

O conceito de capital social é citado pela primeira vez em 1916 por Hanifan, nas décadas seguintes até a atualidade o termo continua sendo utilizado em pesquisas de maneira multidisciplinar com definições que convergem em alguns aspectos. Antes de apresentar a convergência entre autores, segue as principais ideias de cada um deles ao longo dos anos e que direcionam a elaboração de um conceito síntese para esta pesquisa.

Assim como os demais capitais, o capital social é uma riqueza passível de ser acumulada, não por um único indivíduo, mas por um grupo que detêm recursos que beneficiam o coletivo. O conceito é abordado por teóricos como Bordieu (1985), Coleman (1990), Putnam (1993), D'Araújo (2003) e Zaluar e Ribeiro (2009) que antecedem os últimos vinte anos e são citados a seguir de acordo com a compreensão sobre seus textos.

Dentro de um grupo o acúmulo de recursos sociais que facilitam o alcance de bens para o coletivo favorece a existência de capital social. De acordo com Bourdieu (1985), o volume de capital social possuído por um determinado agente depende do tamanho da rede de conexões que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por cada um daqueles a quem ele está conectado.

Para Coleman (1990), capital social é a capacidade de coesão interna de um grupo, é uma densidade socioestrutural que mantém as pessoas unidas dentro de uma comunidade. Existem vários aspectos que possibilitam o crescimento de capital social dentro de uma comunidade. O autor estabelece três aspectos que favorecem a construção do capital social: 1-obrigações, expectativas e confiabilidade nas estruturas; 2-canais de informação e por fim 3-normas e sanções efetivas.

Putnam (1993) afirma que à medida que uma comunidade apresenta 1-cultura cívica, 2-preocupação com o bem público e a 3-cooperação entre os indivíduos, há um maior comprometimento entre os membros de um grupo com as propriedades e espaços que pertencem a todos os cidadãos. A existência dos três aspectos e a intensidade da maneira que eles se apresentam na sociedade, resulta num fortalecimento dos laços entre os indivíduos e se traduz em capital social.

Um aspecto que é acrescentado por D'Araújo (2003), àqueles citados por Coleman e Putnam, para compor o capital social é a confiança existente entre os indivíduos. A confiança

é um dos elementos que incentiva ações integradas para o bem da coletividade, é o que permite o fortalecimento de relações para que a sociedade seja capaz de acumular capital social. Ainda sobre a confiança, a autora afirma que:

Depende, em suma, do capital social de cada sociedade, da capacidade de seus membros para interagir com confiança. Quando a desconfiança é grande, os indivíduos tendem a se proteger na família, na parentela, e, quando é pequena, permite a expansão de contatos horizontais e a ampliação dos negócios (D'ARAUJO, 2003, p.36).

Todos os aspectos que fortalecem a existência e acúmulo de capital social passam pela sociabilidade, Zaluar e Ribeiro (2009, p.178) afirmam que “a sociabilidade é o substrato a partir do qual se constitui ou não o capital social”. Sociabilidade enquanto característica do ser humano de viver em uma coletividade capaz de seguir formalidades e regras de comportamento. Nos últimos anos novos estudos são produzidos sobre o capital social com embasamento nos teóricos anteriores, formulando novas questões e alcançando resultados através de procedimentos metodológicos aplicados à realidade.

Cada teórico propõe os elementos do capital social baseado em seus estudos. Santos e Baquero (2015) têm como proposta mensurar o conceito em um grupo, através de questões que indagam aos integrantes sobre os níveis de confiança interpessoal, predisposição à participação e cooperação, solidariedade e organização de atividades. Assim é possível verificar qual a quantidade de capital social acumulado por um grupo de indivíduos. Quanto maior a confiança, participação, cooperação, solidariedade e organização nas ações dentro de um grupo, maior acúmulo de capital social e maiores os benefícios coletivos alcançados, visando a melhoria da vida em comunidade.

Bruch e Angnes (2018) expõem que o capital social pode ser compreendido como uma agregação de recursos que são ligados a uma associação, ou grupo, que permite a cada um dos seus membros o benefício do capital de propriedade coletiva. Não há um acúmulo individual dos recursos, cada membro do grupo participa junto aos demais visando melhorar as condições de vida de todos e não apenas de um integrante. Resultado de ações colaborativas, o lugar onde o grupo vive e os serviços utilizados devem ser melhorados para o usufruto de todos.

Sobre a afirmação de que não há acúmulo individual do capital social, as autoras Leis e Cavalcante (2019) explicam que essa negativa ocorre, pois este capital não está enraizado nos agentes, mas nas relações que estabelecem entre si, de modo que ninguém detém direitos de propriedade em relação ao capital social. As mesmas autoras também abordam o lado negativo da busca de benefícios coletivos, é que ao mesmo tempo em que um grupo facilita o acesso a certos recursos para seus membros, não trabalha da mesma forma para o acesso dos mesmos

benefícios para pessoas estranhas à comunidade. Assim tende a aumentar a coesão interna, se distanciando de pessoas de fora do grupo, podendo tratá-las com hostilidade, suspeita, ou até ódio.

O conceito de capital social construído pelos autores não se apresenta restrito às análises de um lugar específico, podendo ser estudado seu acúmulo em comunidades, cidades e países. Logo constata-se a possibilidade de investigar o acúmulo de capital social em um recorte urbano, por exemplo, o loteamento residencial cercado. Para estudar o capital social na realidade dos LRCs, a consulta aos teóricos foi fundamental para reunir os elementos convergentes da teoria por eles pesquisadas. Os teóricos que estudam propõem aspectos a serem observados em uma dada realidade para constatar o acúmulo desse capital social, no caso dos Loteamentos de acesso controlado, é possível selecionar alguns desses elementos a serem identificados no interior de cada LRC (quadro 2).

Os autores e aspectos citados no quadro 2 são resultado do referencial bibliográfico, que realiza um recorte sobre o tema, selecionando autores dentro do universo da produção teórica.

Quadro 2 - Aspectos do capital social de acordo com autores dos últimos 20 anos

Aspectos do capital social a serem observados no LRC	Autor	Data
a) Normas e sanções efetivas para reduzir conflitos	Coleman	1990
b) Cooperação entre indivíduos	Putnam	1993
c) Confiança entre indivíduos	D'Araújo	2003
d) Sociabilidade e convivência	Zaluar e Ribeiro	2009
e) Predisposição à participação	Santos e Baquero	2015
f) Capital de propriedade coletiva	Bruch e Angnes	2018
g) Facilidade de acesso aos recursos	Leis e Cavalcante	2019

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Os aspectos do quadro 2 serão explicados abaixo, com base no que foi possível compreender das explicações que os autores escreveram sobre cada um deles.

a) Sobre normas e sanções efetivas, a primeira compreende as informações elaboradas para organizar ações e atividades em determinado lugar. É uma tentativa de estabelecer a ordem de acordo com o que determinado grupo, ou a maioria de seus integrantes, consideram aceitável em meio a convivência. As sanções se referem às punições contra os que desobedecem às normas definidas e fiscalizadas. Aquele que possui autoridade utiliza as sanções como meio de repreender falhas cometidas pelo indivíduo ou grupo.

b) Cooperação entre indivíduos é fazer algo em conjunto, auxiliar o outro, colaborar para que uma ação seja executada. Uma atividade realizada com cooperação tende a ter a ação e os resultados mais bem distribuídos para os que fazem parte do processo. O ato de cooperar exige um esforço e apoio entre os indivíduos que realizam um trabalho e pretendem alcançar um objetivo comum.

c) A confiança é um componente básico do capital social, é ela que possibilita que os indivíduos criem um elo, uma relação de apoio e segurança em que um indivíduo acredita nas intenções do outro e juntos podem realizar ações que beneficiem a todos. Quando os indivíduos confiam uns nos outros em suas relações sociais, a integração se torna intensa e capaz de realizar ações mais organizadas e com resultados mais efetivos para a coletividade.

d) Sociabilidade é o ato de viver em sociedade, de relacionar-se com o outro, seja dentro do grupo familiar ou em grupos com menor intensidade de laços. É através do contato entre as pessoas que as experiências de vida são construídas e as diferenças pessoais são compreendidas e aceitas. A convivência se refere à maior proximidade de contato entre os indivíduos, contato diário, estabelecimento de vínculos através da vivência no cotidiano. A vivência pode acontecer dentro da família, no grupo de amigos, colegas de trabalho, na instituição religiosa, dentre outros.

e) A participação se dá no momento no qual o indivíduo faz parte de algo, grupo ou associação, por exemplo, para realizar uma ação e conquistar um objetivo. Quanto mais o indivíduo compreende sua realidade, mais ele enxerga as possibilidades de transformar questões problemáticas que estão a sua volta e percebe que por meio da participação em grupo pode buscar soluções para dificuldades que atingem não apenas o individual, mas o coletivo. A inclusão nos debates, na votação e na decisão final sobre um tema, possibilita que a participação de cada integrante gere resultados mais justos dentro de um grupo.

f) Capital de propriedade coletiva se refere a todo benefício alcançado pelo grupo que é acumulado pelo coletivo e distribuído pelos membros, os benefícios alcançados são aproveitados por todos no grupo, que usufruem de melhorias fruto da colaboração entre os integrantes.

g) Aumento da coesão interna é resultado da relação entre os aspectos anteriores, o grupo reconhece as (a) normas e sanções necessárias para uma convivência mais harmônica, seus integrantes (b) cooperam para alcançar objetivos, (c) confiam nas ações uns dos outros, pois possuem uma (d) convivência e contatos sociais frequentes. Os indivíduos que compõem o grupo estão dispostos à (e) participar de atividades coletivas em prol de benefícios, distribuem

(f) os benefícios alcançados entre os membros do grupo e assim conseguem uma integração, coesão interna.

A compreensão alcançada com a literatura é que no lugar (comunidade, cidade, país, a depender do objeto de estudo) que possui capital social, os indivíduos se aproximam e realizam ações mais integradas. A relação de proximidade dentro do grupo possibilita que seus membros ampliem contatos (visuais e de proximidade física) e estejam mais dispostos a respeitar as diferenças individuais através do diálogo, com o intuito de reduzir conflitos. Quanto mais capital social, mais os indivíduos vivenciam um lugar com aspectos positivos para a vida coletiva, mais o ambiente favorece a aproximação dos integrantes do grupo aumentando a integração, chamada nesta tese de coesão social.

Assim é importante investigar o conceito de coesão social de acordo com teóricos consultados e estabelecer a definição própria da tese, para em seguida entender a realidade arapiraquense e verificar como se dá a coesão social nos LRCs espalhados pela cidade.

2.4 Coesão Social

O conceito de coesão social despontou em meio aos estudos sobre as relações de convivência dentro da sociedade e despertou-se o interesse em aprofundar o conhecimento sobre ele relacionando-o ao recorte urbano até então pesquisado, os LRCs. Com o embasamento teórico formado é possível então observar elementos da teoria na realidade dos espaços residenciais cercados. Refletir sobre o tema foi possível por meio da revisão de literatura reunindo autores que discutem sobre o assunto.

O levantamento bibliográfico realizado mostra que o conceito de coesão social é registrado na obra de Émile Durkheim, reflexões sobre o termo encontram-se no livro “Da divisão do trabalho social” originalmente publicado em 1893. O autor acredita que a divisão do trabalho social possibilita que cada indivíduo tenha seu papel na sociedade e possa cooperar com os demais complementando as atividades, num processo de solidariedade social, fator necessário e essencial da coesão social.

Durkheim (1999) expõe que cada indivíduo possui suas particularidades, características que o tornam único, que constroem uma consciência individual, esta deve ser preservada e equilibrada com a construção de uma consciência coletiva. A consciência coletiva reconhece que os indivíduos se complementam para formar uma sociedade, que cada um é essencial para o funcionamento da estrutura social, grupo familiar e de trabalho, por exemplo. Ainda que existam as particularidades que tornam o indivíduo diferente, a coesão social exige de cada um o mínimo de semelhanças.

As semelhanças e afinidades identificadas por indivíduos dentro de um grupo possibilitam que descubram que existem aspectos que os unem em prol de objetivos a serem alcançados. Cada indivíduo é parte fundamental da sociedade na qual faz parte. A interdependência entre as partes possibilita que estas sejam importantes na composição do todo e se complementam para suprir as necessidades do coletivo. Quando cada um reconhece a si mesmo e o outro como fundamental no grupo, há espaço para que a coesão social seja mais ampla e de difícil ruptura.

Quando um indivíduo não consegue sozinho alcançar um objetivo, ele pode se apoiar em outros, ainda que existam atritos e diferenças entre eles, o reconhecimento de divergências não impede a existência de um elo dentro do grupo. De acordo com Sampson, Raudenbush e Earls (1997) um ambiente rico em coesão social não abriga unicamente pessoas que são amigas, mas que estão integradas de tal forma que exista colaboração entre elas, construindo condições favoráveis para alcançar melhorias coletivas. As condições favoráveis se referem a um ambiente com redução de conflitos através do diálogo para solução de problemas na comunidade.

A solução de problemas é possível quando existe uma estrutura cujos elos estão dispostos de maneira a se apoiar, podendo se apresentar instável, mas evitando se esfacelar. É como o funcionamento da coluna vertebral cujas vértebras formam o eixo de sustentação do corpo. Com pensamento similar à estrutura dos vertebrados, Enric Pol Urrutia (2006) propõe conceito similar à coesão social que é a vertebração social.

A vertebração social busca construir sujeitos coletivos dentro dos vários grupos, começando pela família, capazes de estabelecer relacionamento justo e equilibrado com trabalho solidário. Para a materialização da vertebração social são necessárias ações e diálogos coordenados para que a estrutura da comunidade seja organizada e articulada.

Assim como a vertebração social, a coesão permite que integrantes de um grupo estejam articulados entre si para alcançar benefício, que seja necessário para todo o grupo ou sua maioria. Segundo Cruz (2010, p.43), coesão social é entendida como uma integração entre pessoas que identificam entre si afinidades e interesses semelhantes. As semelhanças podem ser os hábitos cotidianos, atividades realizadas, concordância sobre normas, renda econômica, dentre outros aspectos.

Após 2010 mais pesquisas foram produzidas sobre coesão social, que demonstram que o conceito permanece em investigação. Cada trabalho encontrado sobre coesão social aborda o conceito em diferentes áreas de estudo. São pesquisas que tratam sobre: Coesão social e desenvolvimento da sociedade (ALMEIDA, 2011); Coesão social e educação superior

(MOURA et al., 2014); Coesão social como base para políticas públicas voltadas para a igualdade em saúde: reflexões desde o programa eurosocial (FERRELLI, 2016); A mediação dialógica como instrumento para promover a saúde e coesão sociais: resultados e direções (TURCHI; ROMANELLI, 2019).

A coesão social acontece em comunidades com acúmulo de capital social, onde há uma disposição de cada individual em pensar para além de suas necessidades, vislumbrando suprir carências da coletividade. No momento no qual a comunidade se reúne para buscar objetivos comuns, estes quando alcançados serão distribuídos para todos aqueles que cooperaram para alcançá-lo. Segundo Almeida (2011, p.12):

A coesão social é a capacidade de uma população actuar colectivamente para obter os resultados que pretende alcançar. Ela pressupõe por um lado mecanismos de participação alargada, debate e consensualização para a definição dos objetivos comuns e por outro a capacidade de gerar as normas e as políticas adequadas, isto é de resolver positivamente o problema. Quando existe coesão social, os objectivos sociais são partilhados e a sociedade responde como um todo, já que o interesse de todos foi tomado em consideração (ALMEIDA, 2011, p.12).

Além da visão obtida pela leitura de Almeida (2011), foi possível consultar autores que associam a coesão social com educação. A educação é um processo de aprendizado, este costuma ser explorado em instituições de ensino escolar, técnico e superior, ao mesmo tempo em que desenvolve a capacidade dos alunos de conviver em grupo, por meio de atividades e momentos de interação. A interação aproxima as pessoas integrando-as através das descobertas de afinidades e reconhecimento de diferenças. Segundo Moura et al (2014) a educação contribui para a promoção da coesão social através do processo de socialização que desperta relações de confiança, solidariedade e sentido de pertença.

Enquanto Moura et al relaciona coesão social e educação, Ferrelli (2016) relaciona com questões de saúde, segundo esta autora, a coesão social pode ser definida como a sensação de pertencer à sociedade, aceitação de normas de convivência e a disposição para participar de projetos coletivos de maneira igualitária. Dessa maneira a coesão se aproxima de uma relação inclusiva entre as pessoas, o que possibilita que elas consigam ter oportunidades semelhantes para acessar emprego, sistemas educacionais, de saúde e proteção social. Assim, cada pessoa terá oportunidade justa para conquistar a plenitude do seu potencial de saúde desde que existe coesão social, onde as pessoas conseguem participar de decisões e receber benefícios de maneira igualitária na sociedade.

Assim como Ferrelli (2016), Turchi e Romanelli (2019) também tratam a coesão social como um conjunto de aspectos que favorecem à igualdade entre indivíduos no acesso aos benefícios que são distribuídos na sociedade, de modo a evitar conflitos dentro de uma

comunidade, minimizando disparidades e polarização. Para os autores a coesão social “inclui valores e princípios que definem a condição para garantir que todos os cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação, e partindo de uma posição de igualdade, tenham acesso aos direitos econômicos e sociais fundamentais” (TURCHI; ROMANELLI, 2019, p.123).

Os autores vistos acima propõem uma definição de coesão social que se encontra sintetizada no Quadro 3, ver abaixo.

Quadro 3 - Definição de coesão social em pesquisas após 2010.

Definição de Coesão Social	Autor	Ano
Coesão social é resultado de ação coletiva, ao considerar o interesse de todos os envolvidos, para alcançar objetivos comuns que serão partilhados. A coesão social. Ações efetivas exigem participação, debates e consenso sobre normas, visando resolver problemas.	Jorge de Almeida	2011
Conceito de coesão social envolve várias dimensões, desde a confiança e ligações em grupos particulares, ao sentido comum de cidadania e valores; reconhecimento da diversidade; cultura cívica e solidariedade; cidadania e sentido de pertença.	Adriano Moura Ana Maria Seixas Carmen Sánchez Claudia Iriarte	2014
A coesão necessita de consenso em torno de mínimos normativos e sociais (aceitação de normas de convivência) e um princípio assumido de reciprocidade no trato. É o sentido de pertencer à sociedade, despertando o sentimento de solidariedade e a disposição para participar de projetos coletivos.	Rita Ferrelli	2016
Coesão social é a capacidade de uma sociedade de garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, e uma sociedade coesa é definida como uma comunidade reciprocamente solidária de indivíduos livres que perseguem estes objetivos comuns através de instrumentos democráticos.	Gian Piero Turchi Michele Romanelli	2019

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Fica claro na abordagem de todos os autores é que a coesão social não necessita de um contexto ideal com relações sem conflitos para acontecer, o que é exigido é que os indivíduos enxerguem a importância de pensar no coletivo e não apenas nas necessidades individuais. Quando no grupo seus membros compartilham valores, hábitos, estabelecem regras e normas a serem obedecidas com o intuito de reduzir conflitos, a integração entre seus membros tende a aumentar, pois há um reconhecimento de que a participação de cada indivíduo é fundamental para dar suporte ao funcionamento da comunidade.

Aqueles que fazem parte de uma comunidade coesa acreditam que podem confiar nas intenções e ações do outro, podendo construir uma relação de cooperação e solidariedade com auxílio àqueles que estão com alguma carência. A aproximação entre os indivíduos, nesse processo de estreitamento de laços, facilita a união para buscar melhorias que beneficiem a

maioria do grupo. Valorizar o coletivo só é possível quando se reconhece a diversidade dos indivíduos, reconhecendo e respeitando diferenças.

A valorização do coletivo possibilita reconhecer a importância que cada indivíduo possui na comunidade. No processo de socialização dentro do grupo familiar e escolar é importante incentivar ações que priorizem o coletivo, para que a preocupação com as necessidades do grupo não seja negligenciada em comparação à do indivíduo. Assim, à medida que os grupos sociais são formados, que sejam disseminadas ações menos individualistas.

É comum que cada pessoa se preocupe com suas necessidades e projetos pessoais e daqueles que são próximos, mas isto não deve impedir de enxergar que existe um contexto maior do que o da vida particular. Com isso evitar que a vida privada se constitua num mundo à parte da sociedade, não raras vezes em conflito com ela, contra ela. Segundo Faria (2001, p.45): “o desenvolvimento de formas de propriedade mais individualistas afasta os homens uns dos outros os colocando constantemente em situações de disputas de interesse”. A promoção de uma vida privada mais distante do contexto social, da vivência com grupos diversos tem favorecido o individualismo na atualidade, exemplo é o crescimento dos empreendimentos residenciais fechados, modelo LRC, e o esvaziamento dos espaços públicos.

O individualismo moderno na cultura ocidental torna o homem figura central de seu mundo sendo mais autônomo e egoísta em relação ao grupo, ao coletivo. Valera (1999) afirma que apesar da grande diversidade social presente na cidade, a tendência é a pessoa relacionar-se cada vez mais com aqueles que são mais semelhantes e distanciar-se daqueles percebidos como mais diferentes. Muitas vezes essa relação com os semelhantes se dá em espaços cercados onde moram pessoas com características comuns, estilo de vida, renda familiar mensal, hábitos etc.

A apropriação e a acumulação privada da mais-valia impulsionam o individualismo burguês à construção do seu território próprio, de sua propriedade, longe dos olhos do público, protegido por um complexo aparato de normas, valores e direitos que lhe reconhecem uma certa inviolabilidade e sobre a qual ele exerce soberania quase absoluta (FARIA, 2001, p.18).

Quanto mais a estrutura da sociedade impulsiona relações individualistas, mais são dificultadas ações de cooperação. A cooperação dentro de um grupo não significa que ações individualistas não aconteçam, não exige total equilíbrio e concordância ente os integrantes, pois “os processos e relações cooperativas, por primordiais que sejam, admitem o conflito de interesses” (LIMA, 2006, p.5). Cabe ao indivíduo “superar antagonismos menores a fim de se trabalhar em conjunto por interesses maiores” (LIMA, 2006, p.5). Superar e compreender as diferenças existentes entre pessoas possibilita um diálogo para a solução de problemas.

Para solucionar problemas existentes durante a convivência no lugar de morar, é comum que regras sejam estabelecidas dentro da comunidade, os membros definem o que é, e não é aceitável em meio ao convívio. Quando uma ação é reprovada pela maioria, são definidas punições para aqueles que descumprem as regras. No caso dos LRCs, regras e punições são apresentadas para os moradores em formato de regimento interno, este documento é elaborado, votado e, quando aprovado é divulgado para todos terem conhecimento de seu conteúdo.

O regimento é uma das formas de se obter o controle social das ações dos moradores. Dentro de um LRC, por exemplo, existem regras para o uso da piscina, como o horário de funcionamento, quantos convidados cada morador pode levar, trajes adequados etc. Aqueles que não cumprirem o estabelecido pela maioria em assembleia receberão punição, pode ser advertência e até o pagamento de multa. Não é necessária a concordância unânime sobre as normas e sanções, basta que a maioria concorde sobre o controle de ações desviantes, para que regras sejam cumpridas e a ordem mantida em prol do que acredita ser o bem-estar de todos.

Quando se fala que não é necessário a concordância de todos os indivíduos, moradores do LRC, por exemplo, quer dizer que diante da impossibilidade de que a totalidade concorde com as decisões tomadas, é necessário que haja um consenso da maioria. Consenso enquanto uniformidade, acordo, aceitação por parte de um maior número de integrantes de um grupo. Para existir o consenso entre membros de um grupo sobre uma proposta, inicia-se um processo de negociação para estabelecer o que consideram certo e errado, para garantir que haja obediência às regras, cumprimento de punições visando a organização do lugar.

O consenso é uma manifestação provocada como resultado do debate sobre uma ação, assim uma parcela dos indivíduos se apresenta de acordo com determinadas regras, com o intuito de organizar as atividades e comportamentos em determinado espaço. A coesão é um processo natural e espontâneo de integração entre membros de um grupo, que surge com a identificação de afinidades, a sensação de pertencer a uma situação comum, tornando os indivíduos mais preocupados com o bem coletivo, estabelecendo controle sobre as ações dos componentes do grupo.

Ao refletir sobre os LRCs, a hipótese é a de que existe coesão social dentro destes espaços residenciais cercados, mas é importante prosseguir com os estudos, incluindo pesquisa de campo, para verificar se o que existe é coesão, consenso ou outra dinâmica social que se apresente na realidade. A coesão social pode ter diferentes intensidades, numa determinada comunidade pode haver alta coesão e em outra uma baixa coesão, pois depende da manifestação dos componentes da coesão social em dada realidade. Os componentes são citados pelos diversos autores anteriores e posteriores ao ano de 2010 (consultar quadro 3), torna-se

necessário selecionar parte desses componentes para tornar possível a realização da pesquisa de campo, conforme tempo e recursos financeiros disponíveis.

Nesta pesquisa a coesão social será verificada em diferentes LRCs da cidade de Arapiraca através de como seus componentes se materializam no convívio entre moradores. Os componentes se destacaram nos textos de Almeida (2011), Moura et al. (2014), Ferrelli (2016), Turchi; Romanelli (2019) e foram selecionados para serem observados nos LRCs. Serão utilizados cinco componentes em cada LRC: 1-nível de conflito, 2-nível de sociabilidade, 3-participação na comunidade, 4-nível de confiança e 5-satisfação com o lugar. Com base no referencial teórico, foi possível elaborar uma descrição para cada componente.

1) o nível de conflito aborda a existência de conflitos entre vizinhos e atos criminosos no interior do empreendimento, se já aconteceu, qual o tipo de ação e com que frequência as ações são registradas. Assim será possível desvendar o impacto no convívio entre os moradores e se o empreendimento possui intensidade de conflitos para dentro de seus muros.

Um grupo socialmente coeso não é aquele livre de desentendimentos e diferenças, mas aquele que consegue lidar com os conflitos através de diálogo, buscando solucionar problemas de maneira que consiga manter baixa intensidade de enfrentamentos. Um grupo com potencial de compartilhar ideias e cooperar para alcançar objetivos comuns ajuda a construir um ambiente com menor índice de violência e atritos. Quanto maior o diálogo e ações para resolver problemas maior a coesão social.

2) a coesão social dentro do LRC também pode ser mensurada através da sociabilidade existente entre moradores, tendência para viver em sociedade, como se dá a interação, o uso e compartilhamento de espaços comuns. A maneira como os moradores cultivam suas relações, diálogos, visitas, eventos sociais, ajuda em tarefas etc. pode apresentar informações sobre o estilo de vida mais sociável na vizinhança ou mais isolado no grupo familiar.

O componente sociabilidade trata sobre a disponibilidade para viver em sociedade, conviver com pessoas com hábitos e estilos de vida diversos, a pessoa sociável compartilha lugares e momentos com os demais, ao longo do tempo, seguindo regras de convivência estabelecidas. A coesão social existe numa comunidade onde seus membros se comprometem com a vida social, estes realizam atividades cotidianas respeitando o espaço de atuação de cada indivíduo, compreendem e cumprem normas sobre o que é ou não permitido fazer.

3) sobre a participação na comunidade, o interesse é identificar se há participação em associações de moradores, ONGs, reuniões de condomínio, representação junto à prefeitura. E assim saber como se dá a mobilização dos moradores para idealizar mudanças, propor melhorias e alcançar esses benefícios em prol da comunidade.

Quanto mais o indivíduo coopera com o coletivo, participando de reuniões, planejando e realizando ações conjuntas para alcançar bens coletivos, mais ele contribuirá para manter o grupo que participa coeso. A participação efetiva dos membros do grupo possibilita o diálogo entre os moradores para que identifiquem problemas e busquem juntos as melhorias para a vida da coletividade.

4) outro aspecto que auxilia a identificação da coesão social é o nível de confiança, no momento no qual um indivíduo acredita nas intenções de outro, que estas intenções são boas, surge a confiança. Uma crença de que se pode entregar palavras (conversa), coisas (objetos) e pessoas (criança) aos cuidados de alguém e que ela terá responsabilidade nesta relação.

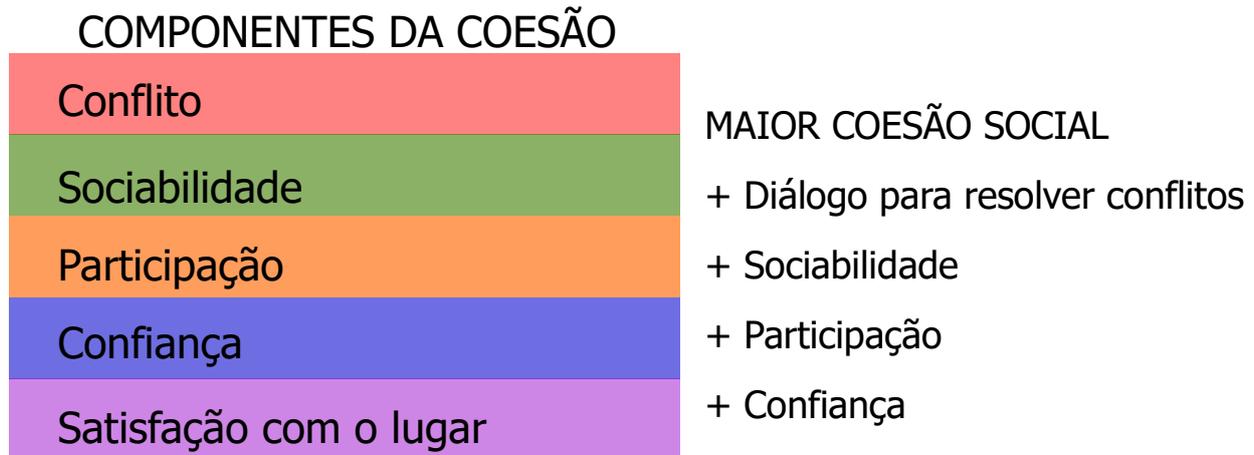
No momento no qual uma pessoa confia em outra, ela percebe que pode depositar expectativas e estas serão correspondidas. Quando a desconfiança é grande, os indivíduos tendem a reduzir os contatos ao círculo familiar e quando a confiança é grande há a expansão da interação com mais grupos que compõe a vida em sociedade (trabalho, estudo, lazer, instituições).

5) Sobre satisfação com o lugar, o morador que conhece onde vive e as pessoas com as quais compartilha o lugar possui o potencial de se inserir com mais intensidade nesse contexto. Contexto com o qual se identifica, surge a sensação de pertencimento, de ser parte de um grupo e de um lugar, “a noção de pertencimento implica em ações objetivadas no sentido de que o indivíduo não é passivo nem tampouco alheio às circunstâncias. Ele age e reage de um modo efetivo e intencional” (LEITE, 2012, p.2). Se reconhecer e se identificar com uma comunidade tende a ampliar os contatos, a confiança, intensificando as relações socialmente coesas.

Quando um indivíduo sente que pertence a um lugar, sente-a à vontade para conhecer pessoas, descobrir afinidades e interesses similares, aceitando compartilhar o espaço com aqueles com os quais se identifica. A sensação de pertencimento proporciona fortalecimento de laços, intensificando a coesão entre os indivíduos.

A coesão social se torna mais intensa à medida que os componentes se apresentam fortalecidos dentro do grupo. No momento no qual: 1-a maior parte de seus membros consegue resolver conflitos com diálogo, 2-a convivência é frequente com compartilhamento de lugares e atividades, 3-o grupo participa ativamente na tomada de decisões buscando a solução de problemas, de maneira que os resultados beneficiem o coletivo, 4-existe confiança nas palavras e ações dos membros do grupo e 5-há uma identificação com o lugar e pessoas com as quais se relaciona; o resultado será de alta coesão social na comunidade (Figura 4).

Figura 4 - Cinco componentes da coesão social considerados na pesquisa



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os cinco componentes, descritos acima, quando analisados em um espaço como o LRC, resulta na constatação de que existe ou não coesão social, e se existir é possível identificar quais componentes se apresentam em maior intensidade. Se não é possível identificar alguns dos componentes a coesão social é considerada fraca, indivíduos pouco integrados em seu grupo. Por isso a importância de antes da pesquisa de campo compreender o que é coesão social para verificar a sua existência e a intensidade de cada um de seus componentes selecionados para o estudo.

Considera-se fundamental ter contato aproximado com LRCs e assim, analisar atentamente os contatos estabelecidos para dentro dos muros do empreendimento e com seu entorno imediato. Cada componente da coesão social será identificado e por meio das técnicas de coleta de dados pretende-se registrar a intensidade de cada um dos componentes considerados na pesquisa.

A intensidade dos componentes da coesão social será registrada em meio ao contato direto, estudo de campo no recorte urbano que é o LRC, sabe-se da existência das relações sociais em meios virtuais, mas nesta pesquisa o interesse está naquelas de aproximação física no espaço privado da casa e nas áreas comuns do loteamento. É essa conexão que interessa para verificar a existência e intensidade da coesão social na vida intramuros dos moradores do LRC e o contato com moradores do entorno, se aproximando dos LRCs na cidade de Arapiraca, Alagoas.

3 ARAPIRACA: CIDADE MÉDIA E A VIDA INTRAMUROS

A aglomeração de parcela da população em loteamentos cercados trata-se de um fenômeno complexo e antes de iniciar a contextualização da cidade alagoana, Arapiraca, é necessário realizar uma leitura da situação de municípios brasileiros com características similares para mostrar que a realidade arapiraquense não está desvinculada do contexto nacional.

No que se refere à realidade brasileira, está registrado em livros, tais como, da organizadora Laura Souza (1997) e do autor Gilberto Freyre (2013), o histórico desde os primeiros momentos de ocupação do território pelos europeus até séculos posteriores. Nos registros é evidenciado como as gerações da sociedade brasileira tentam preservar seus privilégios, mantendo uma posição socioeconômica alta dentro de seu grupo social, se diferenciando de pessoas de faixa de renda mais baixa. Essa diferenciação muitas vezes se materializa no espaço, onde grupos mais ricos se afastam daqueles em situação de pobreza.

Há uma permanência e reprodução das práticas segregacionistas e hierárquicas da sociedade colonial escravocrata, ou seja, nas sociedades colonizadas, em diferentes níveis, nunca se completou uma condição de coesão social baseada nos princípios identificados na literatura sobre capital social e coesão social. Uma das maneiras como a separação dos grupos tem acontecido no Brasil é a chamada autosegregação.

Esse processo de autosegregação nas cidades médias, assim como nas grandes cidades, é marcado principalmente pela separação, diferenciação do espaço de acordo com aspectos sociais (nível educacional, cultural, hábitos) e econômicas (renda econômica familiar). Grupos sociais diferentes podem até habitar áreas próximas, mas estão fisicamente separados por barreiras e não compartilham os mesmos espaços, não convivem diariamente, pois parte dos grupos habita em LRCs, área exclusiva para moradia e lazer. O fenômeno da autosegregação nos LRCs tem sido registrado em cidades médias dispersas por todo o Brasil.

3.1 Cidade Média Brasileira: breve definição e exemplos

Mas o que de fato são as cidades médias? Corrêa (2007, p.31) estabelece as três principais características de uma cidade média brasileira, abaixo estão sintetizadas:

1- Um lugar central, caracterizado por poderosa concentração de oferta de emprego, bens e serviços para uma hinterlândia regional, atrai moradores de cidades vizinhas;

2- Trata-se de um centro de drenagem e consumo da renda fundiária, localizado em tradicional área pastoril (propriedade rural), áreas rurais são frequentemente incluídas em zonas urbanas, são loteadas, ocupadas e utilizadas;

3- Centro de atividades especializadas, onde possui nichos específicos de atividades que, bem-sucedidas, originaram uma especialização produtiva na indústria ou em certos segmentos do setor terciário.

Para Sposito (2007, p.49) as cidades médias “desempenham o papel de polos para os quais moradores de cidades menores e de áreas rurais estão dispostos a se deslocar para realizar o consumo de bens e serviços mais sofisticados do que aqueles que tem acesso nas cidades de menor porte”.

Assim como Corrêa (2007) e Sposito (2007), outros autores prosseguem estudos sobre cidades médias e possuem ideias que convergem com os dois primeiros. De acordo com Oliveira et al. (2018, p.189) a cidade média “dispõe de áreas de influência, ou seja, regiões nas quais ela sofre ou exerce interferência”. Pereira (2019, p.38) compreende que “as cidades médias exercem e desempenham papéis de intermediação entre as pequenas e grandes cidades”, são locais procurados quando moradores não conseguem determinados bens em suas cidades pequenas e possuem dificuldades de acessar cidades grandes, pelo custo de transporte e dos serviços, por exemplo.

Em todo o Brasil é possível identificar exemplares de cidades médias que vivenciam em seu território a autossegregação em forma de LRC's, dentre alguns exemplos que se destacaram nos estudos, podem ser citados os municípios: Divinópolis em Minas Gerais (região Sudeste), Dourados no Mato Grosso do Sul (Centro-Oeste brasileiro) e Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul (Sul do Brasil). Inicialmente é importante observar características mais marcantes de cada uma e a realidade dos loteamentos residenciais cercados.

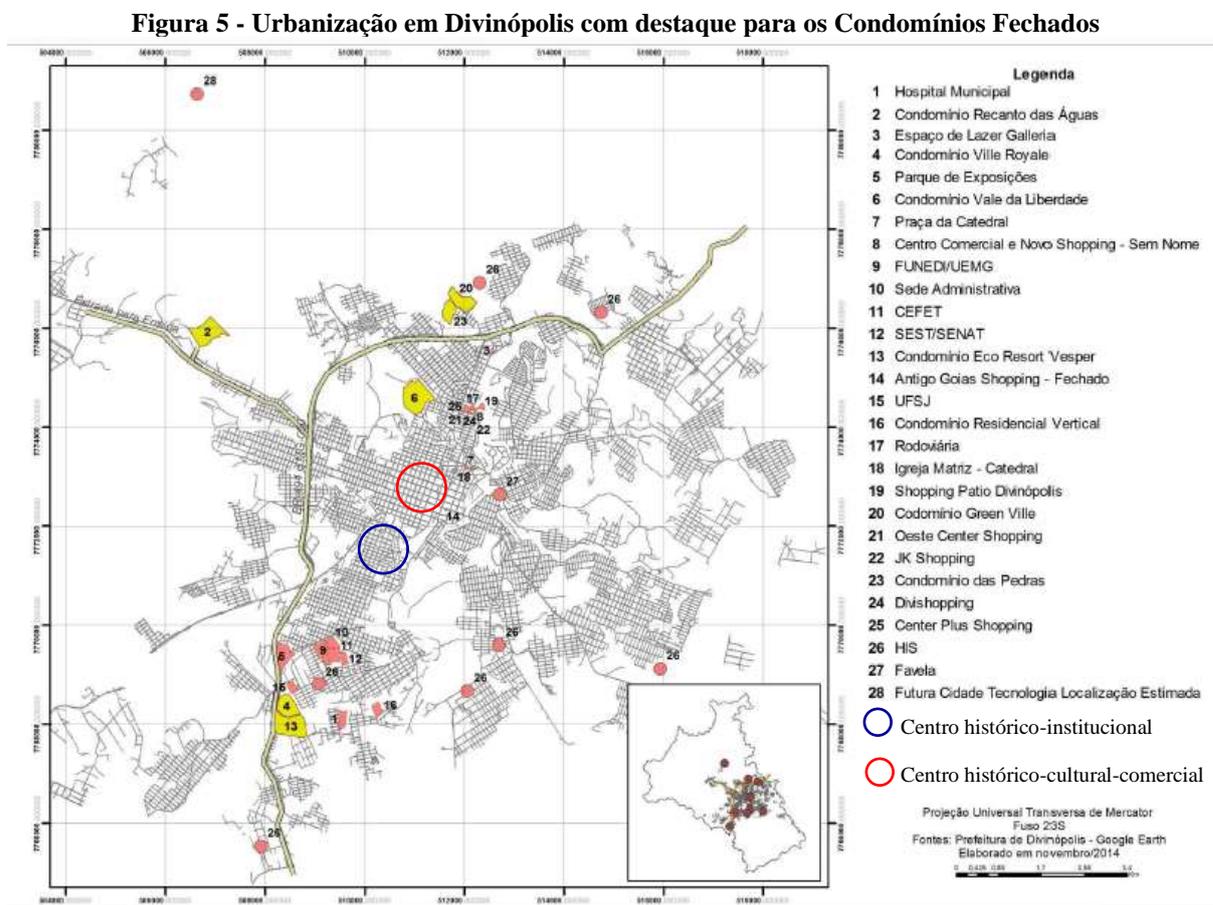
Divinópolis, localizada no estado de Minas Gerais, com 213.016 habitantes³ (IBGE, 2010), é considerada cidade média por suas características. Dentre as características principais, estão: se apresentar como local central de atração da população do entorno em busca de emprego e produtos; grande quantidade de terrenos agricultáveis que passaram a ser ocupados e utilizados na zona urbana e por fim se materializa como centro de atividades especializadas, serviços diversificados.

A autora Ramalhão (2015) aborda o crescimento de empreendimentos residenciais fechados em Divinópolis que é resultado de transformações no espaço em fins da década de

³ 242.505 pessoas é a população estimada para 2021 que consta no site do IBGE, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/divinopolis.html>

2000 e mais intensamente no início da década de 2010. Registra-se crescimento acelerado e desordenado; o aumento da frota de automóveis nas cidades e de políticas que não desestimulam o seu uso; aumento da violência, da criminalidade e da intolerância social; deslocamento das áreas centrais ou a criação de novas centralidades por meio de ampliação do perímetro urbano; demanda por mais privacidade e individualidade.

A figura 5 apresenta a implantação de locais de usos diversos na cidade de Divinópolis do ano de 2004 até 2011, as marcações com numerações 2, 4, 6, 13, 16, 20, 23 são de empreendimentos residenciais cercados. Estes estão dispersos distantes dos centros, centro histórico-institucional e centro histórico-cultural-comercial, os chamados por Ramalhão (2015) de condomínios fechados estão localizados em áreas periféricas.



Fonte: Ramalhão, 2015. Adaptado pela autora, 2021.

Dourados localiza-se no estado do Mato Grosso do Sul e possui, segundo último censo, 196.035 habitantes⁴ (IBGE, 2010). A cidade vivenciou entre o ano de 2000 e 2015 crescimento de postos de trabalho, com implantação de estabelecimentos de uso industrial, que atraiu

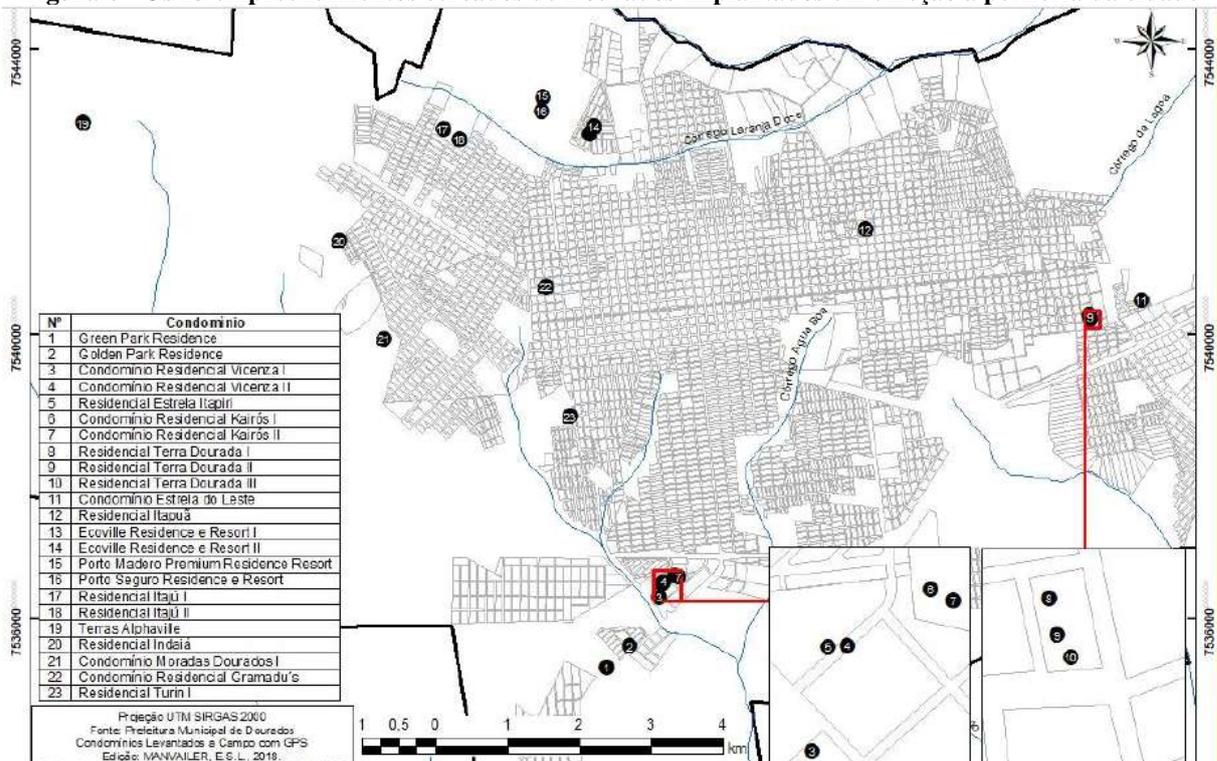
⁴ 227.990 pessoas é a população estimada para 2021 que consta no site do IBGE, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/dourados.html>

moradores do entorno, estes aumentaram a demanda por moradia. Além de ser um município atrativo para a população de cidades vizinhas em busca de emprego e atividades diversas, proprietários de terra lotearam glebas para a construção de empreendimentos residenciais, que impulsionaram empresários a oferecer serviços especializados para antigos e novos moradores.

Os proprietários de terras douradense, assim como ocorreu em Divinópolis, pressionaram o poder público para que seus terrenos rurais passassem a localizar-se na zona urbana, por meio da ampliação do perímetro urbano, e assim pudessem investir na construção de loteamentos, incluindo os cercados. Segundo Soares Filho (2020): “com a expansão da área urbana no município, criou-se um número significativo de condomínios fechados horizontais”, um total de 23 até o ano de 2018.

Os 23 empreendimentos cercados de Dourados (Figura 6), Mato Grosso do Sul, estão distribuídos, até 2018, nas Regiões Norte e Sul, quando se refere a populações com renda alta e iniciando também os crescimentos para região Leste e Oeste, contudo para população das classes média e baixa (SOARES FILHO, 2020). Assim como observado em Divinópolis, os loteamentos cercados se concentram na periferia. O centro da cidade mantém a presença de loteamentos residenciais tradicionais, abertos à circulação da população, com diversidade de usos resultante da presença de estabelecimentos de uso comercial e serviços.

Figura 6 - Os 23 empreendimentos cercados de Dourados implantados em direção à periferia da cidade



FONTE: Soares Filho, 2020.

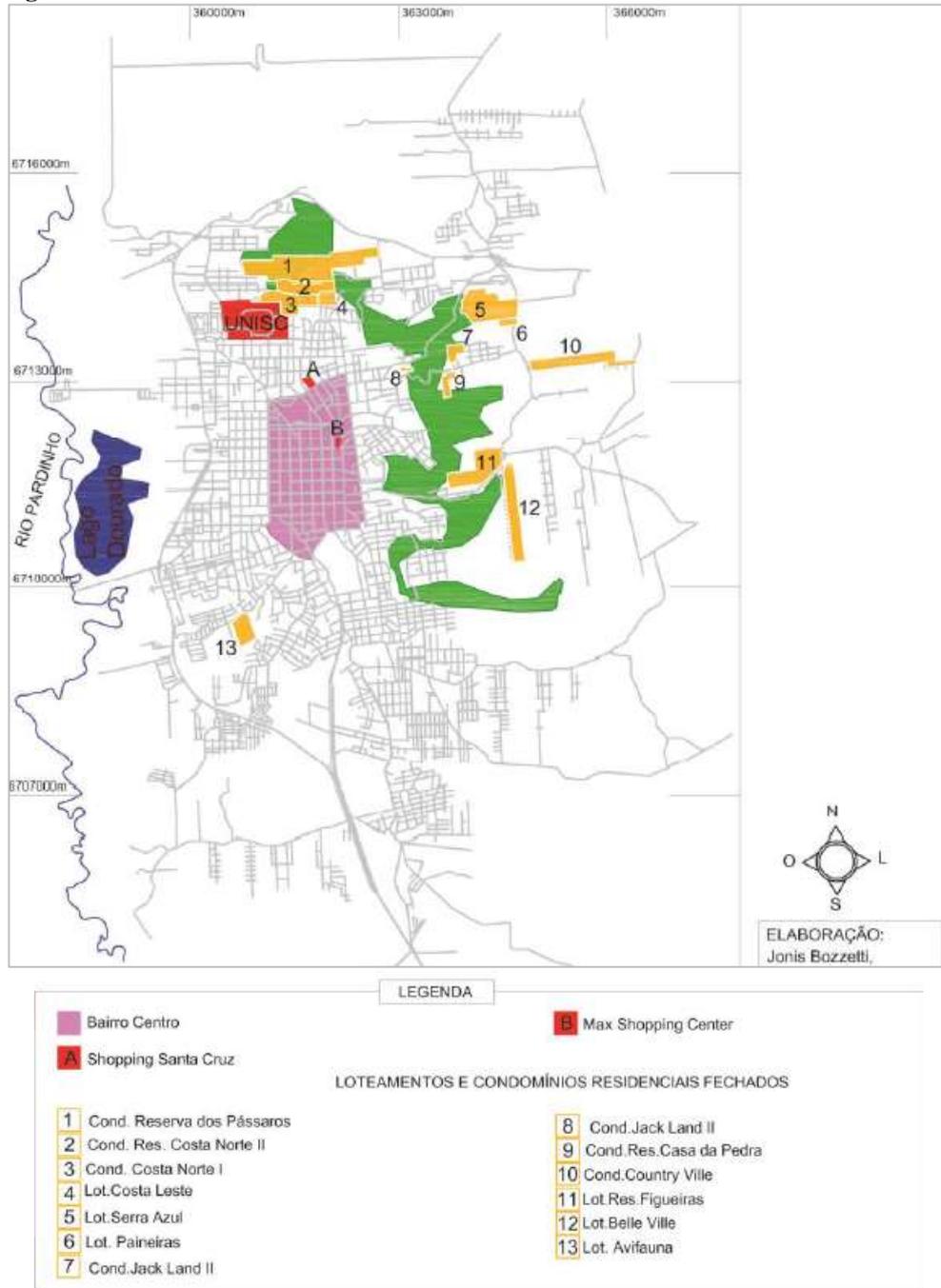
A terceira cidade a ser destacada é Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul, com 118.374 habitantes (IBGE, 2010), também considerada cidade média devido sua importância para os municípios de seu entorno. A foi escolhida como exemplar da região Sul do Brasil, mostrando a presença das cidades médias nas diferentes porções do território brasileiro. Fröhlich (2015, p.43) afirma que “a expansão da agricultura comercial pautada no tabaco foi a base do povoamento de Santa Cruz do Sul, as novas demandas, advindas com a transnacionalização das indústrias fumageiras, acelerou ainda mais o contexto de transformações territoriais, passando a incorporar outras funções à cidade”.

Devido ao crescimento populacional e econômico da região, a cidade passou a atrair investimentos e a implantação de empreendimentos de diversos tipos, uso residencial, comercial e de serviço. A partir do ano 2002 intensificam-se os loteamentos e condomínios fechados, para moradores economicamente mais abastados, em terrenos extensos que antes eram vazios ou de uso para a agricultura. No ano de 2008 a cidade de Santa Cruz do Sul passou a dispor sobre a instalação de condomínios urbanísticos e o fechamento de loteamentos através da Lei Municipal nº 390/2008, sobre o assunto Fröhlich (2015, p.72) explica:

Em linhas gerais a lei que dispõe sobre a implantação de condomínios urbanísticos e loteamentos fechados, utiliza duas denominações de modo a conseguir dar conta das demandas apresentadas pelos empresários do ramo imobiliário, onde ambos os casos deverão passar por aprovação do legislativo municipal.

A lei surge como uma tentativa de facilitar o fechamento de empreendimentos e regularizar sua implantação no município, mas a autora Fröhlich (2015) destaca que a lei não possui clareza e a aprovação dos loteamentos e condomínios acontece sem aprofundamento sobre os impactos negativos ao contexto urbano. Na figura 7 estão marcados os loteamentos e condomínios fechados até 2015 na cidade de Santa Cruz do Sul, parte deles foram construídos antes da lei de 2008. Os empreendimentos estão distribuídos nas bordas da cidade, principalmente no entorno do cinturão verde.

Figura 7 - loteamentos e condomínios fechados até 2015 na cidade de Santa Cruz do Sul



Fonte: Fröhlich, 2015.

As três cidades destacadas acima, Divinópolis, Dourados e Santa Cruz do Sul cruzam-se em aspectos sobre a definição de cidade média, possuem localização mais próxima do centro do estado (Figura 8); áreas rurais e agricultáveis foram ocupadas e utilizadas para fins de moradias diante do crescimento populacional; oferecem serviços especializados que atraem a população de cidades vizinhas.

Figura 8 - Divinópolis (MG), Dourados (MS) e Santa Cruz do Sul (RS)



Fonte: material de divulgação disponível em: <https://www.guiadoturismobrasil.com/> acesso em setembro de 2021

Sobre a realidade de LRCs, os três municípios apresentam em comum: 1-a construção de LRCs em grandes extensões de terra, como investimento dos grandes proprietários fundiários da região, 2-os terrenos estão localizados nas bordas da cidade, mais distantes do centro, onde os loteadores podem transformar a área e propor traçado urbano, sem obedecer àquele já consolidado e 3-construção de LRCs é intensificada na década de 2000, diante da possibilidade de empréstimos bancários e cartas de crédito no setor imobiliário.

As três cidades médias brasileiras, apresentadas anteriormente, mostram que as transformações urbanas de cidades médias e o crescimento dos LRCs é realidade em diferentes partes do Brasil, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, por exemplo, e é realidade em Alagoas, onde a cidade estudada, Arapiraca, se localiza.

3.2 Direcionando o Olhar para Arapiraca

A cidade encontra-se localizada no centro do Estado de Alagoas, sua população no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, consta 214.006 habitantes, a população estimada para 2021 é de 234.309 pessoas⁵. Assim como observado nas cidades brasileiras de Divinópolis (MG), Dourados (MS) e Santa Cruz do Sul (RS), Arapiraca possui posição mais central e próxima da capital do estado (Figura 9), distância de 130km ,até Maceió seguindo pela AL 220.



Fonte: adaptado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/panorama>, 2021

Ao destacar o mapa de Arapiraca (figura 10) observa-se a marcação do limite do município, a zona urbana conforme última alteração do perímetro urbano em 2016, a linha férrea que está atualmente sem percurso de trens. Também estão em destaque as rodovias que cortam da cidade e os corpos d'água: Lago da Perucaba (antigo Açude do DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), Riacho Piauí (conhecido por riacho seco).

⁵ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/arapiraca.html> acesso em setembro de 2021



Fonte: Geoweb Arapiraca, 2018. Adaptado pela autora, 2019.

Arapiraca é considerada cidade média por reunir três aspectos importantes: 1- localização central; 2-utilização de grandes terrenos para fins de moradia e 3-centro de atividades especializadas. Os mesmos três aspectos que se destacam nas cidades de Divinópolis, Dourados e Santa Cruz do Sul, aproximando a realidade arapiraquense à outras espalhadas pelo Brasil.

1- Um lugar central, caracterizado por poderosa concentração de oferta dos bens e serviços para uma hinterlândia regional, foco do comércio varejista e de serviços diversificados (figura 11); Arapiraca possui um comércio com venda de produtos diversos e emprega em suas lojas uma grande parcela da população.

Figura 11 - Notícia sobre relevância de Arapiraca na área do comércio.

gazetaweb.com / NOTÍCIAS

POLÍTICA • POLÍTICA • MACRO • INTERIOR • BRASIL • MUNDO • ECONOMIA • GERAL • SAÚDE E SAÚDE • CONCURSOS E EDUCAÇÃO • JUSTIÇA • HISTÓRIA

ECONOMIA

Arapiraca é a 16ª melhor cidade do País para compras de vestuários e calçados



Arapiraca é décimo sexto melhor município do País para quem pretende comprar vestuários e calçados, segundo levantamento divulgado nesta quinta-feira (21), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o estudo, que tomam como base o ano de 2018, o município alagoano localizado no Agreste do Estado aparece como o sexto melhor do Nordeste no segmento, atrás apenas de Caruaru, que aparece em primeiro lugar da região, Feira de Santana (2º), Santa Cruz do Capibaribe (3º), Toritama (4º) e Vitória da Conquista (5º).

Arapiraca atrai consumidores de pelo menos três estados nordestinos
FOTO: REPRODUÇÃO

MATÉRIAS RELACIONADAS

Segunda parcela do 13º para beneficiários do INSS injeta quase R\$ 270 mi em AL

Fonte: Material de divulgação disponível em: https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2020/05/arapiraca-e-a-16-melhor-cidade-do-pais-para-compras-de-vestuarios-e-calcados_106007.php Acesso em janeiro de 2021

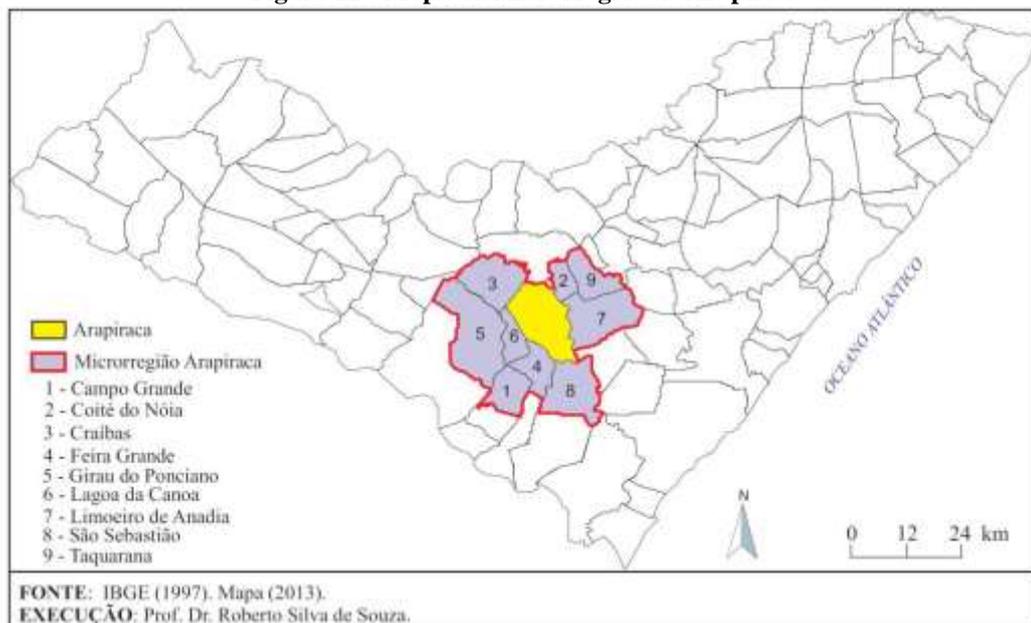
2- Trata de um centro de drenagem e consumo da renda fundiária, localizado em tradicional área pastoril (propriedade rural); em Arapiraca os terrenos que por muitos anos foram utilizados para a cultura do fumo estão sendo vendidos e ocupados para uso residencial, comercial e de serviços. A comercialização dos terrenos se tornou cada vez mais intensa com o intuito de construir os empreendimentos residenciais cercados para as diferentes faixas de renda.

3- Sobre ser um centro de atividades especializadas, estão localizados em Arapiraca com oferta de serviços e empregos, gerando renda para o município: a Unidade de emergência do Agreste Dr. Daniel Houly, Grupo Coringa Indústrias reunidas e Fábrica da Coca Cola, estes são alguns dos mais importantes estabelecimentos da cidade. Arapiraca também abriga campus da Universidade Federal de Alagoas, unidade da Universidade Estadual de Alagoas e mais faculdades particulares ofertando cursos diversos.

A localização privilegiada de Arapiraca dentro do estado é favorecida pelas redes de transporte que conectam aos outros municípios, a presença de estabelecimentos comerciais, de serviços (hospitais e bancos, por exemplo), educacionais (escolas e universidades) e lazer (praças, parque urbano e cinema) atraem moradores das cidades vizinhas que não possuem este tipo de oferta em seus limites.

Arapiraca possui uma área de atuação maior que seus limites atraindo intensamente moradores de sua microrregião (Figura 12) composta por mais nove municípios: Campo Grande, Coité do Nória, Craibas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião, Taquarana. Os moradores dos municípios vizinhos têm certa facilidade de circulação para Arapiraca devido a oferta de transporte intermunicipal, legalizado pelo estado, ao longo da semana.

Figura 12 - Mapa da Microrregião de Arapiraca

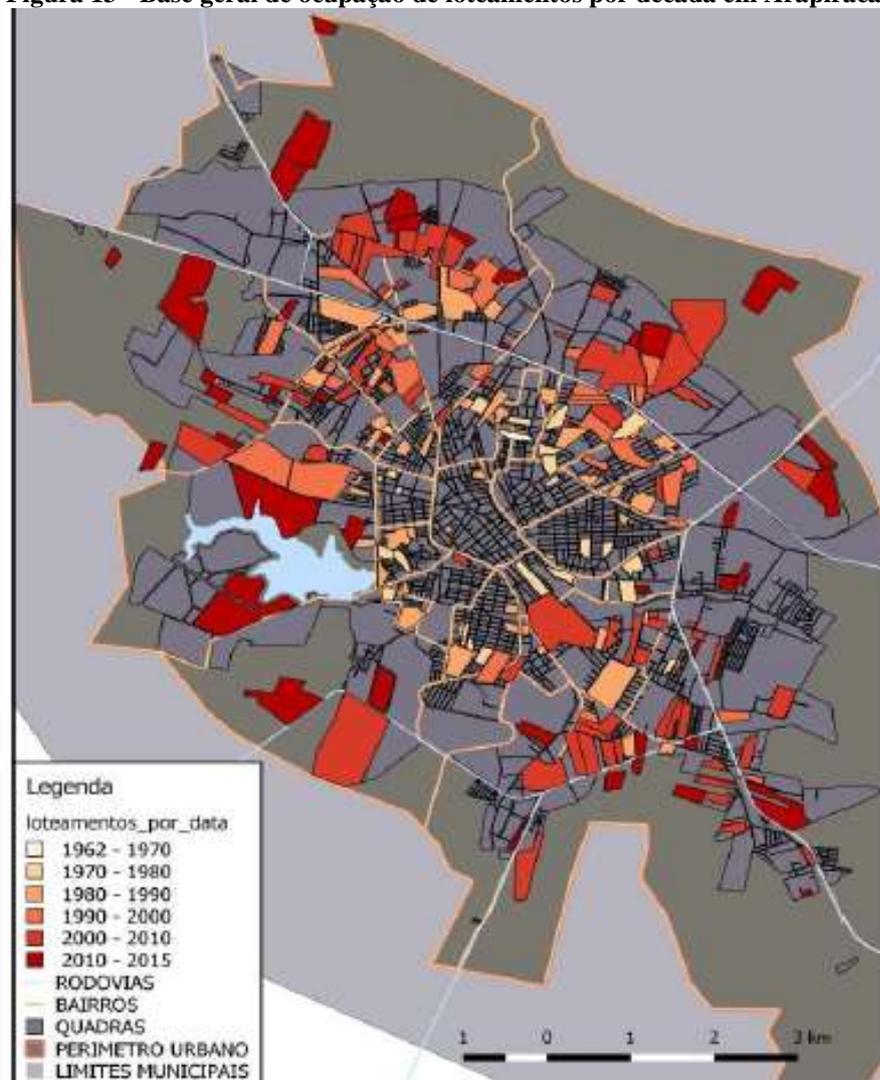


Fonte: Martins, 2021.

Comparadas às nove cidades que compõe sua microrregião, Arapiraca possui maior quantidade de estabelecimentos, diversidade de produtos à venda e serviços disponíveis, nas áreas de saúde (clínicas e laboratórios de exames médicos), educação (escolas e faculdades) e lazer (shopping center e parques). Também há maior opções de moradia, para aluguel e venda, casas em loteamentos abertos ou cercados, apartamentos em edifícios verticais de uso residencial, apartamentos em edifícios de uso misto (sobre lojas, principalmente no bairro do Centro).

Uma parcela dos indivíduos, nascidos em outros municípios, procuram Arapiraca para estudar e trabalhar e não apenas realizam o movimento pendular, mas muitos passam a morar na cidade. Com isso cresce a construção de moradias para receber novos moradores na cidade que procuram por escolas, universidades, postos de trabalho, tratamento médico, dentre outros. As opções de moradia têm crescido junto à expansão de loteamentos na cidade, localizados em diversos bairros, mas principalmente naqueles mais distantes do Centro. A implantação dos loteamentos se intensificou a partir da década de 1960 (Figura 13).

Figura 13 - Base geral de ocupação de loteamentos por década em Arapiraca



Fonte: Damasceno et al. 2016, p.7.

Nos primeiros anos expostos no mapa acima (Figura 13), décadas de 1960 e 1970, os loteamentos estão localizados mais próximos do Centro, alguns nos bairros imediatamente vizinhos, com fácil acesso aos estabelecimentos comerciais e com oferta de infraestrutura. Isto

aconteceu devido à disponibilidade de áreas vazias para construção, e com custo acessível de terrenos para compra por parte da população.

Nas décadas de 1980 e 1990 os loteamentos passam a ocupar grandes áreas nos bairros mais periféricos da cidade, pois os terrenos disponíveis no Centro e seu entorno foram parte mantidos vazios (foco na especulação imobiliária) e em outra parte foram construídas lojas, estacionamentos, clínicas médicas etc. Dentre aqueles terrenos vazios, os colocados à venda estavam custando alto valor o que impossibilitou a compra por uma parcela dos moradores, esta teve de buscar opções em bairros distantes do centro da cidade. Bairros que exigiam a expansão de rede de abastecimento de água, iluminação pública e rede de transporte público.

Os loteamentos implantados de 2000 até 2015 estão ainda mais distantes do centro da cidade, pois os proprietários de amplos terrenos, localizados até mesmo na zona rural, perceberam a lucratividade da construção de loteamentos, com a venda de lotes e casas prontas para morar. Nos bairros localizados nas bordas de Arapiraca, onde os loteamentos foram construídos nesse período, a infraestrutura se apresentava insuficiente e precária, em muitos casos apenas dentro dos limites do loteamento havia condições de habitabilidade e o entorno estava vazio ou habitado por famílias mais pobres sem acesso a serviços básicos. Parte dos loteamentos desse período são de acesso controlado.

Ainda sobre o período de 2000 até 2015 Arapiraca passou por melhorias em sua estrutura urbana, com ações do poder público que modificaram a paisagem arapiraquense. As melhorias foram grandes responsáveis por possibilitar a permanência de antigos moradores e atrair novos, pois acreditava-se que a cidade oferecia condições favoráveis para a vida de seus cidadãos. Cada novo projeto executado era utilizado como propaganda da gestão municipal para enfatizar o trabalho dos gestores em prol do município, e como elemento de divulgação pelos empresários da construção civil e setor imobiliário para aumentar as vendas de imóveis na cidade diante das obras realizadas.

Em setembro de 2006 foi inaugurado o campus da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em Arapiraca, naquele ano os cursos oferecidos eram: Agronomia, Zootecnia, Educação Física, Enfermagem, Administração, Ciência da Computação, Arquitetura, física, química, matemática e Biologia⁶. A UFAL, campus Arapiraca, se tornou um ponto de atração de estudantes, professores, técnicos, prestadores de serviço que aumentaram a circulação de pessoas para a cidade e fez parte da propaganda sobre o crescimento socioeconômico arapiraquense.

⁶ Sobre a inauguração da UFAL Arapiraca disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/848946/campus-ufal-arapiraca-sera-inaugurado-sexta-feira/> Acesso em setembro de 2021

De 2007 até 2010 foram realizadas obras com investimento em infraestrutura urbana, com ampliação da rede de energia elétrica, distribuição de gás, rede de telefone celular e internet nos bairros periféricos ocupados por LRCs. Investimentos foram aplicados na construção de equipamentos públicos para ofertar comércio e lazer para a população. Sobre os equipamentos, houve a reforma das principais praças do centro com ampliação do Parque Ceci Cunha intitulado “Parque Urbano Ceci Cunha II” (Figura 14 - A) e construção do Mercado do Artesanato (Figura 14 - B), em 2009 implantação do parque às margens do lago da Perucaba ((Figura 14 - C).

Figura 14 - A - Parque Urbano Ceci Cunha II e B - Mercado do Artesanato, C - Parque no Lago da Perucaba



Fonte: Material de divulgação disponível em: <http://www.jaenoticia.com.br/noticia/16574/Vereadores-lutam-por-limpeza-e-iluminacao-do-Bosque-das-Arapiracas> Acesso em dezembro de 2018

Em 2007 foram iniciadas as obras para reestruturação urbana da região conhecida como favela do Caborje e Quiçassa. Os moradores, que habitavam em moradias improvisadas e sem abastecimento de água, iluminação e esgotamento sanitário, foram deslocados para o Conjunto Residencial Jardim das Paineiras. Na área então degradada foi implantado o Bosque das Arapiracas (Figura 15), inaugurado no final de 2011. É um parque urbano utilizado para passeios, atividades físicas ao ar livre e encontros entre grupos de indivíduos. Tornou-se uma

opção de lazer para os moradores e visitantes, sendo considerado um cartão postal da cidade devido aos seus espaços com tratamento paisagístico e passeios em constante manutenção.

Figura 15 - Bosque das Arapiracas



Fonte: Google Earth, 2020. Adaptado pela autora, 2020.

As reformas dispersas pela cidade no recorte temporal de 2007 até 2010 modificaram a aparência e a utilização do espaço urbano, áreas que estavam com aspecto de abandono e sem uso foram alteradas e receberam tratamento paisagístico, iluminação e mobiliário urbano. Nesse mesmo período iniciaram as obras dos primeiros loteamentos residenciais cercados.

Em 2012 houve a inauguração do planetário Casa da Ciência (Figura 16 - A) com oferta de atividades educativas e culturais; no mesmo ano foram espalhadas bibliotecas públicas nos bairros e escolas de tempo integral (Figura 16 - B). Em 2013 aconteceu a chegada da terceira adutora, subestação de energia e a inauguração do primeiro *shopping center* da cidade. Essas melhorias foram aumentando o interesse da população de permanecer em Arapiraca, pois diminuiria problemas com a energia elétrica e com a então frequente falta de água nos diversos bairros. A construção do *shopping center* concentra em um mesmo espaço comércio, serviços e lazer que a população somente encontrava em Maceió, com isso o deslocamento para ir ao cinema na capital, por exemplo, se tornou desnecessário.

Figura 16 - A: planetário Casa da Ciência e B: Arapiraquinha (biblioteca)



A



Fonte: Material de divulgação disponível em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/2015/04/dia-da-biblioteca-arapiraquinhassao-referencia-para-o-brasil/>
<http://web.arapiraca.al.gov.br/2016/12/planetario-digital-e-casa-da-ciencia-e-modernizado-em-comemoracao-aos-92-anos-de-arapiraca/> acesso em dezembro de 2019

Em 2013 aconteceu a inauguração do primeiro edifício vertical de uso residencial com mais de seis pavimentos, serão seis torres no total, o Residencial Space (Figura 17), até novembro de 2021 é o edifício com maior número de pavimentos na cidade, total de 17. É mais uma opção de moradia em Arapiraca, o empreendimento dispõe de benefícios como área de lazer (piscina e quadra de esportes, por exemplo) e segurança (vigilância por câmeras, controle de acesso na portaria) no seu interior. Diante do preço de casas no mesmo bairro com maior valor, o apartamento é uma alternativa e as facilidades de financiamento para a compra possibilita a ocupação desses espaços por parcela da população, já moradora ou novos habitantes vindos de outras cidades.

Figura 17 - Residencial Espace Arapiraca



Fonte: Google Earth, 2020. Material de divulgação disponível em <http://uninvestouroverde.com.br/empreendimentos/residencial-espace-o-maior-show-da-sua-vida-3/> acesso em dezembro de 2019. Adaptado pela autora, 2020.

As opções de apartamentos são de dois e três quartos visando atrair diversos perfis de famílias, após o lançamento desse conjunto de prédios, novos empreendimentos verticais foram divulgados e construídos. O processo de verticalização das construções ainda está em crescimento na cidade, sendo possível observar obras que serão iniciadas e outras em andamento, dispersas nos diferentes bairros. Não apenas uso residencial, mas é comum edifícios comerciais e de serviços ganhando espaço em Arapiraca.

Construções como edifícios com salas para escritórios, laboratórios, consultórios médicos e hotéis (Figura 18) demonstram um investimento na cidade em ofertar qualidade nos espaços construídos para a prestação de serviços e criação de oportunidades de vagas de trabalho. As melhorias na cidade criam condições favoráveis para a permanência de seus cidadãos e atração de novos moradores que irão necessitar de moradias para se estabelecer em Arapiraca.

Figura 18 – A: Metropolitan – Business e Medical center; B: Hotel Ibis Arapiraca



Fonte: Material de divulgação disponível em:
<http://www.marroquim.com.br/empreendimento/empresarial-metropolitan/>
<https://www.booking.com/hotel/br/ibis-arapiraca.pt-br.html> 2020 acesso em dezembro de 2020

As obras citadas atraíram investimentos de empresários, mais visitantes e consumidores para a cidade. Muitos escolheram Arapiraca como o lugar de morar e visando uma nova demanda de moradores, os proprietários de terra lotearam seus terrenos e construíram empreendimentos residenciais por toda a cidade. Parte destes são cercados por muros e possuem guarita com controle de acesso. Não apenas construtores locais, mas investidores de outras cidades brasileiras se voltaram para Arapiraca para edificar LRCs na região. Para a pesquisa é importante saber a quantidade de LRCs existentes em Arapiraca para obter uma visão geral de onde estão implantados e analisar a possibilidade de quais deles farão parte do estudo.

3.2.1 A Vida Intramuros Arapiraquense

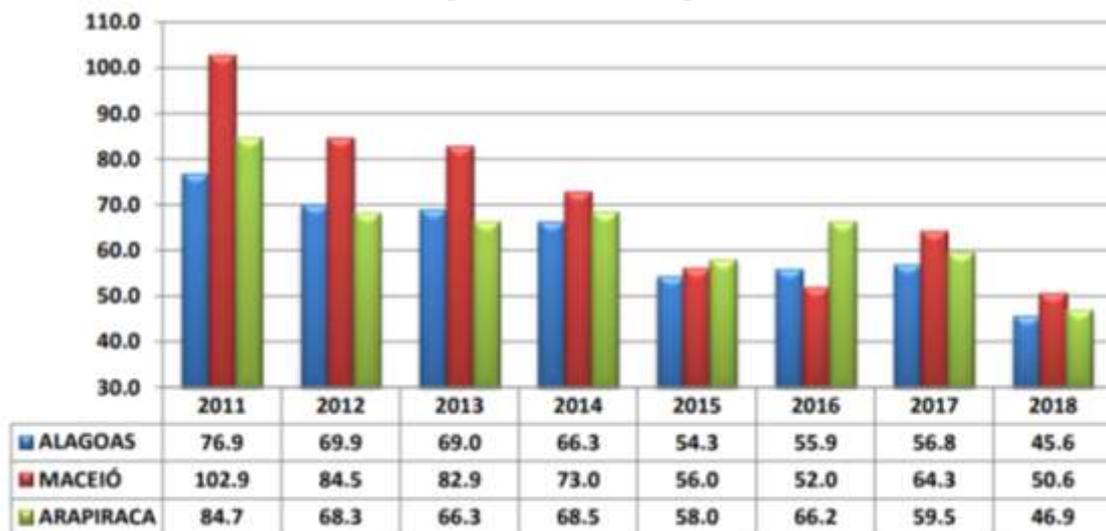
Aproximando-se da vida intramuros em Arapiraca o entendimento alcançado, baseado na atuação profissional, nos diálogos com construtores, moradores e leituras sobre a cidade, é que dois motivos se destacam impulsionando a construção dos empreendimentos em Arapiraca, venda de lotes e casas. Os dois motivos, considerados os principais, são:

1- Medo da violência diante da criminalidade na região e sua divulgação nas mídias (rádio, televisão e internet). Os meios de comunicação divulgam uma grande quantidade de informações sobre crimes contra o patrimônio e contra a vida. As informações nem sempre traduzem com fidelidade os acontecimentos da realidade, muitas vezes ampliam e dramatizam para espetacularizar as histórias de violência, atraindo a atenção dos leitores e ouvintes, muitos deles sentem-se envolvidos aos contos de medo e terror veiculados pela mídia.

Como a quantidade de casos de violência divulgados na mídia podem não estar de acordo com a realidade, é importante consultar dados reais sobre crimes ocorridos na cidade.

Buscou-se compreender a violência em Arapiraca por meio de dados relacionados aos homicídios (crime mais notificado, portanto, com maior investigação dos órgãos oficiais). De acordo com o Boletim Anual de Estatística Criminal de 2018 (NEAC, 2019), em 2011 aconteceram em Arapiraca 84,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 2018 diminuiu para 46,9 (Gráfico 1), mas ainda permanece muito acima do considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para violência não epidêmica, que é de 10 homicídios.

Gráfico 1 - Taxa de Série histórica da quantidade de CVLI por 100 mil habitantes, de 2011 a 2018



Fonte: Boletim de Estatística Criminal de 2018, 2019.

Ainda que dados sobre crimes, como homicídio, demonstrem que a criminalidade nos espaços da cidade não se mostra em crescimento, existe uma constante preocupação da sociedade com a violência. De acordo com Frattari (2009, p.14): “a representação coletiva da violência caracteriza-se pelo uso da força física e ameaça tanto a integridade física quanto a garantia patrimonial, condições básicas do sentimento de segurança por parte dos cidadãos”. Quando as condições para estabelecer a sensação de segurança não são ofertadas pelo poder público de maneira eficiente, os indivíduos sentem-se vulneráveis às ameaças à sua vida e propriedades. Assim é despertado o medo difuso, aquele que não é necessário o indivíduo ter sido vítima ou ter tido contato com uma vítima para senti-lo (FRATTARI, 2009, p.14).

Visando oferecer proteção e diminuição do medo da violência, os construtores investem nesse modelo de empreendimento cercado e o apresenta como um espaço protegido contra ameaças externas, crime contra o patrimônio, por exemplo. Os construtores se utilizam das informações sobre criminalidade para aumentar as vendas de seus empreendimentos divulgando a segurança oferecida no interior dos LRCs, que irá proteger os habitantes de crimes

contra o patrimônio e contra a vida. Com a afirmação de que a cidade está violenta, com o suposto aumento do crime é necessário um lugar de morar protegido por equipamentos de vigilância para obter segurança, pois o espaço público, o lado de fora de casa, não é mais seguro. Há muitos estranhos que causam preocupação e precisam manter-se distante, e só é possível alcançar esse afastamento através de um monitoramento constante, que se acredita proteger contra atos violentos.

A divulgação da segurança nos empreendimentos possui relação com o segundo motivo que tem impulsionado a construção e venda de lotes e casas dentro de LRCs que são as ações de marketing, estas são as divulgadoras dos benefícios de morar nesse tipo de espaço.

2- As ações de marketing promovem os empreendimentos fechados, as quais destacam a oferta de segurança e lazer privativo na tentativa de suprir de maneira eficiente os serviços e equipamentos que o poder público não consegue oferecer adequadamente. Sob esse ponto de vista parece ser preferível que os indivíduos arquem financeiramente com o custo adicional de amenidades exclusivas (área de lazer, praça, academia, playground) do que se organizarem para exigir do poder público os seus direitos (aliás, direitos que possuem e que satisfariam as necessidades da maioria da população) – situação que ilustra o individualismo anteriormente citado.

Cada um dos LRCs existentes em Arapiraca, durante o processo de sua construção, foi divulgado na mídia (imprensa e/ou virtual) expondo as qualidades do empreendimento para garantir o sucesso das vendas. Frases e aspectos do LRC como “venha viver bem”, “segurança, conforto e lazer com a melhor vista da cidade”, “natureza e conforto”, “segurança e qualidade de vida” (figura 19), dentre outras palavras surgem com a intenção de seduzir a população a consumir esse estilo de morar. Segundo Silva (2019) o uso abusivo dos processos de sedução da propaganda e do marketing imobiliário empregados na venda dos empreendimentos fechados preparam o imaginário coletivo para aprovar esses espaços, servindo como ferramenta e cúmplice da sociedade de consumo.

Figura 19 - Ilustrações utilizadas em mídia digital para divulgar LRCs em Arapiraca.

VENHA VIVER BEM, E CONSTRUIR SUA CASA DO SEU JEITO

PARC VILLE RESIDENCIAL

- LOTEAMENTO FECHADO
- QUARTER EM SEGURANÇA
- CERCA ELÉTRICA
- REJAS TRIMENTANAS
- LOTES COM ÁREA

MINUTO ARAPIRACA NOTÍCIAS | BLOGS | ON TV

SEGURANÇA, CONFORTO E LAZER COM A melhor vista da cidade!

ALTO JARDIM

com parcelas de **R\$ 349,00**

ALTO JARDIM

Diogo Duranborg
Diretor Comercial na Construtora Casa Verde

Residencial Sierra une natureza e conforto em Arapiraca

Por Luana Ricciotti e Silvana Ricotti | [@carlosgomesimobiliaria](#)
Casa Diária

SIERRA RESIDENCIAL

Qualidade de vida é um dos aspectos mais visados por empreendedores que apostam na capital metropolitana do agreste, principalmente no setor imobiliário. A oferta de produtos e serviços para um público diferenciado cresce a cada dia devido à exigência da demanda, tanto para quem quer morar bem, quanto para quem quer investir no saber.

SAN LORENZO RESIDENCIAL

O ÚNICO COM 3 ÁREAS DE LAZER

- * SEGURANÇA 24H
- * SALÃO DE FESTAS
- * ACADEMIA
- * SALÃO DE JOGOS
- * QUADRA DE SQUASH
- * CAPELA ECUMÊNICA
- * CAMPO SOCIETY
- * QUADRA POLIESPORTIVA
- * PISCINAS ADULTO E INFANTIL

Segurança e qualidade de vida

Lotes para parcelar a partir de **R\$ 265,00**

FLOR DE MARIA **MASSANANDA**

Segurança 24 horas

36x PARCELE EM ATÉ 36x parcelas com cessação

3521-7796

PREMIUM IMÓVEIS 3521-7796

www.percababairroplanejado.com.br
ARAPIRACA - ALAGOAS

Fonte: Material de divulgação disponível nas páginas de internet⁷, acesso em dezembro de 2019.

⁷ <https://www.instagram.com/p/Bxst6v7IzZ8/>

<http://christiannobr.blogspot.com/2011/07/residencial-park-ville.html>

<https://minutoarapiraca.cadaminuto.com.br/noticia/10326/2013/04/23/residencial-sierra-une-natureza-e-conforto-em-arapiraca>

<https://www.carlosgomesimobiliaria.com.br/comprar/al/arapiraca/canafistula/terreno/33602705>

<http://www.premiummoveis.com.br/imovel/612260/condominio-fechado-venda-arapiraca-al-perucaba-bairro-planejado>

As propagandas elaboradas para serem vinculadas em sites, redes sociais e outdoors são parte do processo para atrair novos moradores para que acreditem que os LRCs são as melhores opções de moradia em meio às condições de vida da cidade e seus problemas como poluição, engarrafamento, barulho etc. Ainda que os indivíduos não valorizem a natureza, não usufruam dos equipamentos de lazer, o fato de existirem dentro do LRC são elementos sedutores para novos moradores perceberem a qualidade do empreendimento e são utilizados para justificar o valor do lote, da casa pronta para morar e do valor mensal da taxa de manutenção.

A divulgação de propagandas nas mídias tem favorecido a divulgação na cidade de um empreendimento intitulado “Perucaba bairro planejado” (Figura 20) proposta de primeiro bairro totalmente planejado (segundo equipe idealizadora) de Arapiraca, composto por LRCs e conjunto de edifícios verticais com uso residencial, comercial e de serviços. O principal objetivo das peças publicitárias é que as pessoas vejam o bairro como um lugar organizado, estruturado e seguro, qualidades que são buscadas pelas famílias no momento de escolher onde morar. A ideia é que seja uma opção para quem busca um espaço com vias pavimentadas, abastecimento e distribuição de água, energia elétrica, gás, saneamento, além de lazer com praças, quadras esportivas e piscina. Bairro localizado próximo ao bairro Centro, tradicional em oferta de comércio, serviços médicos e bancários, igrejas e escolas; o projeto é voltado para a parcela da população considerada classe média e média alta.

Figura 20 - Informações sobre o Perucaba Bairro Planejado

Perucaba, o bairro que já é uma realidade

Os bairros planejados são uma tendência e vêm sendo implantados em diversas cidades do Brasil e no mundo para solucionar problemas comuns às médias e grandes cidades, como trânsito, falta de infraestrutura urbana, violência, saneamento, entre outros.

É o primeiro bairro planejado de Alagoas dando uma nova direção para o crescimento e investimentos imobiliários em Arapiraca. Só um bairro que nasceu planejado pode oferecer a você e sua família tudo que você precisa em qualidade de vida, segurança e infraestrutura.





Fonte: Material de divulgação disponível em: <http://www.perucababairroplanejado.com.br/>
<https://www.instagram.com/perucababairroplanejado/> Acesso em 01 de agosto de 2020

O Perucaba bairro planejado é mais uma opção para a população buscar espaço cercado para morar, reduzindo os percursos para fora dos muros para a utilização de comércio e serviços em outras áreas da cidade, pois os moradores conseguem encontrar muito do que necessita dentro dos LRCs projetados. É mais um exemplo de como esse tipo de empreendimento tem encontrado público para o sucesso de suas vendas, sucesso este apoiado no discurso da exclusividade na realização de atividades diversas em meio a um lugar seguro. É uma proposta que tende a reduzir ao longo do tempo a experiência da cidade pelos indivíduos, priorizando a convivência em espaços fechados, que para usufruir deve ter seu acesso autorizado.

Ao longo de todo o processo de expansão, aumento de obras da construção civil e oferta de serviços em Arapiraca, leis foram necessárias para tentar organizar e direcionar ações por parte do poder público. A legislação consta de diretrizes e obrigações a serem cumpridas pelos moradores e responsáveis por obras na cidade, evitando e incentivando usos e ocupações de acordo com as características de cada área da cidade.

3.2.2 Legislação e o loteamento residencial cercado

As leis arapiraquenses expostas aqui são aquelas que apresentam informações sobre como planejar e gerir ações no espaço urbano, algumas leis tratam do tema de maneira superficial, enquanto outras aprofundam o conteúdo. É importante destacar o que cada lei propõe (se houver) para regular a construção de loteamentos e especificamente os do tipo LRC. A análise das leis possibilita identificar questões que facilitam a implantação desses espaços, devido à pouca ou nenhuma restrição presente na legislação. As principais leis urbanísticas em vigência no município são: a Lei Orgânica (1990), Código de Obras e Edificações (2001), Plano Diretor (2006) e Parcelamento do solo (2011).

1- Na década de 1990 foi promulgada a Lei Orgânica do município de Arapiraca (ARAPIRACA, 1990) com as primeiras diretrizes para orientação da atuação do prefeito e das secretarias municipais sobre orçamento dentre outros aspectos. É a primeira lei arapiraquense que cita a importância de elaborar o plano diretor como instrumento da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

A lei orgânica possui informações gerais e não possui exigências específicas para auxiliar no direcionamento do crescimento da cidade. Nesta época ainda não havia leis, paralelas a lei orgânica, consistentes para direcionar o uso e ocupação do solo, o que possibilitava uma liberdade por parte dos moradores e empresas na construção de moradias e estabelecimentos de usos diversos.

2- A lei nº 2.220 de 2001 institui o Código de Obras e Edificações no município de Arapiraca e dá outras providências (ARAPIRACA, 2001). Esta lei apresenta informações básicas para solicitar permissão para construir, construção de diferentes usos, e obter os documentos que a regularizam perante o poder público municipal. Constam informações simplificadas a respeito de: dimensões dos recuos, licença para construção e demolição, habite-se, dimensões mínimas dos compartimentos, exigências mínimas para o aproveitamento de iluminação e ventilação natural, instalações elétricas e hidráulicas, áreas de estacionamento, sobre fiscalização e infração, dentre outros.

Esta lei auxilia os responsáveis pela edificação a seguir um padrão construtivo com exigências mínimas dentro dos loteamentos, mas não estabelece diferenças entre loteamentos e condomínios, cercados ou não, e não determina exigências de acordo com diferentes bairros. Casas construídas nos loteamentos em bairros antigos, mais próximos do centro, seguem as mesmas exigências daquelas localizadas em novos bairros na periferia da cidade, com perfil completamente diferente. Diante das características particulares de cada área da cidade, há

urgência em uma reformulação e atualização desta lei (ano de 2001) visando estabelecer diretrizes compatíveis com a diversidade do espaço urbano atual.

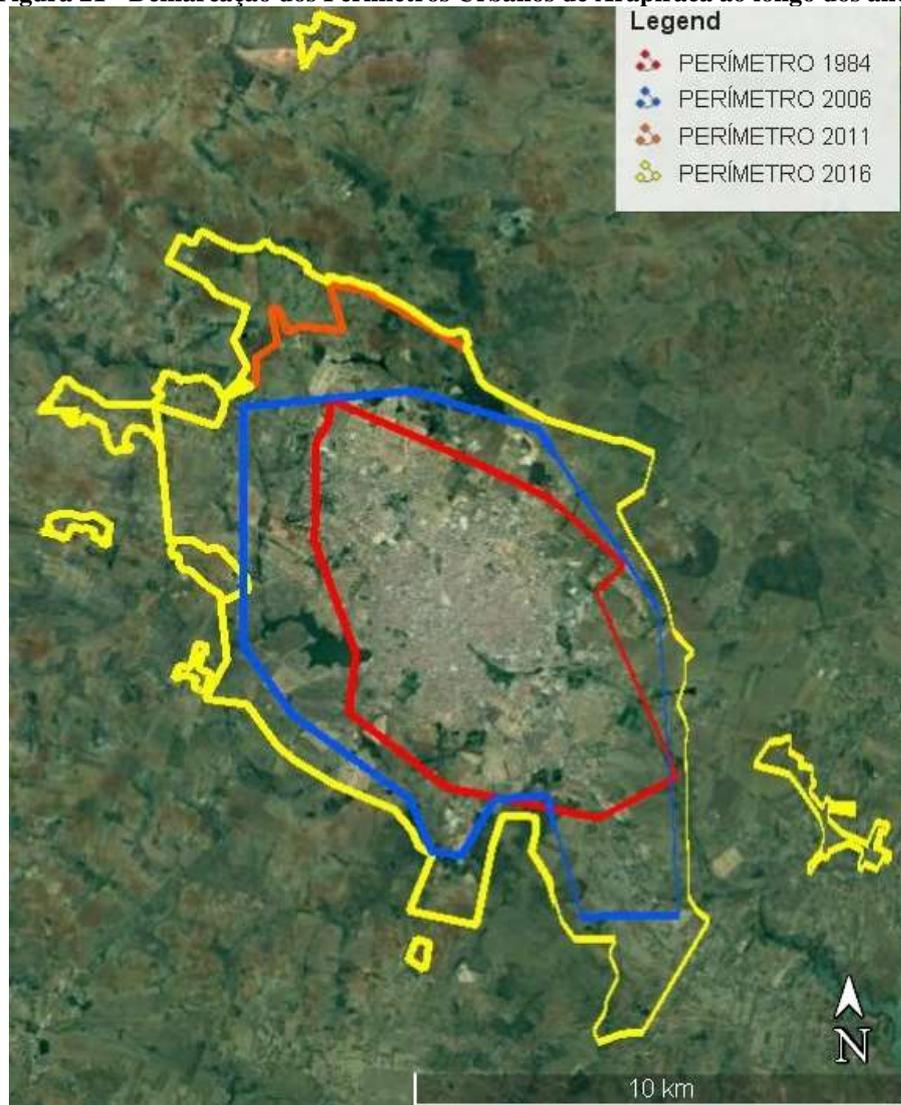
3- O plano diretor foi instituído pela lei 2.424 de 2006 (ARAPIRACA, 2006), até outubro de 2021 não há atualização, é dividido em capítulos, cada um aborda uma temática diferente: meio ambiente, saneamento ambiental, mobilidade e acessibilidade, uso e ocupação do solo, política habitacional, uso e ocupação do solo na macrozona urbana e rural, instrumentos da política urbana, são os principais temas. Para a implantação de novos loteamentos para uso residencial, o plano diretor definiu uma parte da cidade como Zona Especial de Expansão Urbana (ZEEU) e outra como Zona de Ocupação Dirigida.

No artigo nº 81 consta que a ZEEU será destinada à porção do território prevista para a ampliação da zona urbana e que legislação específica (não foi criada até outubro de 2021) definirá critérios de ocupação desta zona composta por parte dos bairros Senador Arno de Melo e Massaranduba (demarcação dos bairros de maneira imprecisa, sem definição de polígono). O artigo nº 66 afirma que um dos objetivos para a zona de ocupação dirigida é propor a ocupação restrita e destaca os bairros que fazem parte: Senador Arnon de Melo, Senador Nilo Coelho, Zélia Barbosa Rocha e Olho d'água dos Cazuzinhas.

O não cumprimento das exigências constantes no plano diretor por parte de técnicos, secretários e prefeitos levou à expansão de construções de usos diversos por bairros em toda a cidade, não obedecendo às especificidades propostas para cada zona traçada no plano diretor. A prefeitura não possui estudos urbanos precisos, orienta-se pelas ações dos proprietários de terra e promotores imobiliários e se omite nos casos de irregularidade no uso e ocupação do solo, questões que possibilitaram a dispersão de loteamentos por bairros que estão fora da ZEEU e da zona de ocupação dirigida.

A implantação dispersa de loteamentos sem obediência ao plano diretor (2006) contribuiu para o processo de expansão dos núcleos habitados na cidade ocasionando o aumento do perímetro urbano (Figura 21). Os proprietários de terrenos localizados na zona rural, realizaram o parcelamento do solo e construíram loteamentos de uso residencial. Devido à influência desses proprietários fundiários no município, diante do seu poderio econômico, o poder público municipal ampliou três vezes o perímetro urbano, entre 2006 e 2016, para incorporar à zona urbana esses empreendimentos antes em área rural e que nesta deveriam seguir legislação específica de acordo com seu perfil territorial (dimensão, produtividade etc.).

Figura 21 - Demarcação dos Perímetros Urbanos de Arapiraca ao longo dos anos.



FONTE: SILVA, Ricardo. 2017

A expansão do perímetro sem o devido estudo exige a ampliação de serviços e infraestrutura para suprir uma área maior do município, que em muitos casos não possui recursos financeiros para realizar a ampliação adequada, resultando em infraestrutura e serviços precários. Enquanto isso terrenos mais próximos do centro onde há ofertas de serviços, opções de empregos, iluminação pública e abastecimento de água disponíveis, estão vazios ou ocupados por estabelecimentos comerciais e de serviços, obrigando parte dos moradores a residir longe do local de trabalho, estudo e lazer. Diante da não obediência das diretrizes contidas no plano diretor, ele encontra-se defasado e em longo processo de revisão, ainda não concluída.

4- Em 2011 foi instituída a lei nº 2.770 que dispõe sobre parcelamento do solo no município de Arapiraca que possui como base a lei federal nº 6.766/1979 e acrescenta

informações a nível local. Consta na lei que o objetivo do parcelamento e da ocupação do solo urbano é desenvolver diferentes atividades com a concentração equilibrada destas e de pessoas na cidade e, estimular e orientar o desenvolvimento urbano, rural e industrial no município, mediante eficiente, eficaz e efetivo exercício de controle (ARAPIRACA, 2011). Todos os loteamentos propostos para a cidade, incluindo os do tipo LRC são analisados de acordo com esta lei, não há legislação específica para a liberação de loteamento residencial cercado.

Consta na lei nº 2.770 de 2011 que áreas públicas, conforme anexo II da lei de Parcelamento do solo (2011), são vias, áreas verdes e equipamentos comunitários⁸. Estas áreas devem ser abertas ao usufruto de todos os cidadãos da cidade. O que acontece de fato é que os responsáveis por parte dos loteamentos (aprovados de acordo com esta lei) delimitaram o empreendimento com muros, impedindo a utilização das áreas comuns por parte de não moradores, tornando-as áreas exclusivas dos proprietários de moradias. A não fiscalização e conivência do poder público facilitaram a disseminação dos LRCs na cidade.

Os loteamentos implantados do ano de 2007 até 2010 seguiam unicamente a lei federal nº 6766/1979 e sua alteração na lei 9.785 de 1999, a partir de 2011 passaram a obedecer também a lei municipal. A lei de parcelamento do solo de Arapiraca (2011) considera a demarcação do perímetro urbano de 2006 para compor suas exigências, o perímetro urbano válido atualmente é o aprovado em 2016. Logo a lei necessita de uma atualização para que as exigências levem em consideração a última ampliação do perímetro urbano.

Duas alterações foram identificadas na lei de parcelamento do solo de Arapiraca, a primeira alteração consta na lei 3.123/2015 que apresenta exigências para dimensões mínimas dos lotes de acordo com o perfil do loteamento, loteamento de interesse social e loteamento de médio e alto padrão (Figura 22). A referência A, B, C e D segue o zoneamento proposto no plano diretor de 2006, este não corresponde à realidade da cidade atualmente, é necessário atualização da lei com uma nova proposta de zoneamento, conforme a composição dos bairros posterior ao ano de aprovação do plano diretor.

⁸ São as edificações para o funcionamento dos sistemas de educação, cultura, saúde, lazer e similares.

Figura 22 - Dimensionamento mínimo dos lotes.

Referência	ATÉ 250 LOTES	250 A LOTES	ACIMA DE 500 LOTES
DIMENSIONAMENTO MÍNIMO DOS LOTES	A	8 X 20m – Para loteamento de interesse social; 10x22m –Para loteamentos de médio e alto padrão	
	B	8 X 20m – Para loteamento de interesse social; 10x25m –Para loteamentos de médio e alto padrão	
	C	8 X 20m – Para loteamento de interesse social; 12x25m –Para loteamentos de médio e alto padrão	
	D	10 X 25m – Para loteamento de interesse social; 15x30m –Para loteamentos de médio e alto padrão	12 X 25m – Para loteamento de interesse social; 15x30m –Para loteamentos de médio e alto padrão

Fonte: Arapiraca, 2015. Art. 2º da lei 3.123. Adaptado pela autora, 2020.

A segunda modificação identificada na lei de parcelamento do solo de Arapiraca (lei nº 2.770 de 2011) foi realizada através da lei 3.238/2016, esta altera a anterior apresentando novas delimitações dos perímetros das ilhas urbanas isoladas que não eram demarcadas em 2011. As duas alterações citadas (2015 e de 2016) foram realizadas na tentativa de adaptar a lei de parcelamento do solo ao novo contexto urbano arapiraquense, diferente de quando foi aprovada.

No ano de 2013 foi aprovada a lei 2.895 de 2013 que autoriza o município a aprovar projetos de condomínios de lotes no perímetro urbano do município de Arapiraca, nesta lei cita-se claramente “considera-se como condomínio fechado de lotes a divisão em frações ideias, composta de área de uso privativo e de uso comum dos condôminos” (ARAPIRACA, 2013). A palavra fechado já descreve a configuração do espaço, possibilitando o cercamento de um conjunto de lotes para a utilização restrita dos moradores.

O trecho contido na lei 2.895 de 2013: “a propriedade do sistema viário, das redes de abastecimento de água, luz e rede de esgoto, enfim, todas as áreas e equipamentos internos aos limites do condomínio serão de propriedade e responsabilidade dos condôminos”, a compreensão é que infraestrutura e serviços são privados, de obrigação dos proprietários dos lotes e o município se exime da responsabilidade da oferta de equipamentos e serviços. O poder público também não é responsável pela manutenção, pois a maneira como o condomínio será cuidado e organizado internamente depende do regimento interno e convenção condominial.

Mais um recorte da lei que chama a atenção e impacta é o parágrafo 1 do artigo 10: “todo o perímetro da área do Condomínio Residencial Horizontal de Lotes deverá ser murado, sendo que o muro deverá ter altura mínima de 2,50 m, que caracterizará a separação da área utilizada pelo condomínio com a área externa urbana ou privativa de terceiros” (ARAPIRACA, 2013), chama a atenção a total liberação da construção de muros, com altura elevada e nenhuma

exigência sobre a necessidade de ser permeável, possibilitando o contato visual entre interior e exterior, amenizando tal barreira. O que impacta é que a lei deixa clara a permissão para separar a área interna da área externa, materializando a segregação.

Duas restrições limitam a construção de maior número de condomínios de lotes em Arapiraca, a primeira é restringir o tamanho mínimo do lote em 15 metros de frente, 15 metros de fundo e 25 metros de frente a fundo em ambos os lados, totalizando área de 375m². A segunda restrição é que o condomínio ocupará uma dimensão máxima de 60.500m² com a quantidade máxima de 100 (cem) lotes. O Condomínio Villa de La Roche foi aprovado, em outubro de 2013, com base na lei de Condomínios de Lotes (ARAPIRACA, março 2013). As restrições, citadas acima, diferenciam o condomínio horizontal de lotes das outras modalidades de loteamentos dispersos pela cidade. Com base na legislação vigente, foi elaborado o quadro 4 com aspectos importantes sobre loteamento identificados em cada lei.

Quadro 4 - Síntese sobre legislação vigente em Arapiraca

Lei – ano	Informações gerais	Aspectos sobre loteamento
Lei orgânica – 1990	Diretrizes para ações por parte de secretarias e prefeito.	Cita pela primeira vez a necessidade de elaboração do plano diretor.
Código de obras e edificações – 2001	Apresenta condições mínimas para a construção, segurança, conforto e salubridade de edificações de diversos usos.	Exigências mínimas para construções de residências inseridas em loteamentos.
Plano diretor – 2006	Documento que orienta o uso e ocupação do solo na cidade, com demarcação de zonas com exigências específicas.	Criação da Zona Especial de Expansão Urbana para a implantação de novos loteamentos.
Parcelamento do solo – 2011 Alterada na lei 3.123/2015 Alterada na lei 3.238/2016	Consta de diretrizes para a concentração equilibrada de pessoas e atividades no município visando seu desenvolvimento.	Dimensionamento mínimo dos lotes, infraestrutura básica necessária, os trâmites necessários para a aprovação do loteamento.
Condomínio de Lotes – 2013	Autoriza o município a aprovar projetos de condomínios de lotes	Definição do condomínio residencial horizontal de lotes, dimensionamento mínimo dos lotes, infraestrutura básica necessária, os trâmites necessários para a aprovação.

Fonte: elaboração própria, 2019

As leis citadas acima não abordam especificamente loteamentos cercados, pois até o momento das aprovações não havia reconhecimento da existência de loteamentos do tipo LRC por parte do poder público municipal. Até outubro de 2021 nenhuma das leis foram atualizadas por parte da gestão pública.

3.3 Descrição dos LACS Selecionados para a Pesquisa

Para saber ao certo quantos LRCs estão presentes em Arapiraca, foi solicitado um documento para o departamento responsável pela aprovação de loteamentos na prefeitura de Arapiraca. A prefeitura de Arapiraca entregou em fevereiro de 2018 um documento, em resposta à solicitação da pesquisa sobre a quantidade de LRCs implantados no município, reconhecendo a existência de 30 (trinta) loteamentos de acesso controlado, o primeiro deles teve sua licença para construir aprovada em 2007. Uma nova solicitação foi realizada em 2019 e a secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em sua resposta não atualizou a lista de 2018.

Os loteamentos cercados que foram acrescentados aos 30 LRCs por Martins (2021) estão com as obras finalizando e em fase de lançamento, com propagandas em páginas da internet (Figura 23). Os quatro LRCs não foram incluídos na lista de 2019 pela prefeitura, entende-se que ainda não estavam aprovados pelo poder público municipal, são eles: Lorenzo Bernini Residencial, Residencial Portinari, Flor de Maria e JBR.

Figura 23 - divulgação na mídia do Residencial Lorenzo Bernini e Flor de Maria



Fonte: Material de divulgação disponível em: <https://carlos-gomes-imobiliaria.business.site/posts/6321122110874872128>
<https://www.rmsimobiliaria.com.br/imovel/venda/lote/arapiraca-al/massaranduba/residencial-flor-de-maria--arapiraca---al/352248> acesso em outubro de 2021

Todos os trinta LRCs (quadro 5) presentes na lista de 2019 foram aprovados antes da lei 13.465/2017, ou seja, foram construídos de maneira irregular como loteamento cercado, com guaritas e muros delimitando o empreendimento.

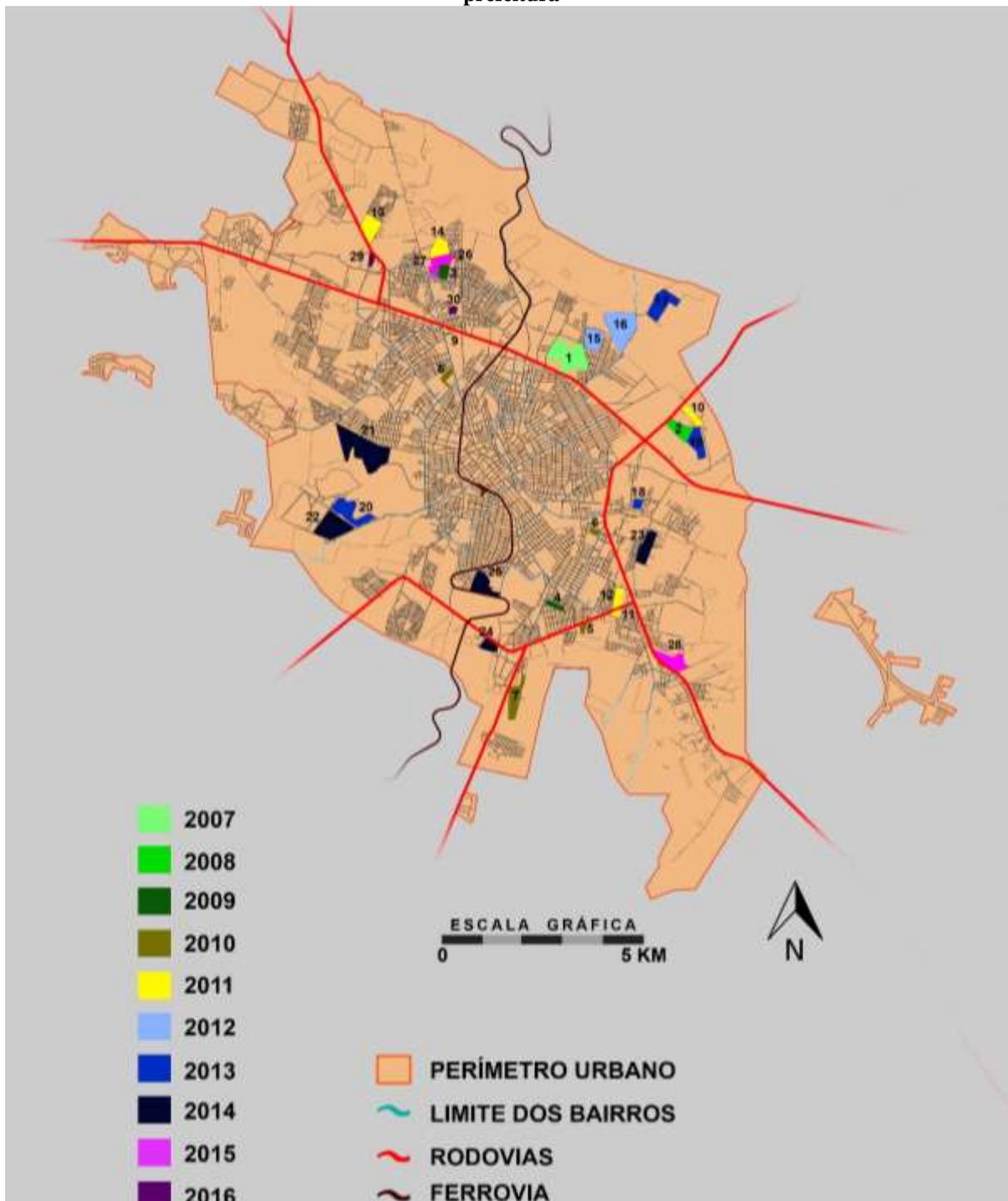
Quadro 5 - Loteamentos de acesso controlado reconhecidos pela Prefeitura de Arapiraca.

	Nome do loteamento	Bairro	Ano
1	Residencial Ouro Verde	Senador Arnon de Melo	2007
2	Altaville Residence	Canafístula	2008
3	Belo Jardim	Nova Esperança	2008
4	Colibri	Massaranduba	2009
5	Parque dos pássaros	Verdes Campos	2009
6	Morada do Sol	Boa Vista	2010
7	Parc Ville	São Luiz	2010
8	Bem Viver	Boa Vista	2010
9	Eldorado	Eldorado	2010
10	Morumbi	Brasiliana	2010
11	Monte Sinai	Canafístula	2011
12	Dona Carmelia	Boa Vista	2011
13	Residencial Aroeira	Massaranduba	2011
14	Cerejeira	Massaranduba	2011
15	Alto Jardim	Senador Arnon de Melo	2012
16	Sierra	Senador Arnon de Melo	2012
17	Reserva do Lago	Deputado Nezinho	2013
18	Center Park	Canafístula	2013
19	Araville	Canafístula	2013
20	Reserva da Perucaba	Zélia Barbosa Rocha	2013
21	Riviera do Lago	Zélia Barbosa Rocha	2014
22	Jardins Perucaba	Zélia Barbosa Rocha	2014
23	Canafistula	Canafístula	2014
24	Pedra Azul	Guaribas	2014
25	João Lopes	João Paulo II	2014
26	Pedro Tertuliano	Massaranduba	2015
27	Pedro Tertuliano II	Massaranduba	2015
28	San Lorenzo	Canafístula	2015
29	Jardim das Bromélias	Bom Sucesso	2016
30	Taquari	Planalto	2016

Fonte: Elaboração própria, 2019.

A grande maioria dos LRCs, 28 deles, localiza-se em bairros mais distantes do centro e áreas consolidadas, como é possível observar no mapa elaborado (Figura 24) com implantação dos LRCs de 2007 até 2016 com base na lista apresentada pela prefeitura de Arapiraca (quadro 5). Somente os loteamentos número 6 e 8 estão mais próximos do bairro centro e vizinhança.

Figura 24 - Mapa do perímetro urbano de Arapiraca com a implantação dos LRCs reconhecidos pela prefeitura



Fonte: Mapa disponibilizado pela prefeitura de Arapiraca via e-mail. Adaptado pela autora, 2019.

Após conhecer melhor a realidade dos loteamentos cercados em Arapiraca e o reconhecimento de trinta deles pela prefeitura, um recorte para reduzir a quantidade de LRCs é necessário diante dos recursos financeiros e de tempo disponíveis para a pesquisa. Para realizar o recorte é necessário estabelecer os critérios que resultarão na escolha dos LRCs onde as

técnicas de coleta de dados, apresentadas mais adiante, serão aplicadas. A seguir serão mais bem explicados os critérios de escolha e as principais características dos LRCs selecionados.

Dos trinta LRCs reconhecidos pela prefeitura de Arapiraca existem aqueles mais difíceis de serem visitados, por não haver liberação por parte da administração para a realização da pesquisa ou a não disponibilidade dos moradores para participar de uma das técnicas da coleta de dados, por exemplo. Diante dos aspectos que podem dificultar a realização do estudo, é necessário estabelecer critérios para escolher aqueles LRCs que melhor possibilitam a pesquisa de campo. Foram traçados três critérios:

1- Índice de ocupação do LRC, pois o interesse é compreender as relações de vizinhança entre moradores e quanto mais ocupado de casas e moradores um loteamento, acredita-se que mais relações sociais acontecem em seu interior. De acordo com informações da prefeitura municipal de Arapiraca, LRCs construídos e com terrenos liberados para a construção de casas de 2007 até 2012, os cinco primeiros anos de implantação deste tipo de empreendimento, são os com maior índice de ocupação.

2- O segundo critério foi conseguir a autorização por parte do síndico/presidente da associação de moradores/administração para realizar a pesquisa no interior do empreendimento. Assim ser possível percorrer o LRC, fotografar e entrevistar os moradores (em suas residências ou no lugar por eles desejados). A autorização se dá por meio de documento impresso e assinado pelo responsável pelo empreendimento a ser visitado.

3- Obter o contato de moradores e ver a disponibilidade deles para a coleta de dados foi o terceiro critério, pois sem a participação deles não é possível a realização da pesquisa de campo como planejada inicialmente. Uma das propostas é ter contato direto, através de entrevista, com o morador em uma das etapas do estudo, e sem a disponibilidade do participante a pesquisa ficaria incompleta e teria de ser reestruturada.

Os LRCs que cumprem os três critérios são os escolhidos para a pesquisa de campo. Após observar o primeiro critério (índice de ocupação) dos trinta LRCs restaram dezesseis. Estes são os LRCs construídos e colocados à venda de 2007 até 2012 e que em 2019 (ano da pesquisa de campo) possui alto índice de ocupação. Com a lista dos dezesseis LRCs que cumprem o primeiro critério, direcionou-se para o segundo critério que é a busca de autorização por parte da administração para realizar a pesquisa no interior do empreendimento.

Foi solicitada a autorização para a visita nos dezesseis LRCs e dentro do prazo estabelecido para obter resposta, diante do cronograma da pesquisa, sete autorizações foram obtidas, segundo critério, reduzindo o número de LRCs de 16 para 7. Com a lista dos sete LRCs parte-se para conseguir contatos de moradores em todos eles e ver a disponibilidade para

participarem da pesquisa. Em meio a buscas e conversas com amigos, foram obtidos contatos de moradores dos sete LRCs, terceiro critério. Foi difícil os moradores concordarem em participar da pesquisa (agendamento de entrevista), por alguns motivos: falta de interesse, não encontraram tempo, por exemplo. Inicialmente cinco moradores por LRC, totalizando 35, concordaram em participar da pesquisa e demonstraram disponibilidade para receber visita.

Assim, dentre os 30 (trinta) LRCs implantados em Arapiraca, 7 (sete) respondem aos três critérios, são os que possuem maior índice de ocupação, com a maior quantidade de casas habitadas em 2019, momento da pesquisa de campo. O responsável pela administração do LRC síndico/presidente da associação de moradores autorizou a entrada do pesquisador e a realização das atividades internas, segundo critério estabelecido. Por fim, moradores dos sete LRCs foram contatados e se dispuseram a participar da pesquisa, concluindo o terceiro critério.

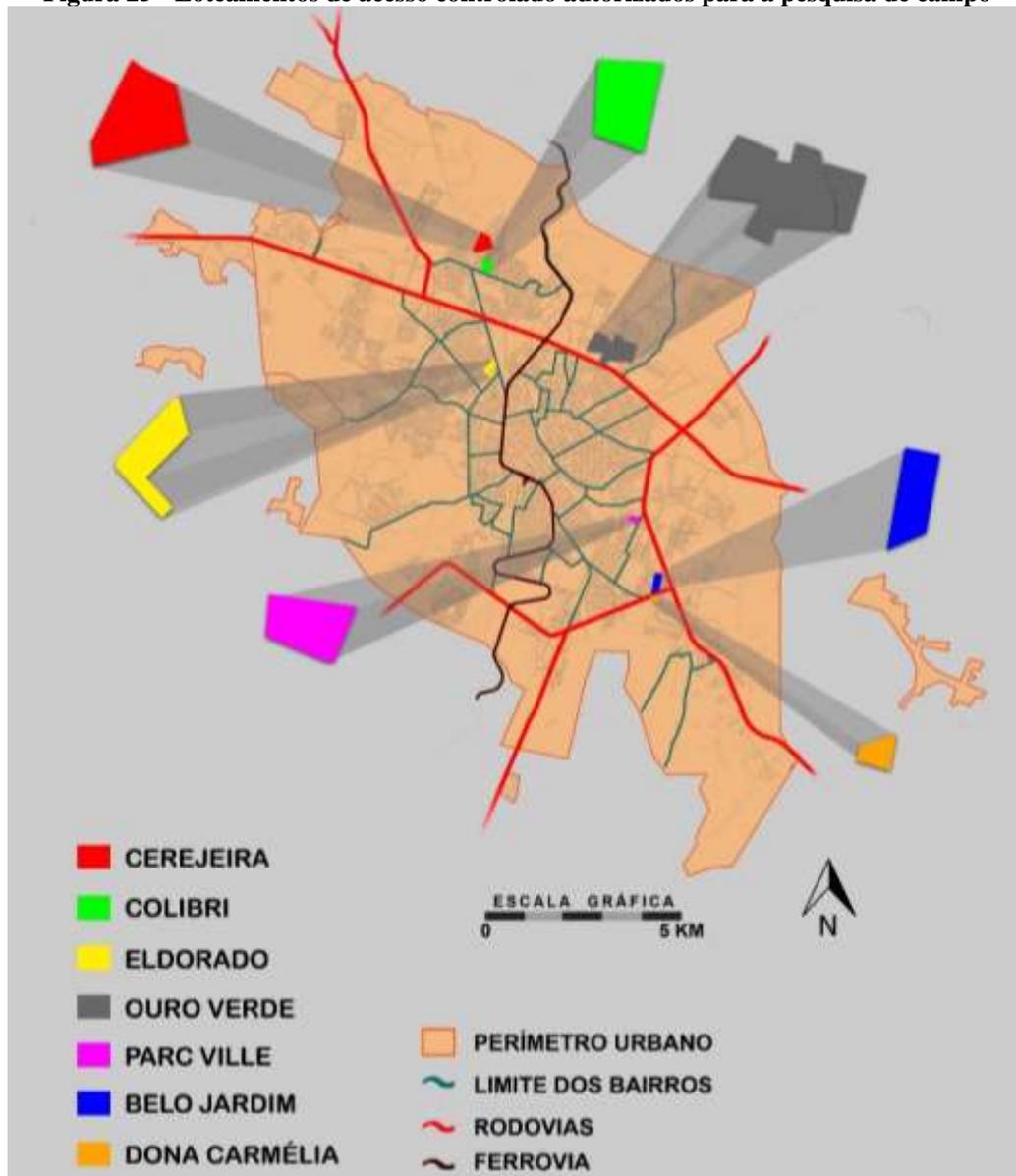
Os sete empreendimentos que serão parte da pesquisa após cumprimento dos três critérios são: Residencial Ouro Verde, Residencial Colibri, Residencial Parc Ville, Residencial Eldorado, Residencial Dona Carmélia, Residencial Belo Jardim e Residencial Cerejeira. Todos são loteamentos de acesso controlado implantados na cidade.

Cada um dos LRCs possuem características que serão explicitadas como, por exemplo: bairro onde está localizado, quantidade de lotes, área de lazer disponível, faixa de preço das moradias, perfil construtivo etc. Os aspectos de cada um dos loteamentos possibilitam identificar as semelhanças e diferenças mais marcantes entre eles. E assim ao final das etapas da coleta de dados conseguir verificar se essas semelhanças e diferenças entre LRCs se apresentam também nos aspectos sociais presentes na convivência para dentro de seus muros.

Os sete LRCs definidos para a pesquisa foram mapeados para obter a localização deles no perímetro urbano do município. Somente foi descoberto a proximidade entre o Colibri e Cerejeira e o Belo Jardim e Dona Carmélia após a marcação deles no mapa, pois a pesquisadora não conhecia a localização dos empreendimentos antes da elaboração da tese.

Dos sete LRCs (figura 25) três deles encontram-se mais próximos de bairros antigos que possuem infraestrutura e concentração de locais de trabalho, estudo e lazer com a oferta de comércio e serviços, são eles: Residencial Eldorado, Ouro Verde e Parc Ville. Os demais LRCs, Residencial Cerejeira, Colibri, Belo Jardim e Dona Carmélia foram locados em bairros ainda em processo de crescimento que comparados aos bairros mais centrais não possuem infraestrutura completa (pavimentação de vias, por exemplo), linhas de transporte público e diversidade de postos de trabalho.

Figura 25 - Loteamentos de acesso controlado autorizados para a pesquisa de campo



Fonte: Mapa disponibilizado pela prefeitura de Arapiraca via e-mail. Adaptado pela autora, 2019.

Abaixo serão apresentadas informações gerais sobre cada um dos LRCs para compreender suas características, obtidas em consulta aos documentos da Prefeitura Municipal de Arapiraca, informações que antecederam as visitas de campo para observação e entrevista.

a) Residencial Ouro Verde

O Residencial Ouro Verde localiza-se no bairro Senador Arnon de Melo, foi aprovado em 2007 e logo em seguida foram iniciadas as obras e vendas de seus 212 lotes. Todo o loteamento é delimitado por muros com vigilância privada, que se dá através de funcionários

motorizados circulando por toda a extensão do LRC e com câmeras de monitoramento em todas as vias.

Os lotes são estritamente de uso residencial, apresenta casas personalizadas de acordo com as decisões dos moradores juntamente com profissionais da construção civil. Parte das casas possuem térreo mais pavimento superior e todas cumprem a exigência de área construída mínima. O Ouro Verde (figura 26) é voltado para a parcela da população inserida na faixa de renda alta, considerando o valor de venda da moradia construída, em dezembro de 2020 com média de 750 mil reais e algumas casas atingindo 1 milhão e 500 mil reais, além da taxa mensal para a manutenção e limpeza do loteamento.

Figura 26 - Acesso principal Residencial Ouro Verde



Fonte: Material de divulgação disponível em: <http://uninvestouoverde.com.br/empreendimentos/condominio-ouro-verde-a-marca-e-a-garantia-2/> acesso em dezembro de 2019

b) Residencial Colibri

O Residencial Colibri localiza-se no bairro Massaranduba, foi aprovado em 2009 e no mesmo ano foram iniciadas as obras e vendas dos 232 lotes. O loteamento é cercado por muros com vigilância através de câmeras, a presença de guarita com porteiro controla a entrada e saída de pedestres e veículos (Figura 27).

As casas eram inicialmente padronizadas (quantidade, distribuição e dimensão dos cômodos e fachada frontal), mas foram reformadas pelos moradores ao longo dos anos. Reformas que ampliaram cômodos, modificaram muros e desenhos da fachada, o que manteve é que todas as casas são térreas. Algumas moradias em seu interior são de uso misto, residencial e comércio (pequeno mercadinho), residencial e serviço (salão de beleza). O empreendimento é voltado para a faixa de renda mais baixa que o Ouro Verde, considerando o valor de venda da moradia construída, em dezembro de 2020 média de 150 mil reais.

Figura 27 - Acesso principal Residencial Colibri



Fonte: Autora, 2017.

c) Residencial Parc Ville

O Residencial Parc Ville localiza-se no bairro São Luiz, foi aprovado em 2010 e logo em seguida foram iniciadas as obras e vendas de seus 74 lotes. Assim como os LRCs anteriores ele é delimitado por muros, possui vigilância com funcionários motorizados circulando internamente e câmeras registrando as vias e entradas das residências. A guarita com porteiro controla entrada e saída de moradores, visitantes e funcionários.

As vias e área de lazer são de uso exclusivo dos moradores e convidados por eles autorizados. O uso dos espaços deve seguir as exigências do regimento interno em vigência no LRC, nele constam as normas e punições para o não cumprimento. No Parc Ville (Figura 28) todas as construções são de uso residencial, apresenta casas personalizadas para cada morador, distribuição, dimensão de cômodos e composição da fachada. É voltado para a parcela da população considerada de faixa de renda alta, considerando o valor de venda da moradia pronta para morar, em dezembro de 2020, média de 600 mil reais, podendo atingir 1 milhão de reais.

Figura 28 - Acesso principal Residencial Parc Ville



Fonte: Autora, 2019.

d) Residencial Eldorado

O Residencial Eldorado localiza-se no bairro Baixa Grande, foi aprovado em 2010 e no ano seguinte foram iniciadas as obras das áreas comuns e vendas de terrenos para a construção das casas. É um loteamento cercado por muros, cerca elétrica, possui funcionários da segurança privada circulando pelas vias internas e guarita controlando o acesso de pedestres e veículos. As edificações possuem uso estritamente residencial, as áreas comuns, como as quadras esportivas, piscina e playground são de uso exclusivo dos moradores e visitantes autorizados. A utilização de todo o loteamento deve seguir o que consta em regimento interno, aprovado pelos moradores que se comprometem a obedecer às regras e cumprir punições.

Este LRC possui 102 lotes, cada casa foi projetada de acordo com as necessidades de cada família moradora com o suporte técnico de arquiteto e/ou engenheiro, com isso não são iguais, mas seguem exigência de área construída mínima podendo ter mais de um pavimento. Os materiais construtivos devem ser de alto padrão, de acordo com o mercado da construção civil conforme qualidade, durabilidade e preço. O Eldorado (Figura 29) é voltado para a faixa de renda alta, considerando o valor de venda da moradia construída, em 2020 média de R\$700.000,00.

Figura 29 - Acesso principal Residencial Eldorado



Fonte: Material de divulgação disponível em: <http://uninvestouoverde.com.br/empreendimentos/residencial-eldorado-2/> acesso em dezembro de 2018

e) Residencial Dona Carmélia

O Residencial Dona Carmélia localiza-se no bairro Boa Vista, o loteamento foi aprovado na prefeitura de Arapiraca em 2011 e logo em seguida foram iniciadas as obras das áreas comuns e vendas de seus 73 lotes. Toda a sua extensão é cercada por muros, a presença de guarita com porteiro controla a entrada e saída de moradores e visitantes, a pé ou em veículos. A área de lazer disponível no interior do LRC é de uso exclusivo daqueles que moram e seus convidados.

As casas foram construídas padronizadas, com projeto arquitetônico idêntico para todos os lotes (distribuição, quantidade e dimensão dos cômodos e fachada frontal), mas atualmente são observadas residências que passaram por reformas conforme necessidades da família moradora, como ampliação de cômodos e mudanças na fachada frontal. O Residencial Dona Carmélia (Figura 30) é voltado para a faixa da população considerada de renda média, considerando o valor de venda da moradia pronta para morar, em 2020 o custo médio foi de R\$150.000,00.

Figura 30 - Acesso principal Residencial Dona Carmélia



Fonte: Autora, 2019

f) Residencial Belo Jardim

O Residencial Belo Jardim (Figura 31) localiza-se no bairro Boa Vista, a licença para a construção foi aprovada pela prefeitura em 2011, as obras do loteamento foram iniciadas e nos 265 lotes foram construídas as residências. Assim como o Colibri e o Dona Carmélia, o Belo Jardim apresenta casas que inicialmente eram padronizadas, com projetos idênticos para todos os lotes, mas que passaram por reformas internas e externas ao longo dos anos. Algumas construções possuem uso misto, residencial e comércio, mercadinho com venda de produtos diversos, residencial e serviço, com salão de beleza e escritório, dentre os exemplos visitados.

O residencial é delimitado por muros, a guarita com porteiro impede o livre acesso para circulação nas vias internas e utilização das áreas de recreação, pois são de uso exclusivo dos moradores e quem receber autorização para entrada. O LRC é voltado para a parcela da população considerada de faixa de renda salarial média, considerando o valor de venda da moradia construída, em 2020 custando em média R\$100.000,00.

Figura 31 - Acesso principal Residencial Belo Jardim



Fonte: Autora, 2019

g) Residencial Cerejeira

O Residencial Cerejeira localiza-se no bairro Massaranduba e possui 491 lotes, a licença para construção foi aprovada em 2011 e as obras de áreas comuns e casas foram iniciadas. É um loteamento cercado com muros e seu acesso é controlado através do porteiro que restringe a entrada e saída de pessoas e veículos. Assim como todos os outros LRCs as vias internas são de uso exclusivo dos moradores e visitantes por eles autorizados.

Em todos os lotes as casas foram construídas todas iguais com projeto arquitetônico padronizado (quantidade, distribuição e dimensão dos cômodos e fachada), com as devidas adaptações para lotes de esquina, mas parte das casas foram reformadas por iniciativa dos moradores ao longo dos anos, tanto internamente quanto na fachada frontal. Algumas moradias em seu interior são de uso misto, residencial e comércio (pequeno mercadinho, exemplo observado), residencial e serviço (salão de beleza, exemplo observado). O Cerejeira (Figura 32) é voltado para a população da faixa de renda média, considerando o valor de venda da moradia pronta para morar, em 2020 o valor médio foi de R\$80.000,00.

Figura 32 - Acesso principal Residencial Cerejeira



Fonte: Material de divulgação disponível em <http://www.engenharq.com.br/status-da-obra/entregues/> acesso em janeiro de 2019.

Em resumo as informações colhidas sobre os sete LRCs podem ser observadas no quadro síntese abaixo (quadro 6):

Quadro 6 - Aspectos socioeconômicos dos LRCs selecionados

Nome do Loteamento Residencial Cercado– LRC	Ano de liberação	Área total	Quantidade de lotes
RES. OURO VERDE	2007	147.078,99 m ²	212
RES. BELO JARDIM	2008	65.241,00 m ²	265
RES. COLIBRI	2009	57.728,50 m ²	232
RES. PARC VILLE	2010	29.768,04 m ²	74
RES. ELDORADO	2010	50.899,93 m ²	102
RES. DONA CARMÉLIA	2010	24.055,00 m ²	73
RES.CEREJEIRA	2011	109.471,27 m ²	491

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os aspectos em comum identificados até esta etapa da pesquisa são: são espaços cercados com controle de acesso através da presença da guarita com porteiro, para ter acesso é necessário autorização; as vias e áreas de lazer são de uso exclusivo de moradores e seus convidados. Os moradores são proprietários apenas de seus terrenos e casas, as áreas comuns são de responsabilidade da administração e a associação de moradores que existe para garantir a manutenção e melhorias dessas áreas. A prefeitura não informou se 1-as áreas comuns ainda pertencem ao município e o uso delas foi cedido ao particular ou se 2-as áreas comuns internas são de propriedade do LRC e em troca cedeu terreno fora dos muros (em qualquer outra parte da cidade) para construção de equipamentos públicos.

Em 2018 foram obtidos da prefeitura os projetos urbanísticos dos sete LRCs e assim foi possível partir para a visita de campo consultando os espaços propostos e sua materialização na realidade, auxiliando nas anotações. Antes da realização da observação e entrevista, a pesquisa foi submetida à análise do comitê de ética por meio da Plataforma Brasil, esta após avaliar todos os documentos exigidos aprovou a realização da pesquisa de campo e emitiu um parecer com detalhes da aprovação (Anexo B).

4 APROXIMAÇÃO DA REALIDADE INVESTIGADA

Após a elaboração do referencial teórico com a apresentação de conceitos e informações sobre a cidade de Arapiraca (capítulos anteriores), a fase seguinte do trabalho é a pesquisa de campo. A pesquisa aqui apresentada quanto à sua natureza e abordagem, é **qualitativa**, este tipo de trabalho permite aprofundar o estudo e o conhecimento sobre determinado fenômeno mediante o contato direto com sua realidade.

O contato direto acontece por meio da relação pesquisador e trabalho de campo visando obter dados e informações que esclareçam o tema proposto, para isso são estabelecidos instrumentos de coleta de dados para realizar a pesquisa. Segundo Silveira e Córdova (2009, p.31): “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”. O foco não é direcionado para a quantidade de dados e participantes da pesquisa, devido à dificuldade de acesso aos mesmos, mas a atenção é dada para o conteúdo que foi possível acessar e analisar.

O fenômeno estudado abrange os loteamentos de acesso controlado dispersos na cidade de Arapiraca, não foram encontrados documentos que reúnam informações detalhadas sobre o tema, logo a pesquisa pretende, por meio de técnicas, colher dados que aprofundem o conhecimento sobre o assunto. Informações como o histórico de construção dos LRCs, mapeamento da implantação deles no município, suas características espaciais, levantamento de padrões no projeto urbanístico etc., não constam prontos em banco de dados, logo é necessária a pesquisa e elaboração de material documental.

Além das pesquisas documentais, consulta de mapas e projeto urbanístico, acredita-se na importância da pesquisa de campo, na relação entre pesquisador e realidade, levando à integração de teoria e prática. Assim o pesquisador consegue ter contato com o espaço que ele quer investigar, se aproxima dele e conhece através do caminhar, das fotografias e anotações.

Quanto à escolha do objeto de estudo, a pesquisa se utiliza de **um estudo de casos múltiplos**. O estudo de caso possibilita explorar um ou mais sistemas com a utilização de técnicas de coleta de dados, registrando informações necessárias para a compreensão do fenômeno. O estudo de caso permite obter essa compreensão em um contexto da vida real, assim o pesquisador entra em contato com esse universo onde as características do fenômeno são desvendadas.

Um estudo de caso apresenta três fases em seu desenvolvimento, inicialmente, há a 1-fase exploratória; a seguir há a 2-delimitação do estudo e a coleta de dados; na terceira fase, há a 3-análise e discussão dos dados. No caso da presente pesquisa, durante a fase exploratória

houve a identificação de todos os LRCs construídos em Arapiraca, mas diante da impossibilidade de trabalhar com todos por restrição de tempo e recurso financeiro, foi necessária a delimitação do estudo selecionando os LRCs para realizar a coleta de dados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo **exploratória, descritiva e explicativa** e tem como intuito a investigação em detalhes do fenômeno foco do estudo. A pesquisa explora o tema reunindo material sobre ele, descreve as informações coletadas e explica dados para torná-los claros e assim aprofundando o conhecimento da realidade (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). A realidade considerando 1-os indivíduos, 2-o lugar onde se encontram e 3-as relações existentes entre esses indivíduos e o lugar, no que se refere aos LRCs é essencial direcionar atenção para 1-os moradores, individualmente e em grupo, 2-o LRC em si e 3-a relação entre moradores e o LRC onde moram.

Acredita-se que para desenvolver uma pesquisa é indispensável a escolha de ferramentas de busca de informações sobre o objeto de estudo, existem muitas técnicas de coleta de dados, é importante selecionar aquelas mais compatíveis com a pesquisa, visando alcançar o objetivo proposto. No que se refere às técnicas de coleta de dados, aqui são propostas pesquisa documental, observação e entrevista.

A **pesquisa documental** vale-se de materiais consultados que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos propostos. Os documentos consultados nesta etapa são os de fontes primárias, aqueles que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de páginas de internet, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, gravuras, pinturas a óleo, desenhos técnicos, mapas etc. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.67). Nesta pesquisa são consultados documentos oficiais, leis vigentes em Arapiraca e mapas cedidos pela prefeitura, a partir das informações constantes neles poder aprofundar o estudo sobre a realidade dos LRCs.

A **observação**, a terceira técnica de coleta de dados, tem como intuito estar atento à determinados aspectos do fenômeno estudado. A observação obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade e realizar registros do que está sendo observado, segundo Gil (2007, p.110): “a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação”. Nesta pesquisa será realizada a observação 1-sistemática, 2- na vida real.

1-Para Marconi & Lakatos (1996) a observação sistemática também pode ser denominada observação estruturada e planejada. Na observação sistemática (estruturada) o observador traça o que irá observar no lugar a ser visitado: pessoas, suas ações, espaços percorridos, por exemplo. No caso desta pesquisa, serão observados os moradores circulando

nas áreas comuns, como estão organizadas estas áreas, quais são elas, qual o uso, se possui placas informativas, a presença de funcionários, dentre outros. Sempre que possível perceber ações que se relacionam aos cinco aspectos da coesão social, 1) o nível de conflito; 2) sociabilidade; 3) o grau de participação na comunidade; 4) o nível de confiança e 5) a identidade/pertencimento ao lugar.

2-É uma observação da realidade, colhendo-se os dados à medida que vai acontecendo o fenômeno, de modo natural (MARCONI & LAKATOS, 1996). Conforme o pesquisador visita o LRC, anotações em tempo real são feitas no momento da observação e que serão analisadas em momento posterior no processo de consulta e revisão dos dados registrados no ato da observação. A presença do pesquisador-observador não passa despercebida aos olhares dos moradores e funcionários, isto é levado em consideração no momento de registrar e analisar o que foi observado.

As anotações realizadas durante a observação são registradas em um relatório, um documento escrito constando: horário e dia da semana que foram feitas as observações, os moradores observados (sexo, faixa etária, sozinhos, em grupo), local onde foram observados (passeio, área de lazer, entrada das casas), áreas comuns (quais são, qual o uso, se possui algo que atrai atenção, como placas, avisos, algo em manutenção) etc. Importante considerar que os espaços coletivos são usados de formas diversas e por grupos diferentes conforme o horário e o dia da semana.

Como apresentado no capítulo anterior, dos trinta LRCs reconhecidos foi necessário realizar um recorte para a pesquisa, sete cumpriram os três critérios e foram selecionados para a etapa da observação. Cada um dos sete LRCs visitados possui seu relatório com as informações observadas nos dias de visita, e estas auxiliarão a identificar elementos da coesão social, conforme referencial teórico, ou com outra definição, presente nas relações de vizinhança.

A **entrevista** é a quarta técnica de coleta de dados a ser utilizada, ela possibilita que o entrevistador capte informações do participante, a entrevista é “uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio de interrogatório do informante, dados para a pesquisa” (CERVO; BERVIAN; DA SILVA; 2007, p.51). É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.72). O participante da pesquisa deve estar ciente sobre o tema de estudo e ter informações explicadas antes da aplicação do instrumento.

A entrevista é orientada por questões abertas, permitindo uma flexibilidade nas respostas onde cada participante poderá expor em maior profundidade seus pensamentos. A escolha do tipo de entrevista é pela semiestruturada. Todos os entrevistados responderão as mesmas perguntas, mas a forma de perguntar (a estrutura da pergunta) e a ordem em que as questões são feitas podem variar de acordo com as características de cada entrevistado. Nesta pesquisa os entrevistados são moradores dos LRCs, a quantidade de participantes depende da disponibilidade de cada indivíduo.

As três técnicas de coleta de dados, descritas individualmente acima, são fundamentais para a execução da pesquisa (quadro 7).

Quadro 7 - Técnicas de coleta de dados utilizados na pesquisa.

TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	POR QUE USAR?	APLICAÇÃO DA TÉCNICA
Pesquisa bibliográfica Estudo do tema a luz da produção teórica de diferentes autores.	Para explorar o tema, conhecendo diferentes trabalhos produzidos e assim ter embasamento para aplicar conceitos na realidade de estudo.	Consultando livros, periódicos, artigos publicados em congressos, seminários e encontros, realiza-se leituras e análises sobre o tema, para então elaborar os conceitos.
Pesquisa documental Utiliza como fonte de informação documentos autênticos.	Porque são necessárias informações reais do objeto de estudo, como mapas, projetos urbanísticos e legislação, para entender o que está posto no espaço a ser estudado.	Os documentos foram obtidos na prefeitura municipal de Arapiraca através de solicitação feita em ofício. Os materiais são estudados para compreensão da realidade.
Observação Ação de considerar com atenção a realidade investigada: pessoas, objetos e eventos.	Pois é importante ir além de documentos e ter a experiência do espaço, das pessoas e a relação entre eles que acontece espontaneamente.	Realizada em sete loteamentos, elaborando relatórios para cada LRC com a descrição do que foi observado em cada um sobre pessoas e eventos no espaço.
Entrevista Coleta de informações através da comunicação entre duas pessoas: pesquisador e participante da pesquisa.	Para obter o ponto de vista do sujeito que vivencia o espaço estudado, entender como ele compreende e se expressa a respeito das relações por ele vividas naquele lugar.	Durante diálogo entre pesquisador e entrevistado. Diálogo realizado através de perguntas para o morador com o intuito de obter informações sobre a convivência dentro do LRC.

Fonte: Elaboração própria, 2019

Cada uma das técnicas descritas acima é de fundamental importância para analisar a realidade cruzando informações vindas da teoria com a prática da pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica e a documental encontram-se nos capítulos 2 e 3 da tese, mas as informações obtidas sobre o tema estão presentes em todo o trabalho, possibilitando o constante aprendizado dos conceitos para o desenvolvimento do estudo. Segue abaixo a apresentação das demais técnicas de coleta de dados: observação e entrevista. Antes de aprofundar sobre observação e entrevista, considera-se importante destacar dois pontos:

- a) A pesquisa aqui desenvolvida reconhece a existência e importância das relações virtuais que acontecem atualmente através de aplicativos de conversa, jogos e redes sociais, *whats app, instagram e twitter*, por exemplo, mas o foco dos estudos sempre esteve direcionado para as dinâmicas sociais fisicamente próximas, com contato frequente.
- b) A observação e a entrevista aconteceram no momento no qual o interesse da pesquisa estava voltado em registrar a convivência social, com interação e proximidade física entre os moradores de dentro dos LRCs e como se relacionavam também com vizinhos do entorno, de fora dos muros. As duas técnicas foram aplicadas em maio, junho e julho de 2019 e suas análises e inserção na tese aconteceram nos meses posteriores, antes do decreto de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020.

Diante do exposto, segue abaixo a apresentação das duas técnicas de coleta de dados, observação e entrevista.

4.1 Observação: atenção à realidade investigada

A observação apresenta impressões da vida intramuros, descrições do que foi observado durante as visitas, etapa anterior às entrevistas presenciais. Os circuitos realizados foram espontâneos e de maneira aleatória, não havia um percurso pré-estabelecido para cada LRC. A técnica foi realizada nos sete LRCs definidos, conforme autorização do síndico/administração/representante dos moradores, com o intuito de perceber os componentes da coesão social, são eles: Residencial Ouro Verde, Belo Jardim, Eldorado, Cerejeira, Colibri, Parc Ville e Dona Carmélia. Nestes três últimos o passeio foi realizado a pé, nos demais além de deslocamentos a pé, aconteceu a circulação de carro. As visitas para a observação aconteceram nos meses de maio, junho e julho de 2019.

As visitas para a observação dependiam do síndico, responsável pela administração e associação de moradores atender ligação da pesquisadora e autorizar a entrada junto à portaria, pois não deixaram prévia autorização com porteiros. O fato de estarem cientes da pesquisa e assinar manualmente o documento autorizando a pesquisa não era suficiente para o livre acesso dentro dos LRCs, a entrada dependia do contato morador-porteiro para a liberação.

Destaca-se aqui algumas situações que dificultaram a pesquisa: 1-a síndica do residencial Eldorado parou de atender ligações após duas visitas, moradores que foram contactados não se mostraram favoráveis à liberação da visita em outros dias; 2-o residencial Cerejeira estava em transição entre os síndicos, as visitas foram liberadas pelo anterior e a nova síndica não respondeu aos contatos, a visita somente foi possível pois uma moradora contactada liberou acesso; 3-nos residenciais Belo Jardim e Ouro Verde os responsáveis pela administração

afirmaram que pesquisas não eram bem aceitas, pois os moradores não gostavam de serem incomodados de nenhuma maneira. A liberação aconteceu em uma quantidade de vezes menor do que previsto e as visitas para observações (quadro 8) aconteceram mesmo com as limitações citadas.

Quadro 8 - Visitas para Observação realizadas em 2019

Nome do LRC	Quantidade de visitas	Dia da semana	Turno
Ouro Verde	3 14 maio 2019 24 maio 2019 05 junho 2019	Dias úteis	Tardes
Parc Ville	2 11 maio 2019 25 maio 2019	Sábados	Manhãs
Colibri	2 21 maio 2019 28 maio 2019	Dias úteis	Tardes
Eldorado	2 17 maio 2019 20 maio 2019	Dias úteis	Tardes
Dona Carmélia	2 22 maio 2019 29 maio 2019	Dias úteis	Tardes
Belo Jardim	2 27 maio 2019 30 maio 2019	Dias úteis	Tarde Noite
Cerejeira	2 18 maio 2019 01 junho 2019	Sábados	Manhãs

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Antes de iniciar as visitas ficaram estabelecidos alguns aspectos a serem observados em cada um dos LRCs: pessoas (moradores e funcionários), lugares (áreas comuns: vias e espaços de lazer), eventos (encontros entre moradores, utilização das áreas comuns, momentos de convivência), na tentativa de captar aspectos que se relacionassem de algum modo com: o 1) o nível de conflito; 2) sociabilidade; 3) o grau de participação na comunidade; 4) o nível de confiança e 5) a identidade/pertencimento ao lugar.

Havia uma expectativa de que estes cinco componentes seriam mais bem compreendidos com as entrevistas. Também ficou estabelecido observar dois aspectos citados por Zeisel (2006,p.11) o “contexto e ação do usuário”, sobre o contexto a proposta é observar o espaço construído, áreas comuns, quantidade e distribuição, e no que se refere à ação do usuário, destaca-se as pessoas, usos das partes que compõem o empreendimento, os eventos que surgem no lugar.

Anotações foram realizadas a cada visita para no final da observação dos sete LRCs ser possível traçar as características comuns entre eles e definir se eles seguem um padrão de projeto e de utilização.

OBSERVAÇÃO NO RESIDENCIAL OURO VERDE

O primeiro empreendimento a ser explorado é o **Residencial Ouro Verde**, primeiro LRC implantado na cidade no ano de 2007 (não há registro de LRCs anteriores a esse ano), primeiro espaço cercado disponível com moradias e equipamentos de lazer exclusivos para moradores e visitantes autorizados. Desde o início da obra, a proposta sempre foi ser um loteamento delimitado por muros e com vigilância privada, não havia lei específica na época de sua construção, mas o poder público municipal não impediu a execução e venda de lotes e casas. O acesso principal ao LRC se dá pela rodovia AL 220, esta possui estabelecimentos comerciais, Hospital de Emergência, shopping center, faculdade, sede da prefeitura de Arapiraca dentre outros pontos de atração de pessoas (Figura 33).

Figura 33 - Uso diverso nas proximidades do Res. Ouro Verde



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019

Os muros do entorno são elevados (Figura 34), possuem cerca elétrica e há vigilantes circulando a pé e sobre moto, de todos os LRCs visitados é o maior de acordo com a área construída, número de lotes e oferta de lazer para os moradores e por isso há um maior número de vigilantes por todas as áreas.

Figura 34 - Muro que delimita o Res. Ouro Verde



Fonte: Autora, 2019

É o único dos LRCs que possui espaços de recreação dispersos por toda a sua extensão (Figura 35), há praças e playgrounds em diferentes pontos do residencial, possui quadras esportivas, piscina e salão de festas. Ainda possui uma capela para eventos religiosos.

Figura 35 - Projeto Urbanístico Residencial Ouro Verde



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019

Durante as visitas (quadro 9) os únicos espaços comuns que foram vistos sendo utilizados foram os passeios onde pedestres realizam caminhadas, vias com circulação de carros e motos. Quadras esportivas, piscina, capela e espaço para eventos estavam vazios nos momentos de observação.

Quadro 9 - Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Ouro Verde

Nome do LRC	Quantidade de visitas	Dia da semana	Turno
Ouro Verde	3	Dias úteis	Tardes

Fonte: elaboração própria, 2019

Apesar de placas limitando a velocidade das vias internas em 20km/h, foi comum ver carros ultrapassando essa velocidade limite. Sobre pessoas, lugares e eventos (quadro 10), observou-se, nos dias das visitas, o perfil etário dos moradores circulando nas áreas comuns, especificamente os passeios, era de idosos e crianças em sua maioria. Não foram vistos moradores nas proximidades das casas, nem grupos de moradores reunidos nos espaços para recreação.

Quadro 10 - Elementos que foram observados nas visitas ao Residencial Ouro Verde

LRC	Pessoas	Lugares	Eventos
Res. Ouro Verde	a) Moradores b) Funcionários	a) Passeios b) Guarita, vias e áreas de lazer	a) atividades físicas b) Vigilância

Fonte: Elaboração própria, 2019

As imagens da visita (Figura 36) registraram momentos recortes das áreas internas do LRC, a maior parte do tempo os espaços comuns e entornos das casas estavam vazios. Não havia uma sequência contínua de circulação de carros e motos, na maior parte do tempo as ruas estavam desertas e silenciosas.

Figura 36 - Interior do Residencial Ouro Verde



Fonte: Autora, 2019

OBSERVAÇÃO NO RESIDENCIAL PARC VILLE

As observações sobre o segundo LRC iniciam a partir do percurso para ter acesso ao **Residencial Parc Ville**. Este possui a entrada principal pela Avenida Novo Nordeste, ocupada em sua maioria por construções de uso residencial, ela é diretamente interligada à Rodovia AL 115 (Figura 37). A diversidade de estabelecimentos e intensa circulação de veículos, incluindo transporte público, se localiza ao longo da AL 115, via próxima ao residencial.

Assim como o Residencial Ouro Verde, todo o LRC é cercado, os muros que delimitam o LRC são elevados, possuem cerca elétrica e câmeras em diferentes pontos voltadas para o interior e para o entorno imediato. O acesso ao seu interior é permitido por meio de autorização e a liberação é feita pelo porteiro presente no local controlando o acesso de pessoas e veículos.

Figura 37 - Vias de acesso e entorno do Res. Parc Ville



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019

No momento das visitas (quadro 11) não havia circulação de pessoas, nem veículos pelas vias e passeios, a área de lazer não estava sendo utilizada.

Quadro 11 - Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Parc Ville

Nome do LRC	Quantidade de visitas	Dia da semana	Turno
Parc Ville	2	Sábados	Manhãs

Fonte: Elaboração própria, 2019

No Residencial Parc Ville os equipamentos de lazer (figura 38), academia, piscina, espaço para eventos e quadra esportiva estão concentrados numa única área voltada para a recreação, localizada nos fundos do LRC.

Figura 38 - Espaço de recreação do Res. Parc Ville



Fonte: Autora, 2019

Todas as demais partes do empreendimento são ocupadas por construções de uso residencial (Figura 39), não foram identificados uso comercial e de serviço para dentro dos muros.

Figura 39 - Projeto Urbanístico do Residencial Parc Ville



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019

Todo o empreendimento possui informações sobre limite de velocidade e onde é permitido e proibido estacionar, com a presença de placas informativas dispersas por todo o LRC. A limpeza estava sendo realizada nos jardins da área de lazer e no espaço para eventos. Funcionários que faziam a vigilância se concentravam na guarita controlando entrada e saída de moradores e visitantes.

O quadro abaixo apresenta pessoas, lugares e eventos observados nos dias de visita (quadro 12). As pessoas encontradas no Residencial Parc Ville foram os funcionários, eles estavam distribuídos na guarita controlando o acesso e na área de lazer nas ações de limpeza.

Quadro 12 - Elementos observados durante a visita ao Residencial Parc Ville

LRC	Pessoas	Lugares	Eventos
Res. Parc Ville	a) Funcionários	a) Guarita e área de lazer	a) Vigilância e limpeza

Fonte: elaborado pela autora, 2019

As imagens registradas (Figura 40) captaram a não circulação de moradores e veículos no lugar. As áreas comuns, o entorno das residências, as vias e passeios estavam vazias, a partir do olhar para dentro das moradias, havia movimentação de moradores no interior das casas e carros estacionados na garagem.

Figura 40 - Interior do Residencial Parc Ville

Fonte: Autora, 2019

OBSERVAÇÃO NO RESIDENCIAL COLIBRI

O **Residencial Colibri**, localizado no bairro Massaranduba, possui seu acesso voltado para a rua Amélia Nunes Correia (Figura 41). Esta é predominantemente de uso residencial e alguns poucos comércios de bairro, mercadinhos e padaria, de acordo com o fluxo de pessoas e veículos é considerada uma via local, não há percurso de transporte público municipal. As vias coletoras que conectam a rodovia AL 220 à via local de acesso ao LRC possuem maior circulação de veículos, ocupação de estabelecimentos comerciais e de serviços são elas: a avenida Pio XII e rua Antônio Pereira dos Santos.

Figura 41 - Vias de acesso e entorno do Residencial Colibri



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019

Para acessar bancos e clínicas médicas os moradores do Residencial Colibri necessitam se deslocar para o bairro do Centro e entorno onde tais estabelecimentos estão presentes em maior quantidade e diversidade. Hospitais, shopping center e supermercados localizam-se mais próximos ao LRC o que facilita suprir as carências e emergências que podem surgir no cotidiano.

Durante os momentos da visita (quadro 13) a circulação de motos e carros é frequente pelas vias internas, nelas não se percebeu movimentação de funcionários realizando a limpeza, como aconteceu no Residencial Parc Ville, e realizando a vigilância do local, como observado no Residencial Ouro Verde.

Quadro 13 - Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Colibri

Nome do LRC	Quantidade de visitas	Dia da semana	Turno
Colibri	3	Dias úteis	Tardes

Fonte: elaborado pela autora, 2019

O que foi possível observar é que o padrão econômico do LRC é mais baixo que os dois anteriores o que mostra um tratamento diferenciado nos cuidados em seu interior. A vigilância por funcionários é feita na portaria, não motorizada, e eles observam a circulação de moradores e visitantes pelas câmeras localizadas em cada rua no interior do Colibri (figura 42).

Figura 42 - Interior Residencial Colibri



Fonte: Autora, 2019

Todo o LRC é delimitado por muros, estes são elevados impossibilitando a visão do exterior, o fechamento pelas barreiras e controle de acesso da guarita impede que moradores de fora dos muros possam circular no espaço interno do LRC e usufruir das áreas comuns. No projeto urbanístico (Figura 43) duas áreas foram definidas para o lazer e recreação, um trecho foi concluído, é uma praça que possui playground, quadra esportiva e bancos voltados para a recreação dos moradores, e a área verde sem uso está com as obras paralisadas (figura 44).

Figura 43 - Projeto Urbanístico do Residencial Colibri



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

Figura 44 - Área de lazer concluída (imagens acima) e não concluída (imagem abaixo)



Fonte: Autora, 2019.

No momento da visita identificou-se o funcionamento de atividades que são realizadas dentro das casas: salão de beleza, manicure, loja de bolos e um escritório de engenharia, demonstrando o uso misto de uma parcela das moradias do residencial. As pessoas observadas no interior no LRC foram os funcionários, crianças e idosos (quadro 14). Os funcionários, porteiro e mais um indivíduo com uniforme do LRC, estavam localizados unicamente na guarita controlando a entrada e saída de pessoas e veículos, as crianças estavam realizando atividades em grupos nas vias internas e os idosos estavam sentados na calçada diante de suas casas.

Quadro 14 - Elementos observados durante as visitas ao Residencial Colibri

LRC	Pessoas	Lugares	Eventos
Res. Colibri	a) Funcionários b) Crianças c) Idosos	a) Guarita, vias e áreas de lazer b) Rua dentro do LRC c) Calçada	a) Vigilância b) brincadeiras c) Observando a paisagem

Fonte: Elaboração própria, 2019.

A circulação de carros e motos estava intensa nas vias internas, o respeito à velocidade foi observado pela lentidão dos veículos em seus percursos. Foi observada a existência de placa informativa sobre limite de velocidade e presença de lombada, mas não se identificou placas

alertando a proibição para estacionamento, com isso registra-se carros parados ao longo das vias (Figura 45).

Figura 45 - Interior do Residencial Colibri



Fonte: Autora, 2019.

As moradias eram inicialmente padronizadas, mas ao longo do tempo sofreram modificações pelas famílias moradores para adequar o interior e o exterior da construção às suas necessidades e expectativas. A construtora propôs na entrega do loteamento casas com o muro na fachada frontal de aproximadamente 1 metro e 50 centímetros (Figura 46 – esquerda), atualmente esse perfil é encontrado pontualmente, pois a maior parte das casas teve seu muro frontal erguido para mais de 2 metros de altura (Figura 46 – direita).

Figura 46 - Fachada padronizada (esquerda) e personalizada (direita)



Fonte: Autora, 2019

OBSERVAÇÃO NO RESIDENCIAL ELDORADO

O **Residencial Eldorado** possui seu acesso pela Rua Adolfo Bispo da Silva. Uma das laterais do terreno do empreendimento é voltada para uma das vias mais movimentadas de Arapiraca, Rua Benjamim Freire, um importante eixo de circulação na cidade. Assim como a Rua Benjamin Freire, outra via próxima ao LRC é a rua Expedicionários Brasileiros, em ambas as ruas se encontram estabelecimentos que atendem públicos diversos, possui restaurantes, supermercados, escolas, igrejas, lojas, posto de combustível etc. Nessas duas vias há circulação intensa de pessoas, produtos e veículos, incluindo transporte público da cidade e para municípios vizinhos (Figura 47).

Figura 47 - Uso diverso nas proximidades do Residencial Eldorado



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

Dentre os sete loteamentos cercados visitados, o Residencial Eldorado encontra-se mais próximo do bairro Centro e seus estabelecimentos comerciais, bancários e de saúde. É o LRC com maior integração na malha urbana da cidade, sendo possível que moradores e funcionários (com plenas condições de mobilidade física) percorram os bairros centrais a pé, sem dependência de transporte privado. A conexão do LRC com o entorno é interrompida com a presença do muro e seu bloqueio físico e visual (Figura 48).

Figura 48 - Projeto Urbanístico Residencial Eldorado



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

O LRC é totalmente cercado por muro, a entrada e saída de pessoas e veículos é controlado pelas ações do porteiro na guarita, que está localizada no acesso principal. Em seu interior possui apenas construções de uso residencial, os equipamentos de lazer são compostos por praças com playground para recreação infantil, quadra esportiva, piscina e espaço para eventos. Nos dias de visitas (quadro 15) o movimento observado foi a circulação de veículos nas vias internas e funcionários a pé (limpeza) ou moto (vigilância) nas áreas comuns.

Quadro 15 - Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Eldorado

Nome do LRC	Quantidade de visitas	Dia da semana	Turno
Eldorado	2	Dias úteis	Tardes

Nos dias de visita ao Residencial Eldorado as pessoas observadas foram os funcionários, estes estavam localizados na guarita controlando o acesso ao LRC, nas vias realizando a vigilância do espaço e nas áreas de lazer com ações de limpeza (Quadro 16). Não havia pessoas circulando a pé, apenas veículos entrando e saindo do residencial. No momento da observação nenhum morador estava utilizando as áreas comuns, apenas funcionários.

Quadro 16 - Elementos observados no Residencial Eldorado

LRC	Pessoas	Lugares	Eventos
Res. Eldorado	a) Funcionários	a) Guarita, vias e áreas de lazer	a) Vigilância e limpeza

Fonte: Alice Barros, 2019

Assim como os demais LRCs visitados, o Eldorado possui placas de trânsito informando limites de velocidade e proibição de estacionamento orientando a mobilidade interna, o que se destaca é a exposição, na área de lazer, de regras para uso adequado das piscinas com trechos do estatuto e do regimento interno (Figura 49).

Figura 49 - Interior do Residencial Eldorado

Fonte: Autora, 2019

Os próximos LRCs, Residencial Belo Jardim e Cerejeira, a serem apresentados estão localizados frente a frente, a entrada principal de ambos está voltada para a Rodovia AL 115 (Figura 50). Outra característica similar é que os dois empreendimentos são delimitados por grades e não muros como nos demais exemplares. Devido à estrutura utilizada para o cercamento, pessoas que circulam dentro e fora dos residenciais possuem maior contato visual com seu entorno.

Figura 50 - Via de acesso Residencial Belo Jardim e Dona Carmélia



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

OBSERVAÇÃO NO RESIDENCIAL DONA CARMÉLIA

O **Residencial Dona Carmélia** possui a entrada principal voltada para a rodovia AL 115. Ele é um dos dois LRCs (junto ao Residencial Belo Jardim) que possui sua extensão delimitada por grades, possibilitando uma visibilidade entre aqueles que estão dentro e fora do lugar (Figura 51). O diferencial da barreira que contorna o loteamento, comparado aos muros, é a criação de um espaço visual diferente dos demais LRCs, quem está dentro consegue ver veículos e pessoas que percorrem o entorno, a sensação de isolamento é amenizada ao percorrer as ruas internas.

Figura 51 - Res. Dona Carmélia com entorno delimitado por gradil



Fonte: Google Street View, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

As observações no lugar foram possíveis devido às visitas de campo (quadro 17). Diante da dificuldade de conversar com o síndico, as visitas ocorreram em dias e horários determinados pelos moradores responsáveis pela autorização do acesso.

Quadro 17 - Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Dona Carmélia

Nome do LRC	Quantidade de visitas	Dia da semana	Turno
Dona Carmélia	2	Dias úteis	Tardes

Os equipamentos de lazer oferecidos para os moradores (piscina e espaço para eventos) ficam concentrados em uma área única e próxima do acesso ao loteamento (Figura 52). Os espaços de recreação não estavam sendo utilizados, o movimento mais intenso observado foi de veículos circulando pelas vias internas, entrando e saindo do LRC. As demais áreas são compostas de quadras com construções de uso residencial.

Figura 52 - Projeto Urbanístico Residencial Dona Carmélia

Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

Ao observar elementos específicos durante as visitas (Quadro 18), as pessoas presentes eram apenas funcionários que estavam localizados na guarita controlando acesso de pessoas e veículos. Os veículos foram vistos circulando as vias internas e estacionados nas casas, mas não havia circulação a pé de moradores nas vias e nem no entorno de suas casas.

Quadro 18 - Elementos observados no Residencial Dona Carmélia

LRC	Pessoas	Lugares	Eventos
Res. Dona Carmélia	a) Funcionários	a) Guarita	a) Vigilância

Fonte: Elaboração própria, 2019

Os lotes do LRC são delimitados na lateral e fundos por muro, mas a fachada frontal da maioria dos lotes possui grade (Figura 53) o que possibilita a permeabilidade visual entre interior e exterior. As casas seguem o padrão inicial da construtora, distribuição e dimensão dos cômodos e exterior, mas algumas foram modificadas pelos moradores, de acordo com suas necessidades, sendo possível observar no momento da circulação no interior do LRC.

Figura 53 - Interior do Residencial Dona Carmélia



Fonte: Autora, 2019.

OBSERVAÇÃO NO RESIDENCIAL BELO JARDIM

O **Residencial Belo Jardim** possui a sua entrada principal voltada para a rodovia AL 115. Nesta via estão localizados estabelecimentos comerciais e de serviços com grande circulação de veículos ao longo de toda a sua extensão, incluindo transporte público. Essa rodovia interliga Arapiraca com cidades vizinhas como Lagoa da Canoa e Girau do Ponciano, por exemplo.

Como abordado anteriormente, o LRC é cercado por grades o que permite uma maior conexão visual entre interior e exterior (Figura 54). Os lotes são delimitados por muros o que impede o contato visual entre aqueles que estão dentro das casas e aqueles que percorrem as vias internas. No interior do empreendimento, além do uso residencial que é predominante também possui uso comercial e de serviço como mercadinho e salão de beleza, exemplos observados (estabelecimentos comuns também no Residencial Colibri e Cerejeira).

Figura 54 - Delimitação do Res. Belo Jardim com gradil



Fonte: autora, 2021.



Fonte: Google Street View, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

Para melhor entendimento sobre o Residencial Belo Jardim, foram realizadas visitas nas áreas comuns, vias, passeios e área de lazer (quadro 19). Anotações e fotografias foram realizadas durante a circulação no interior do LRC.

Quadro 19 - Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Belo Jardim

Nome do LRC	Quantidade de visitas	Dia da semana	Turno
Belo Jardim	2	Dias úteis	Tarde Noite

Fonte: Elaboração própria, 2019

O residencial é composto por área de recreação para moradores e os visitantes autorizados a entrar. A área possui espaço para eventos festas/jogos, piscina e quadra esportiva concentrados nas proximidades da guarita e uma praça na área verde central que ocupa uma maior extensão do LRC (Figura 55).

Figura 55 - Projeto Urbanístico Residencial Belo Jardim



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

Na visita realizada no turno da tarde, a circulação de pessoas e veículos é reduzida quando comparada à observação noturna. Na visita realizada a noite foi observado uma intensa utilização das áreas comuns, crianças na praça, homens adultos praticando futebol na quadra esportiva, pessoas fazendo caminhada nas vias e passeios (quadro 20). De todos os empreendimentos visitados, foi aquele onde foi registrado maior movimento de pessoas nos espaços de lazer. A entrada e saída de pessoas e veículos é controlada por porteiro que foi observado realizando suas funções durante as visitas.

Quadro 20 - Elementos observados no Residencial Belo Jardim

LRC	Pessoas	Lugares	Eventos
Res. Belo Jardim	a) Funcionários b) Moradores	a) Guarita b) Praça, quadra esportiva e vias	a) Vigilância b) brincadeiras de criança, jogo de futebol e caminhadas.

Fonte: Elaboração própria, 2019

As fotos do Residencial Belo Jardim (Figura 56) mostram as opções de lazer para moradores, a praça central utilizada para caminhadas e brincadeiras de crianças, piscina e quadra esportiva para a recreação de grupos de variadas faixas etárias.

Figura 56 - Residencial Belo Jardim

Fonte: autora, 2021.

OBSERVAÇÃO NO RESIDENCIAL CEREJEIRA

Ao adentrar o Residencial Cerejeira, as primeiras imagens registradas foram do canteiro central e a sequência de moradias em suas proximidades. Estas mantêm uma padronização da fachada principal, que marcam as primeiras casas ocupadas após a entrega do LRC (Figura 57).

Figura 57 - Imagens Residencial Cerejeira



Fonte: Autora, 2019

O **Residencial Cerejeira** possui sua entrada principal voltada para a Rua Nise da Silveira, esta rua possui fluxo baixo de pessoas e veículos, com poucos estabelecimentos comerciais e serviços em sua extensão. A oferta de produtos e circulação de transporte público acontece na av. Pio XII que facilita a conexão do LRC com os demais bairros da cidade através de sua ligação com a rodovia AL 220 (Figura 58).

Figura 58 - Marcação de vias principais no entorno do Res. Cerejeira



Fonte: adaptado de Google Earth, 2019

O que se observou é que as áreas de lazer definidas em projeto urbanístico, aprovado pela prefeitura de Arapiraca, não foram construídas até os dias das visitas, e os moradores não possuíam espaços próprios para recreação (Figura 59). As áreas demarcadas em projeto estavam sem uso para o lazer dentro do LRC.

Figura 59 - Projeto Urbanístico Residencial Cerejeira



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

A movimentação de pessoas ao longo das calçadas e das vias não foi observada durante as visitas (quadro 21). Carros e motos circularam pelas vias internas do LRC nos momentos da observação, mas não havia fluxo intenso com sequência constante de veículos.

Quadro 21 - Destaque para os dias de visita para observação no Residencial Cerejeira

Nome do LRC	Quantidade de visitas	Dia da semana	Turno
Cerejeira	2	Sábados	Manhãs

Fonte: Elaboração própria, 2019.

As pessoas observadas foram funcionários e moradores (quadro 22). Os funcionários estavam concentrados na guarita onde controlam a entrada e saída de veículos seguindo autorização dos moradores. Estes foram vistos na porta de suas casas, cuidando do jardim e varrendo a calçada.

Quadro 22 - Elementos observados durante visitas ao Residencial Cerejeira

LRC	Pessoas	Lugares	Eventos
Res. Cerejeira	a) Funcionários b) Moradores	a) Guarita b) Calçada em frente à casa	a) Vigilância b) Limpeza

Fonte: Alice Barros, 2019

Todo o LRC é delimitado por muros altos contornando toda a sua extensão, impedindo a conexão visual entre interior e exterior. Todos os lotes possuem fechamento por muros nas

laterais, fundo e frente. Assim como o Residencial Colibri, o Cerejeira (Figura 60) além de uso residencial também possui comércio e serviços: quitanda e avícola, venda de bebidas, salão de beleza, dentre os observados durante a visita.

Figura 60 - Pontos comerciais no Residencial Cerejeira



Fonte: autora, 2021

Diante da distância do empreendimento para os bairros com maior oferta de comércio e serviços, o fato de no interior do LRC existir opções para suprir algumas necessidades dos moradores é um ponto positivo e impede muitas vezes o deslocamento para áreas mais distantes da cidade.

4.1.1 Síntese da observação: características sociais e os elementos arquitetônicos

Os residenciais Ouro Verde, Eldorado e Parc Ville (Figura 61) apresentaram circulação de veículos internamente, nenhum morador foi visto nas portas de suas casas, áreas comuns silenciosas, vigilantes atentos na guarita e nas vias internas. No Ouro Verde a concentração de pessoas foi maior da guarita, via de acesso e um dos espaços para lazer. No residencial Eldorado e no Parc Ville a movimentação foi de funcionários na guarita e realizando a limpeza na área de recreação.

Figura 61 - Concentração de pessoas no Res. Ouro Verde, Eldorado e Colibri

Legenda para as imagens a seguir:

- Maior concentração de pessoas visita dia 1
- Maior concentração de pessoas visita dia 2





Fonte: Google Earth, 2020. Adaptado pela autora, 2020.

Ainda sobre os residenciais Ouro Verde, Eldorado e Parc Ville (Figura 62), é comum entre eles área de lazer arborizada e a vegetação possui tratamento paisagístico, as casas não possuem muro no limite frontal do lote, algumas possuem muro nas laterais, há moradias de um e dois pavimentos.

Figura 62 - Ouro Verde (A), Parc Ville (B) e Eldorado (C)





Fonte: Autora, 2019.

Ainda que percorridas todas as ruas internas desses três LRCs, não foi possível ver veículos e pessoas circulando no entorno, para fora dos muros, pois o isolamento visual é total devido o material construtivo dos muros.

O Residencial Colibri possui área de lazer incompleta e não foram vistas pessoas utilizando. Idosos foram vistos na calçada em frente das casas e crianças brincando em uma das ruas internas, observando maior fluxo na visita dia 2 (figura 63). No que se refere ao Residencial Cerejeira, este não possui espaços para recreação de adultos e crianças, os adultos foram vistos limpando a calçada de suas casas. Estes dois últimos empreendimentos, por serem delimitados por muro elevado, não permite a visibilidade da movimentação de pessoas e veículos no exterior do loteamento. Nesses mesmos LRCs não foram vistos vigilantes percorrendo as ruas internas, eles se posicionam na guarita controlando entrada e saída de pessoas e veículos.

Figura 63 - Concentração de pessoas no Res. Colibri e no Res. Cerejeira

Legenda para as imagens a seguir:

- Maior concentração de pessoas visita dia 1
- Maior concentração de pessoas visita dia 2



Fonte: Google Earth, 2020. Adaptado pela autora, 2020.

Os residenciais Belo Jardim e Dona Carmélia possuem área de lazer para adultos e crianças, no primeiro LRC, os espaços foram mais utilizados nos dias de visita, comparado ao segundo. Foi observado no Belo Jardim permanência de pessoas na praça central e na quadra

esportiva (figura 64). No Residencial Dona Carmélia, foi possível ver movimento dentro das casas (na área do jardim e garagem), pois a maioria das moradias possuem grades o que possibilitou a conexão visual entre interior das casas e aqueles que circulam nas vias internas. Foi observado funcionários na guarita nos dois dias de visita, um deles com função de porteiro (figura 64).

Figura 64 - Concentração de pessoas no Res. Belo Jardim e no Res. Dona Carmélia

Legenda para as imagens a seguir:

- Maior concentração de pessoas visita dia 1
- Maior concentração de pessoas visita dia 2



Fonte: Google Earth, 2020. Adaptado pela autora, 2020.

Os residenciais Belo Jardim, Dona Carmélia, Colibri e Cerejeira (figura 65), possuem características similares, neles quase todas as casas são padronizadas de acordo com o projeto inicial executado, mas em todos os quatro LRCs, percebe-se que parte das casas foram modificadas pelos moradores ao longo do tempo e conforme suas necessidades.

Figura 65 - Belo Jardim (A), Dona Carmélia (B), Colibri (C) e Cerejeira (D)



Fonte: Autora, 2019.

Ainda sobre os Residenciais Belo Jardim e Dona Carmélia (Figura 66), ambos possuem a delimitação do loteamento com grade, o que tornou a observação mais ampla e menos isolada. A observação mais ampla permite que pessoas de dentro do LRC obtenham a visão das ruas do entorno, com circulação de pessoas e veículos, evitando a existência de uma barreira visual total entre interior do LRC e seu exterior, e vice-versa.

Figura 66 - Belo Jardim (A) e Dona Carmélia (B)



Fonte: Google Street View, 2019. Adaptado pela autora, 2019.

O que os resultados da observação indicam é a existência de uma vida intramuros onde percebe-se o silêncio, a organização e limpeza dos espaços, a manutenção da pavimentação e equipamentos de lazer (quando disponíveis), a existência de iluminação adequada, dentre outros aspectos. Tais elementos constroem visualmente um cenário que parece ser perfeito para que o convívio social aconteça, se comparado ao barulho vindo dos carros no engarrafamento, lixos jogados nas sarjetas, buracos no asfalto e demais problemas identificados fora dos muros, nos demais espaços da cidade. Esse cenário quase perfeito é replicado em todos os LRCs visitados, onde o lugar de morar parece funcionar de maneira adequada.

O lugar de morar caracterizado pelos LRCs são projetados de maneira uniforme, para receber um morador ideal que necessita de abrigo, vias iluminadas, abastecimento de água, esgoto canalizado, limpeza das áreas comuns e regras gerais de funcionamento e conduta interna. São aspectos que tornam o espaço homogêneo e muitas vezes desconsideram as especificidades de um ambiente vivenciado, diferente daquele idealizado.

O contraste entre um ambiente vivenciado e um ambiente idealizado parece expor uma questão fundamental na arquitetura: não tratamos de projetar para um hipotético homem ideal ou homem médio, enquanto protótipo de sujeito ideal, com ações prototípicas, planejadas e homogêneas, que eliminem a emergência de novas ações, mas sim para o homem comum, com sua individualidade (LIMA, 2009, p.19).

É necessário levar em consideração que é o homem comum com suas características particulares que irá morar no LRC, modificar sua casa, conviver com os vizinhos e que poderá entrar em acordo ou conflito com eles. O espaço deve estar aberto às mudanças que irão surgir ao longo do tempo, propostas pelos diferentes moradores, não deve ser um cenário imutável baseado na homogeneidade de uma comunidade que não existe. As pessoas que moram em LRC possuem similaridades nas condições sociais e econômicas, necessárias para a compra do lote e construção da moradia ou da casa pronta, mas também possuem diferenças que se manifestam na maneira como utilizam o lugar e nas relações de vizinhança observadas capazes de gerar coesão social.

Dentre os componentes da coesão social, 1) o nível de conflito; 2) sociabilidade; 3) o grau de participação na comunidade; 4) o nível de confiança e 5) a identidade/pertencimento ao lugar, aqueles que puderam ser relacionados ao LRC no momento da observação foram: 1) conflito e 2) sociabilidade. Conflito de usos, por exemplo, algum tipo de discussão, e a sociabilidade, encontros e formação de grupos nas áreas comuns, eram possíveis de registrar durante o horário das visitas.

Sobre **conflitos**, destaca-se que em três ruas diferentes dentro do Residencial Ouro Verde identificou-se cachorros correndo soltos (sem coleira) distante de seus donos, um cachorro em cada uma das ruas, problema comum do lado de fora dos muros e que se mantém para dentro do LRC. A depender do cachorro pode causar incômodo para vizinhos, ocorrer algum ataque aos idosos e crianças. Também havia gatos (cinco contabilizados) em uma das praças internas, questão frequente nas ruas de loteamentos abertos e que se mostra presente no cercado e podem causar atritos na vizinhança.

Sobre **Sociabilidade**, no Residencial Cerejeira, Ouro Verde, Eldorado, Dona Carmélia e Parc Ville, o que se pode afirmar após as visitas e observações realizadas nos dias e horários autorizados, é que não foram identificados grupos reunidos nas áreas comuns. Reunião entre moradores com interação para a realização de atividade física e de lazer, conversas na frente das casas, por exemplo, não aconteceu nos momentos de circulação interna nos LRCs.

Nos dois residenciais restantes Belo Jardim e Colibri foram registrados grupos interagindo. No primeiro identificou-se vários grupos, um deles jogando bola na quadra e outros espalhados na praça central, conversando sentados em bancos e de pé. No residencial Colibri havia crianças em uma das ruas internas brincando (quatro foram contabilizadas), não estavam nas áreas específicas de recreação.

Ainda no que se refere ao componente da coesão social: **nível de sociabilidade**, o cenário construído para o loteamento cercado possui elementos que interferem na interação

entre os indivíduos. Não é somente características sociais que aproximam as pessoas, o espaço edificado tem o potencial de despertar naqueles que o utilizam sentimentos que repelem ou atraem o convívio social, através de elementos arquitetônicos.

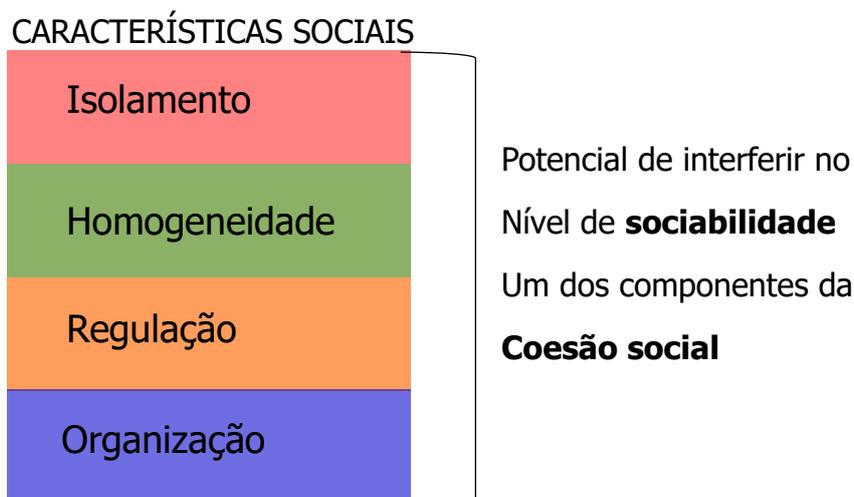
Antes de abordar os componentes, é importante destacar o que é o cenário aqui citado, é um ambiente construído com elementos para que performances, ações humanas, sejam nele realizadas. O cenário é o próprio LRC, um lugar que foi concebido, desenvolvido e executado para se adequar ao que os promotores imobiliários acreditam ser as necessidades e expectativas dos personagens. Necessidades e expectativas de pessoas que se encontram decepcionadas com os rumos da cidade (mesmo aquelas que nunca participaram da busca por mudanças) e com medo da violência urbana.

O contato visual e percurso pelo interior dos LRCs possibilitou conhecer o cenário, a estrutura física proposta para esse lugar, com base na realidade dos sete loteamentos visitados. A estrutura observada nas visitas é composta por vias pavimentadas; passeios, muros e grades de proteção em boas condições, a iluminação eficiente durante a visita noturna, áreas comuns limpas e com tratamento paisagístico, a vigilância ativa, a presença de placas informativas, casas planejadas em parte dos LRCs e padronizadas em outros, nenhuma deteriorada.

As atuações dos indivíduos, na estrutura do espaço construído, são influenciadas pelas características sociais, culturais e econômicas, mas também pelos elementos que compõem fisicamente o lugar. Elementos que se materializam no espaço urbano através de elementos arquitetônicos, que são parte dos projetos urbanísticos dos loteamentos cercados. Apesar das diferenças entre os projetos urbanísticos de cada LRC, tais como: áreas total e construída, quantidade de lotes, material construtivo das residências, equipamentos de recreação disponíveis; os sete LRCs visitados mostram que existem semelhanças entre eles, para além das exigências da legislação municipal vigente.

As semelhanças são características sociais materializadas através de elementos arquitetônicos no espaço do loteamento. Das características citadas na literatura por Teresa Caldeira (2000) e Eleusina Freitas (2008) sobre a vida intramuros e os loteamentos cercados, é possível citar quatro delas (Figura 67), percebidas durante a observação em todos os LRCs visitados: a) isolamento, b) homogeneidade, c) regulação e d) organização, estas quatro características possuem potencial de interferir no nível de sociabilidade, um dos componentes da coesão social aqui investigados.

Figura 67 - Características sociais percebidas nos LRCs



Fonte: Elaboração própria, 2021.

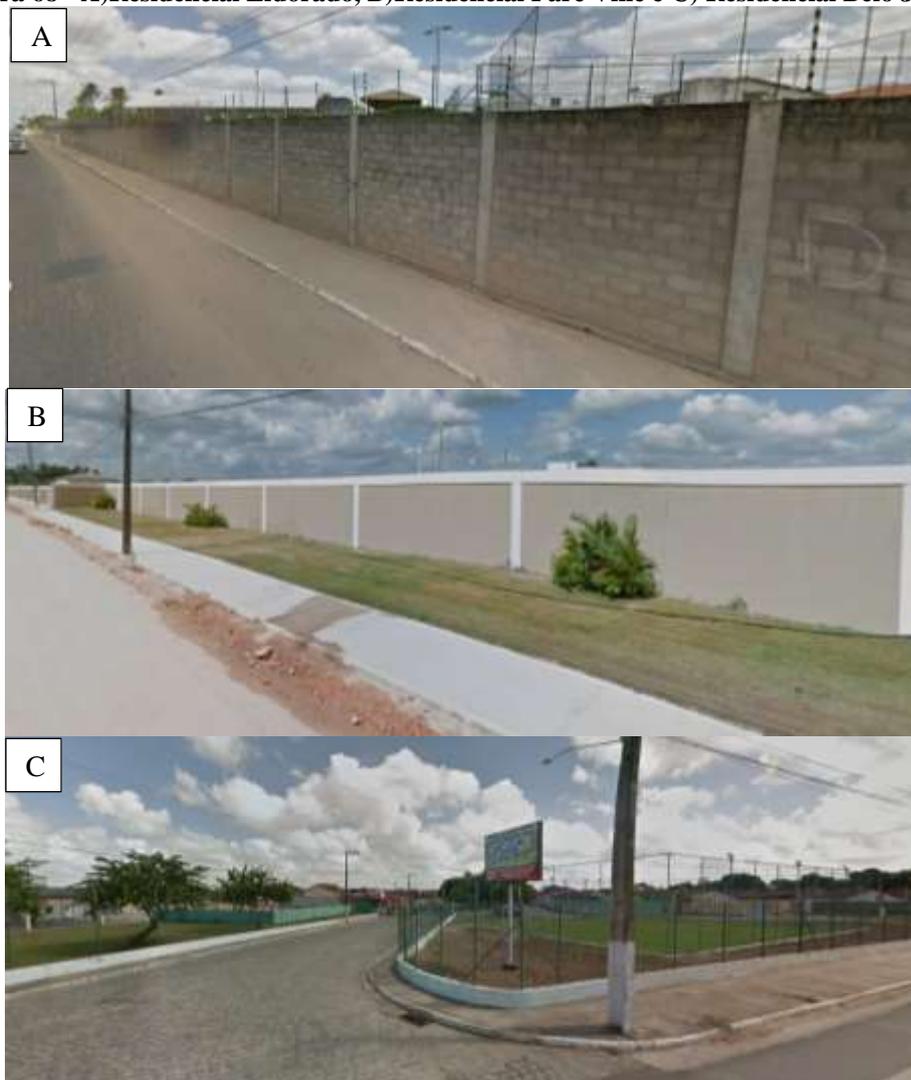
As quatro características sociais serão apresentadas a seguir e relacionadas com elementos arquitetônicos nos quais elas se materializam no espaço dos LRCs, componentes que foram observados no momento das visitas.

a) Isolamento é o estado do indivíduo ou grupo que está isolado dos demais, separação do convívio com o restante da sociedade. Quando há redução ou ausência de contato de um indivíduo, ou grupo, de outras pessoas por decisão própria ou involuntária.

O isolamento é percebido no LRC por seu fechamento, é um espaço cercado que possui barreiras que impedem a livre circulação das pessoas que não moram em seu interior e dificultam o contato visual entre indivíduos que estão dentro e fora do loteamento. A delimitação física separa a comunidade moradora do restante da cidade, principalmente daqueles que estão no entorno imediato e que se deparam com o impedimento proporcionado pela guarita, portão de acesso, porteiro, vigilantes e o obstáculo físico materializado pelos muros e grades (Figura 68).

O isolamento não se dá pela distância física entre os LRCs visitados e o entorno, pois os LRCs estão próximos de áreas habitadas com residências e construções de usos diversos. Logo, a separação se mostra marcante pela presença das barreiras que afastam os não moradores do loteamento cercado, excluindo uma parcela da população de usufruir de partes da cidade, pois estas possuem seu uso exclusivo por aqueles com condições econômicas privilegiadas e que pagam pelos privilégios.

Figura 68 - A)Residencial Eldorado, B)Residencial Parc Ville e C) Residencial Belo Jardim



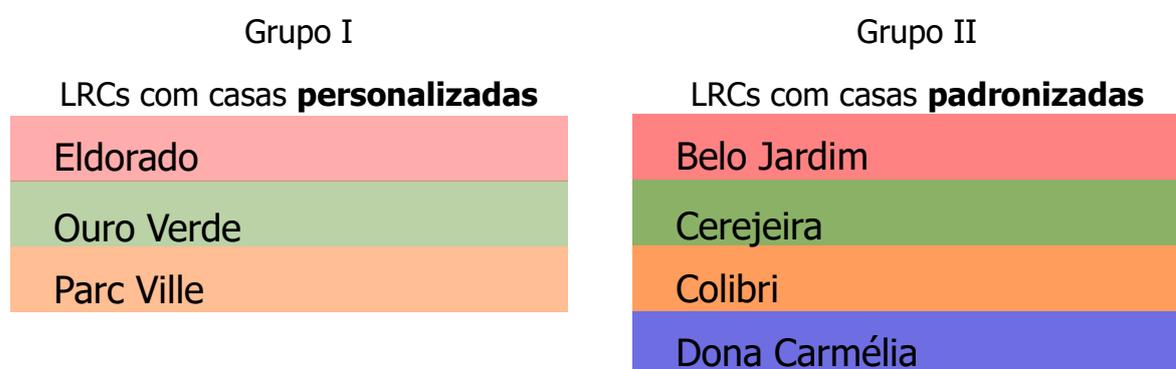
Fonte: Autora, 2019

b) Homogeneidade é a propriedade do que é homogêneo, é o que se apresenta semelhante, a homogeneidade na sociedade se mostra quando um grupo de pessoas possui características similares (sociais, econômicas, culturais etc.) e compartilham interesses comuns. Os aspectos que diferenciam os indivíduos não são percebidos com clareza.

Segundo Bravo e Correia (2012), a sociedade civil é um terreno de disputas, quando homogêneo constitui-se em um espaço sem contradição de classe, a homogeneidade tende a minimizar a percepção dos conflitos sociais e do seu papel na transformação social. Após aplicação da técnica da observação, considera-se nesta pesquisa que a homogeneidade se materializa nos LRCs em elementos arquitetônicos e é percebida observando separadamente cada um dos espaços visitados.

Ao reunir os LRCs em dois grupos aqueles com I-casas personalizadas e outros com II-casas padronizadas (Figura 69), percebe-se semelhança no padrão construtivo das moradias inseridas em cada grupo, no que se refere à: a fachada frontal, material construtivo empregado, número de pavimentos, quantidade de vagas de garagem, estrutura disponível na área de lazer. Esse padrão é responsável por criar uma imagem de uniformidade das casas, o que deixa clara a inserção dos moradores em uma mesma faixa de renda econômica, evitando uma disparidade social dentro do LRC, a contradição de classe (BRAVO; CORREIA, 2012).

Figura 69 - Grupos de casas em relação ao padrão construtivo



Fonte: Elaboração própria, 2021

O grupo I com “casas personalizadas” é composto por três LRCs, são eles: os residenciais Eldorado, Ouro Verde e Parc Ville, eles possuem um padrão construtivo considerado alto, conforme os elementos arquitetônicos compartilhados pelas casas, inseridas no interior de cada um deles. Os aspectos comuns observados nas casas e nas áreas comuns do LRC são destacados no quadro 23.

Quadro 23 - Aspectos em comum das casas personalizadas

TESTADA	Maior que 10 metros
REVESTIMENTO EXTERNO FACHADA (PAREDE FRONTAL E/OU MURO)	Detalhes em granito, mármore, painéis de vidro ou porcelanato
PORTÕES	Madeira
Nº DE PAVIMENTOS	Até dois pavimentos
VAGA DE GARAGEM	Mínimo de duas vagas para carro
ESTRUTURA DE LAZER	Piscina, quadra de esporte, espaço para eventos, playground

Fonte: Alice Barros, 2019

As duas casas apresentadas em imagens (Figura 70) representam exemplares comuns observados nos três LRCs do grupo I, em terrenos com dimensão frontal de 15 metros, a testada da construção é maior que 10 metros. Observa-se vidro, concreto e madeira na composição da fachada principal, piso de porcelanato e portões de madeira, materiais considerados nobres devido ao custo do metro quadrado em lojas especializadas. As moradias possuem até dois pavimentos e vagas de garagem que abrigam dois ou mais veículos. Sobre a área comum, os três LRCs possuem uma estrutura de lazer que oferece variedade de opções para atividades de recreação: piscina, quadra de esportes, espaço para eventos e playground.

Figura 70 - Fachadas de exemplares de moradias



Fonte: elaborada pela autora, 2019

Nos LRCs do grupo I, há exigência em regimento que mantém todas as casas dentro de um padrão dimensional, área mínima construída, e há normas não registradas, não verbalizadas, que impõem aos moradores de seguirem um padrão para construção de suas casas, que seja correspondente às condições econômicas estabelecidas. Assim não haverá disparidades entre as construções presentes no LRC, muito provavelmente um morador que compre um lote nos LRCs Eldorado, Ouro Verde e Parc Ville não construirá sua casa em padrão construtivo inferior aos vizinhos, isso causará uma diferenciação visível entre eles, o que não parece ser desejável. O padrão construtivo mantém a homogeneidade entre as casas no interior dos LRCs.

Ao observar os demais quatro LRCs, estes compõem o grupo II – casas padronizadas (quadro 24), Belo Jardim, Cerejeira, Colibri e Dona Carmélia, percebe-se que em cada um deles, as casas, em sua maioria (a percepção alcançada, não foi quantificada exatamente), mantêm a padronização inicial do projeto e execução conforme a entrega pela construtora. Há semelhanças entre os LRCs de acordo com os aspectos arquitetônicos das casas inseridas no interior, considera-se que possuem o padrão construtivo mais baixo, comparadas ao grupo I, no que se refere à: testada, revestimento de fachada, número de pavimentos, vagas de garagem.

Quadro 24 - Aspectos em comum das casas padronizadas

TESTADA	Menor que 10 metros
REVESTIMENTO EXTERNO FACHADA (PAREDE FRONTAL E/OU MURO)	Pintura e/ou aplicação de cerâmica e/ou textura
PORTÕES	Madeira ou ferro ou alumínio
Nº DE PAVIMENTOS	São casas térreas
VAGA DE GARAGEM	Máximo de duas vagas para carro dentro do lote da casa

Fonte: Alice Barros, 2019

Exemplares de moradias do Residencial Cerejeira (Figura 71 -A) e Belo Jardim (Figura 71 -B) demonstram aspectos que são similares entre o perfil construtivo, são casas térreas, a fachada frontal possui menos de 10 metros de comprimento e possui aplicação de pintura e textura, um dos portões é de alumínio e o outro de madeira, por fim cada garagem abriga uma vaga para veículo de passeio.

Figura 71 - Exemplares de fachadas de moradias no A- Res. Cerejeira e B- Res. Belo Jardim

Fonte: elaborada pela autora, 2019

As novas moradias prontas para venda no Residencial Cerejeira foram executadas com base em projeto arquitetônico idêntico, no interior (quantidade, distribuição e dimensão de cômodos) e exterior (fachada frontal), a diferença entre elas foi estabelecida pelas cores aplicadas na fachada. As casas (Figura 72) estão em sequência ao longo de uma mesma via interna, materializando uma padronização construtiva que mantém a homogeneidade de uma parte do LRC e dificulta a diferenciação das casas com base nas características da família moradora.

Figura 72 - moradias prontas para venda no Residencial Cerejeira



Fonte: Autora, 2021

São as reformas realizadas pelos moradores, de acordo com as suas necessidades, que impõem uma diferenciação nas casas. As alterações passam a modificar a imagem até então estabelecida dentro do LRC e rompe com o padrão construtivo que foi concretizado pela construtora no ato da entrega do empreendimento. Parte das moradias dentro do residencial Colibri foi reformada (Figura 73-B), distanciando-se da aparência da casa padronizada (Figura 73-A). É uma maneira do morador imprimir um pouco de sua personalidade no lugar onde mora.

Figura 73 - Fachada da casa como entregue pela construtora (A) e personalizada (B)



Fonte: Autora, 2019

Após abordar isolamento e homogeneidade, a terceira característica social materializada através de elementos arquitetônicos no LRC é a regulação.

c) Regulação é o ato ou efeito de regular, de estabelecer normas que devem ser cumpridas. Estas devem estar em conformidade com as necessidades do grupo social onde foram determinadas. A maioria dos membros do grupo deve estar de acordo com as regras propostas e devem cumprir cada uma delas, caso contrário deve responder pelo descumprimento.

No LRC a regulação é obtida por meio do regimento interno, um documento que contém normas que regulamentam e organizam o funcionamento do LRC. O regimento é uma das formas de se obter o controle social. O controle social formal é exercido pelos órgãos de Estado, polícia e poder judiciário, no caso dos LRCs o que acontece é o controle social informal. De acordo com Cruz (2010), o controle social informal é aquele em que, sem intervenção externa e formalizada, os próprios membros conseguem regular ações dentro do grupo, expondo o que é permitido e proibido na comunidade a fim de alcançar a organização do lugar.

Nos sete LRCs visitados, para aplicar a técnica de observação, a regulação é percebida através da presença placas e documentos, 1-placas informativas (figura 74) e 2-regimento e estatuto (expostos) que impõem normas e restrições para uso e circulação dos espaços internos. Sobre 1-placas informativas, são placas de trânsito com o limite de velocidade e permissão para estacionamento, aviso explicando onde depositar o lixo e frases explicativas.

Figura 74 - placas informativas nos LRCs



Fonte: Autora, 2019

Sobre 2-regimento e estatuto, são dois documentos diferentes, o regimento interno é citado na lei de condomínio em edificações nº 4.591 de 1964, trata-se de conjunto de normas definidas por um grupo para regulamentar o funcionamento de certa organização. De acordo

com o dicionário do direito⁹ (acesso em 2020), o objetivo do regimento é tornar suas partes mais bem integradas, cientes das regras daquele local, podendo funcionar como uma espécie de acordo coletivo e tornar as atividades mais harmônicas. Por se tratar de um documento que não é obrigatório ser registrado em cartório, se adapta às necessidades de um grupo, por ser mais facilmente modificado.

O outro documento elaborado é o estatuto, ele é apresentado no artigo 54 do código civil (2002), permite o reconhecimento formal de uma associação de pessoas. O estatuto das associações conterà: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; dentre outros. Diferente do regimento, o estatuto deve ser registrado em cartório para conferir autenticidade e evitar fraudes de seu conteúdo. Na portaria do residencial Colibri constava o estatuto, documento completo, impresso para consulta e trecho do regimento interno do residencial Eldorado estava exposto na área de lazer (Figura 75).

Figura 75 - Trecho do Estatuto (Residencial Colibri) e trecho do Regimento interno (Residencial Eldorado)



Fonte: Autora, 2019

A existência desses documentos é uma das maneiras utilizadas para organizar o lugar, outros mecanismos também são utilizados como tentativa de organização interna dos LRCs, esta é a próxima característica a ser explicada.

⁹ Disponível em: <https://dicionariodireito.com.br/regimento-interno>

d) Organização é o efeito de organizar, compor uma estrutura de coisas ou pessoas de maneira a obter a ordem, a clareza de funcionamento em determinado lugar. Um espaço organizado é aquele cujo arranjo proporciona uma disposição e ordenação de pessoas, objetos e atividades visando melhor desempenho.

Organização é a quarta característica social observada nos LRCs e que é materializada espacialmente. A organização aqui considerada trata da distribuição de atividades no espaço e da separação de usos no interior do empreendimento. Em todos os LRCs visitados há uma proposta de setorização do loteamento, demarcando espaços específicos para a realização de atividades, a proposta do projeto de cada LRC é que no interior sejam executadas construções de uso residencial. Assim não é proposta a diversidade de usos, evitando conflitos na vizinhança devido aos possíveis incômodos advindos de usos comerciais, serviços e institucionais.

É possível destacar quatro situações de como se apresenta a distribuição de atividades e separação de usos que organiza o interior dos LRCs: I- Residencial Ouro Verde, II- Residencial Eldorado e Parc Ville, III- Residencial Belo Jardim e Dona Carmélia e IV- Residencial Belo Jardim, Cerejeira e Colibri. Situações identificadas relacionando o projeto urbanístico dos loteamentos e o espaço visitado durante a etapa de observação.

I- Residencial Ouro Verde é o maior em área construída, no projeto e que foi mantido após a execução, existem ao longo do LRC mais de uma área voltada para o lazer dos moradores com playground, quadra esportiva, academia, piscina e salão de festas. Essa distribuição demarca três áreas específicas para atividades de recreação (Figura 76) na tentativa de concentrar as ações nesses espaços e assim evitar que ocorra a prática de esportes, por exemplo, nas áreas residenciais. Um ponto positivo que pode ser destacado da existência de três pontos de lazer é que atrai a circulação de pessoas por mais quadras dentro do loteamento.

Figura 76 - Marcação das áreas de lazer no Residencial Ouro Verde



Fonte: elaborada pela autora, 2019

II- Nos residenciais Eldorado e Parc Ville as áreas de recreação para os moradores e seus convidados estão concentradas nos fundos do loteamento. Quadra esportiva, piscina e academia estão em um espaço específico do LRC distante da maior parte das residências (Figura 77). Logo a circulação de pessoas tende a ser maior nessa área específica, enquanto o restante das quadras do loteamento apresenta pouco movimento por se tratar de espaço estritamente residencial.

Figura 77 - Destaque das áreas de lazer no interior do LRC



Fonte: elaborada pela autora, 2019

Com base na análise urbana e elementos constitutivos do tecido urbano de Philippe Panerai (2014), é possível realizar uma análise do residencial Ouro Verde, Eldorado e Parc Ville. Os elementos constitutivos do tecido urbano são: redes de vias, parcelamentos e as edificações. A rede de vias não possui hierarquia, não há uma rua principal que se destaca no interior do LRC, há uma padronização na largura das vias e dos passeios em todo o empreendimento, indicando a existência de um espaço homogêneo. Sobre o parcelamento do terreno, os lotes de esquina possuem as dimensões diferentes das demais parcelas, todos os lotes seguem o alinhamento da rua, isto facilita os percursos de pedestres e veículos, estes seguem com fluidez no espaço. O terceiro elemento é a edificação, nos três residenciais as edificações são isoladas (não geminadas) e criam características diferentes no interior da parcela, diante da personalização de cada moradia.

III- Nos LRCs Belo Jardim e Dona Carmélia a área de recreação encontra-se próxima à entrada principal, ao lado da guarita de acesso (Figura 78). No primeiro, a piscina, quadra esportiva e espaço para festas e no segundo, piscina e área de eventos, estão concentrados na parte frontal do loteamento. Nestas porções do terreno a tendência é a presença de mais moradores realizando atividades de lazer, e nas demais vias internas a circulação de pessoas e veículos tende a ser menor e realizada somente por aqueles que possuem suas casas ao longo delas.

Figura 78 - Marcação das áreas de recreação no interior do LRC



Fonte: elaborada pela autora, 2019

Os exemplos vistos acima mostram que há uma organização dentro dos LRCs demarcando no espaço as áreas de lazer e as quadras com construções de uso residencial. Aqueles moradores que preferem evitar barulhos resultantes de práticas esportivas e brincadeiras de criança é preferível que escolham os lotes e casas nas quadras de uso estritamente residencial.

IV- Nos residenciais Belo Jardim, Cerejeira e Colibri, foi identificado na etapa de observação o uso misto de algumas construções. A proposta em projeto é que o uso nas construções dos LRCs fosse apenas residencial, mas nos três loteamentos visitados, observou-se outras utilizações. O residencial Belo Jardim possui um mercadinho com venda de produtos diversos, o Cerejeira possui venda de lanches delivery e avícola e o Colibri apresenta serviço de manicure e um escritório de engenharia civil.

O projeto urbanístico de cada LRC, apresentado para o poder público municipal, consta que todos os lotes devem ter construções de uso residencial, mas observa-se que não é possível controlar totalmente a maneira como o morador irá utilizar sua casa. A venda de lanches e o serviço de manicure, por exemplo, podem acontecer sem transformações no espaço físico da moradia, acontecendo o comércio e serviço sem ser percebido.

Características sociais percebidas durante a observação em todos os LRCs visitados:

a) isolamento, b) homogeneidade, c) regulação e d) organização, estas quatro características possuem potencial de interferir no nível de sociabilidade, um dos componentes da coesão social aqui investigados. Cada uma das características sociais se materializa fisicamente no espaço

construído dos LRCs. No quadro abaixo (quadro 25) foi montado uma síntese de informações sobre essa abordagem.

Quadro 25 - Relação entre características sociais e componentes ares arquitetônicos nos LRCs

Característica social	elementos arquitetônicos
ISOLAMENTO	Muros e grades; Portaria com controle de acesso
HOMOGENEIDADE	Padrão construtivo das residências: testada, número de pavimentos, revestimento de fachada, portões, vaga de garagem.
REGULAÇÃO	Placas, avisos, regimento interno, estatuto.
ORGANIZAÇÃO	Distribuição de atividades no espaço. Separação de usos.

Fonte: Elaboração própria, 2020

Após a observação a próxima etapa da pesquisa é a realização das entrevistas com moradores dos LRCs, para captar informações que não são possíveis com a observação. A entrevista é uma técnica que aprofunda a compreensão da realidade dos espaços, através do contato direto com aqueles que vivenciam diariamente o lugar e transmite a visão de mundo de quem mora dentro de um empreendimento fechado.

4.2 Entrevista – dentro do LAC

Ao concluir a etapa de observação, a entrevista é a técnica de coleta de dados seguinte. Conversar com moradores dos LRCs mostrou-se importante para compreender a vivência deles com o espaço, com os vizinhos intramuros e com aqueles que habitam no exterior do LRC. Foram reunidos os contatos de moradores dos sete LRCs, visitados para aplicar a técnica da observação, e assim verificar a disponibilidade para a realização da entrevista com um morador. Entrevista presencial para que o participante da pesquisa respondesse às questões gerais e específicas sobre o tema do estudo.

Com o contato de um morador em cada um dos sete LRCs observados, números de telefones foram conseguidos com amigos da autora da tese, eles indicaram vizinhos que poderiam aceitar participar da pesquisa. Em cinco LRCs, Belo Jardim, Cerejeira, Dona Carmélia, Eldorado e Parc Ville foi possível entrevistar uma moradora em cada um deles.

Diante da dificuldade de encontrar mais moradores dispostos a participar da pesquisa, dentro do período estabelecido para sua realização, mostrou-se necessário direcionar a atenção para os LRCs nos quais os moradores aceitaram ser entrevistados. Dentre os sete LRCs, dois deles se destacaram com maior número de pessoas disponíveis e confirmadas para a entrevista,

assim a pesquisa de campo foi direcionada para os dois, são eles: Residencial Colibri e Residencial Ouro Verde.

As entrevistas aconteceram nos meses julho e agosto de 2019 de maneira presencial. No Residencial Colibri foram entrevistados treze moradores e no Residencial Ouro Verde foram quinze (Figura 79), as entrevistas aconteceram na casa dos moradores e obedeceram às exigências do comitê de ética em pesquisa (Anexo A). Residencial Colibri possui um total de 232 casas, 13 moradoras (uma mulher de cada casa) equivalem a 5% do total; residencial Ouro Verde, 212 lotes, os 15 moradores (um de cada casa, apenas um homem entrevistado) equivalem à 7% do total. A dificuldade de acesso aos moradores ocasionou essa quantidade de entrevistados.

Figura 79 - Informações gerais sobre a entrevista



Fonte: autora, 2021

As informações colhidas na entrevista, diante da quantidade de entrevistados, serão utilizadas para auxiliar na compreensão dos componentes da coesão social: 1-nível de conflito, 2-nível de sociabilidade, 3-participação na comunidade, 4-nível de confiança e 5-identidade e pertencimento ao lugar, mas não serão tratadas de maneira a generalizar aspectos sobre o tema.

Os dois LRCs Colibri e Ouro Verde (definidos para as entrevistas) são habitados por famílias de faixas de renda diferente. O Colibri é considerado como renda média e o Ouro Verde é renda alta conforme os elementos arquitetônicos do empreendimento, dimensão e materiais construtivos das casas, quantidade e qualidade das áreas de lazer, dentre outras questões. Após a realização das entrevistas, a pergunta sobre a renda familiar mensal possibilitou confirmar a definição da faixa de renda de cada LRC.

Foram elaboradas vinte e cinco questões a serem direcionadas aos entrevistados (Entrevista consta no apêndice), com a) questões gerais; b) questões específicas. Nas questões específicas, grupos de perguntas foram inseridos em cinco blocos temáticos: 1) o nível de conflito; 2) sociabilidade; 3) o grau de participação na comunidade; 4) o nível de confiança e 5) a identidade/pertencimento ao lugar. Abaixo segue as explicações sobre as perguntas elaboradas para a entrevista.

4.2.1 Questões gerais

As perguntas foram elaboradas buscando compreender do participante da pesquisa a faixa de renda familiar mensal; seu tempo de moradia e se este tempo se refletia em grande vínculo com o lugar; qual o perfil de moradia que a família habitava anteriormente ao LRC e se já habitava em loteamento cercado. As perguntas seguintes permitem compreender os motivos que levaram à escolha de morar em LRC, o que diz muito sobre medos e expectativas do morador; perguntou-se vantagens e desvantagens desse modo de morar, para identificar quais os principais pontos positivos e negativos da vida intramuros na opinião de quem mora. A última pergunta dessa primeira fase da entrevista (quadro 26) procura descobrir se o empreendimento sempre foi delimitado por muros, se antes era aberto entender o que levou ao seu fechamento com muros e guarita com controle de acesso.

Quadro 26 - Primeiro bloco de perguntas realizadas na entrevista

<p>Nome completo: _____</p> <p>Local de moradia: _____</p> <p>Faixa de renda familiar mensal:</p> <p>1 – 3 salários mínimos= aprox. até R\$3.000,00</p> <p>3 – 6 salários mínimos= de R\$3.010, 00 até aprox. R\$6.000,00</p> <p>6 – 9 salários mínimos= de R\$6.010,00 até aprox. R\$9.000,00</p> <p>Acima de 9 salários mínimos = acima de R\$9.010,00</p> <p>1-Há quanto tempo você mora aqui?</p> <p>2-Onde você morava antes de vir para este residencial? (bairro e cidade)</p> <p>3-Por qual (quais) motivo(s) você decidiu morar em um LRC?</p> <p>4-Quais vantagens e desvantagens de morar aqui?</p> <p>5-O residencial sempre foi fechado com muros e guarita?</p>

Fonte: elaborado pela autora, 2020

As primeiras entrevistas foram realizadas no Residencial Ouro Verde e, portanto, será o primeiro LRC a ter as informações colhidas durante as entrevistas apresentadas. Os nomes dos entrevistados serão ocultados no trabalho, os dados sobre eles serão mantidos em sigilo preservando suas identidades.

Para compreender as falas de cada participante da entrevista, pesquisador e entrevistado de cada LRC, segue abaixo a legenda para esclarecimento:

Quadro 27 - Legenda informando sigla para pesquisador e para entrevistado

<p>Pesquisadora (P)</p> <p>Entrevistado no Residencial Ouro Verde (EO)</p> <p>Entrevistado no Residencial Colibri (EC)</p>
--

Fonte: elaborado pela autora, 2020

a) RESIDENCIAL OURO VERDE

As primeiras informações aqui apresentadas são referentes às entrevistas realizadas no interior do Residencial Ouro Verde. Foram quinze pessoas entrevistadas, um homem e quatorze mulheres, logo as respostas da maioria partem da vivência feminina do espaço, seus hábitos e relação familiar, diante do fato de que todas elas são mães e moram com seus filhos.

Moradores de quadras dispersas por diferentes quadras do loteamento foram entrevistados, os lotes de suas casas estão marcados no mapa (Figura 80), assim será possível verificar se a localização dentro do LRC interfere nas respostas e na maneira como o morador apreende e vivencia o espaço.

Destaque para os lotes onde estão situadas as casas visitadas para a entrevista no Ouro Verde

Figura 80 - Destaque para os lotes onde estão situadas as casas visitadas para a entrevista no Ouro Verde



Fonte: elaborado pela autora, 2019

Ao iniciar a entrevista com o primeiro bloco de perguntas, as respostas obtidas foram similares entre todos os participantes moradores do Residencial Ouro Verde. Os quinze entrevistados declararam que a renda salarial mensal da família é maior que nove salários-mínimos. No ano da entrevista 2019 o valor do salário-mínimo era de R\$1.100,00 reais, logo a renda de cada família seria superior a R\$ 9.900,00 por mês. Em 2019 (ano da entrevista) a renda

média mensal de trabalhadores formais em Alagoas era de 2,7 salários-mínimos, logo a renda dos quinze participantes da pesquisa é considerada alta ao comparar com a média estadual¹⁰.

Sobre o tempo que a família mora no LRC, 13 dos 15 moradores estão no LRC há mais de cinco anos (gráfico 2). O tempo citado pelos moradores revela que eles acompanharam a consolidação do lugar, a ocupação dos lotes por casas e habitantes ao longo dos anos, pois o LRC foi implantado em 2007.

Gráfico 2 - Tempo de moradia no LRC Ouro Verde



Fonte: elaborado pela autora, 2021

Ainda sobre as perguntas iniciais, o questionamento a respeito de onde o entrevistado morava antes do atual LRC, cidade e em qual modelo de loteamento, quatorze entrevistados sempre habitaram em Arapiraca, em casas localizadas em loteamentos sem delimitação por muros. Uma participante respondeu que antes do atual LRC, morava em outro localizado em Maceió. Os motivos que levaram cada morador a escolher viver em um empreendimento cercado são similares (Quadro 28) e duas palavras estiveram presentes nas respostas dos quinze entrevistados: tranquilidade e segurança.

Quadro 28 - Recorte de uma pergunta e respostas de moradores do residencial Ouro Verde

P: Por qual (quais) motivo(s) você decidiu morar em um LRC?

EO1: eu e meu marido estávamos buscando um lugar seguro e tranquilo pra [sic] criar nossos filhos, eles são pequeno e precisavam de lugar pra [sic] brincar e a cidade perigosa não dá, aqui é bem melhor.

¹⁰ Informação disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama> acesso em: dezembro de 2021

EO2: com certeza a segurança e a tranquilidade, eu me sinto muito protegida, meus filhos podem brincar com os coleguinhas, eu tinha medo de deixar na pracinha antes de vir pra [sic] cá, mas agora fico tranquila, tem espaço e tem segurança pra [sic] gente.

Fonte: Elaboração própria, 2020

As vantagens consideradas por todos os moradores entrevistados é a tranquilidade e a segurança encontradas no LRC, o silêncio e os poucos conflitos entre vizinhos são elementos que os ajudam a afirmar a tranquilidade do lugar. Quatorze dos quinze moradores nunca haviam morado antes em um LRC (quadro 29), somente uma pessoa já experimentou a vivência de um loteamento cercado. A vigilância realizada pelos funcionários e as câmeras registrando movimentos transmitem a sensação de que as condições de limpeza e obediência das normas está sob controle, sentem-se em segurança. Sobre as desvantagens, no momento dessa pergunta os quinze moradores do Ouro Verde não conseguiram citar nenhuma desvantagem, afirmando que só enxergam benefícios dentro do empreendimento.

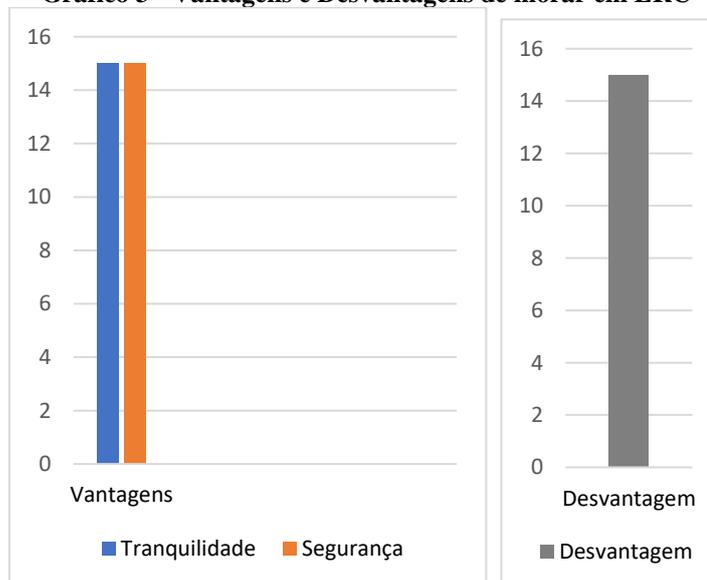
Quadro 28 - Sobre morar anteriormente em um LRC

DOS 15 MORADORES ENTREVISTADOS NO RESIDENCIAL OURO VERDE:
14 responderam que sempre Moraram em Arapiraca em Loteamentos Abertos
1 respondeu que morava em Maceió em Loteamento Cercado

Fonte: Elaboração própria, 2020

Todos os quinze moradores entrevistados citam tranquilidade e segurança como vantagens do lugar no início das perguntas e os mesmos entrevistados não reconhecem, no momento inicial da conversa, as desvantagens de morar em um LRC (gráfico 3).

Gráfico 3 - Vantagens e Desvantagens de morar em LRC



Fonte: Elaboração própria, 2021

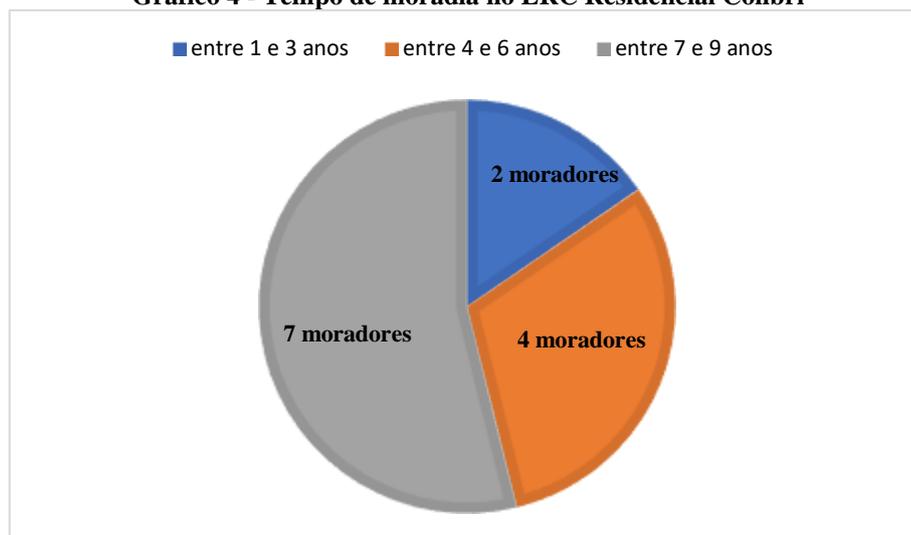
Quando os quinze moradores repetem as mesmas palavras, que expressam para eles as vantagens de morar em um LRC, tranquilidade e segurança, é possível captar a repercussão que as propagandas e discursos dos promotores imobiliários sobre os empreendimentos tem na compreensão dos moradores sobre seu lugar de morar. No começo da entrevista ao não citar desvantagens da vida intramuros, o LRC se apresenta como lugar perfeito para viver, sob o olhar do morador.

O Residencial sempre foi delimitado por muros e com a presença da guarita controlando entrada e saída, essa foi a afirmação de todos os entrevistados. Quando os lotes foram colocados à venda o lugar já estava cercado e com vigilância interna.

b) RESIDENCIAL COLIBRI

Foram treze entrevistadas no Residencial Colibri, todas mulheres e mães de crianças que moram com elas e seus maridos. Sobre a faixa de renda salarial mensal da família, as respostas se concentraram de 1 até 6 salários-mínimos. O perfil econômico difere do Residencial Ouro verde, com a renda familiar mensal mais baixa que o LRC anterior. O período de moradia de todos (até 2019, momento da entrevista) era entre 2 e 8 anos (gráfico 4), os participantes da pesquisa possuem conhecimento que o loteamento sempre foi cercado com controle de acesso desde sua implantação na cidade em 2009.

Gráfico 4 - Tempo de moradia no LRC Residencial Colibri



Fonte: Elaboração própria, 2021

No mapa é possível ver marcadas as moradias que foram visitadas para a realização da entrevista com um dos membros da família (Figura 81). As casas visitadas estão localizadas em diferentes quadras dos LRCs e a localização pode ser um fator que interfira na maneira como os moradores entrevistados irão responder as questões, aqueles que moram próximo dos muros que delimitam o LRC podem se sentir menos seguros que aqueles que habitam porções mais centrais, por exemplo.

Figura 81 - Destaque para os lotes onde estão situadas as casas visitadas para a entrevista no Colibri



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019

Ao citar os motivos que levaram a morar em um LRC, dentre as 13 respostas de moradores do Colibri, todos destacaram a busca por tranquilidade e segurança para cuidar dos filhos. Além de buscar um lugar tranquilo e seguro, um morador citou que outro motivo para morar no LRC Colibri foi o custo-benefício da casa, valor e qualidade construtiva que agradaram a família; três moradores acrescentaram à tranquilidade e segurança a oportunidade de morar em um “condomínio fechado” por um preço compatível com as condições da família.

Quadro 29 - Recorte de uma das perguntas da entrevista e respostas de moradores do Residencial Colibri

P: Por qual (quais) motivo(s) você decidiu morar em um LRC?

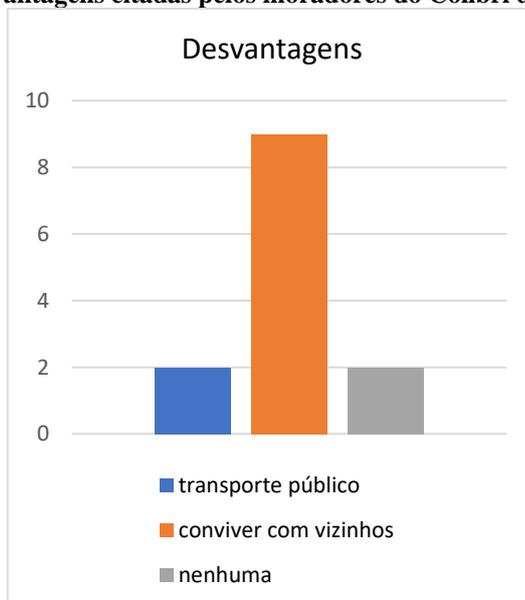
EC1: a segurança, com certeza, aqui eu fico tranquila, meu marido passa a semana viajando e eu estou segura com meus filhos, eles brincam aqui, brincam na rua, eu nem ligo, não acontece nada, também tem isso, a tranquilidade, eu gosto.

EC2: eu posso falar que é a segurança, eu pensei primeiro na segurança, aqui é protegido, nunca aconteceu nada comigo, nem com as crianças, a gente fica tranquilo pra [sic] criar os filhos, eles brincam, eu me sinto segura, é tranquilo pra [sic] viver.

Fonte: Elaboração própria, 2020

Dentre as vantagens encontradas, pelos treze moradores, em morar no LRC estão: ser um lugar tranquilo e seguro, características anteriormente citadas como os motivos para escolher esse tipo de loteamento. Sobre as desvantagens (gráfico 5), dois entrevistados citaram a dificuldade de depender de transporte público coletivo para o deslocamento até o centro da cidade, outras duas pessoas não conseguiram citar desvantagens e nove participantes afirmaram que a principal desvantagem é conviver com vizinhos complicados, atritos na vizinhança, moradores que não respeitam regras, tais como: horário para finalizar festas (citado por dois moradores), música tocando com volume alto (citado por quatro moradores), local de estacionar (citado por um morador) e deixar animais soltos nas ruas internas (citado por dois moradores).

Gráfico 5 - Desvantagens citadas pelos moradores do Colibri durante entrevista



Fonte: Elaboração própria, 2021

Os 15 moradores do Residencial Ouro Verde não citaram desvantagens sobre morar no LRC, no momento das primeiras perguntas eles pareceram responder sem refletir por um tempo, assim não conseguiram identificar de imediato alguns problemas, em momentos

posteriores da entrevista conseguiram citar. No entanto moradores do Residencial Colibri, 11 dos 13 entrevistados, conseguiram destacar questões incômodas que vivenciam no lugar de moradia, eles responderam com mais calma e levaram mais tempo para refletir sobre a resposta. O fato de reconhecerem problemas mostra que a maneira com que se relacionam com o espaço é diferente dos moradores do primeiro loteamento visitado para a entrevista. No Colibri alguns moradores dependem de transporte público para se deslocarem de casa para outros bairros, questão que não foi colocada pelos entrevistados do Ouro Verde.

4.2.2 Questões específicas

Para desvendar a existência da coesão social é necessário identificar seus componentes na realidade dos LRCs, são cinco componentes: 1) o nível de conflito; 2) sociabilidade; 3) o grau de participação na comunidade; 4) o nível de confiança e 5) a identidade/pertencimento ao lugar. Foram elaboradas perguntas para cada um dos componentes formando cinco blocos de perguntas.

Componente da coesão social: DIÁLOGO PARA SOLUCIONAR CONFLITO

O tema do primeiro bloco de perguntas é o componente diálogo para resolver conflito. A proposta é obter conhecimento sobre situações que aconteceram dentro do LRC que geraram conflitos, como discussões entre vizinhos, desobediência às normas estabelecidas, ocorrência de crimes ou atos violentos e assim desvendar se essas situações são frequentes no cotidiano da vida intramuros. Os conflitos são comuns dentro da sociedade, as pessoas não precisam concordar com todos os assuntos para conviver, mas para a coesão social se fortalecer é necessário que haja diálogo para solucionar questões conflituosas. Os integrantes de um grupo precisam conversar e tentar resolver problemas que surgem nas relações de vizinhança de maneira cooperativa.

a) RESIDENCIAL OURO VERDE

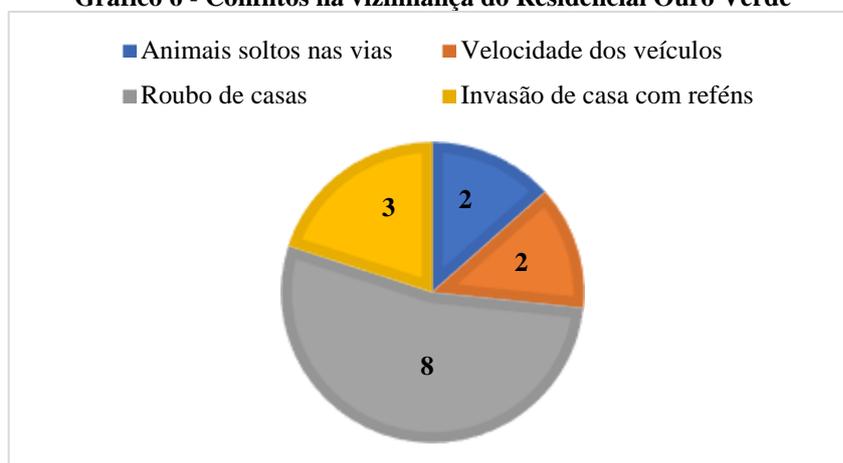
Na entrevista perguntas foram realizadas para identificar os conflitos dentro do LRC, sobre atritos entre moradores, foram citados por dois moradores problemas com animais soltos cujos donos não os mantêm dentro de casa. Mais dois entrevistados afirmaram que o maior incômodo é com a velocidade dos veículos nas vias, acima do permitido nas placas de trânsito expostas nas vias, causando preocupação com momentos que precisam percorrer o loteamento.

Diante da pergunta sobre conflito, situação desconfortável e incômoda que aconteceu na vizinhança, oito participantes lembraram de momentos que ocorreram crimes contra o

patrimônio, eles citaram casas, localizadas junto aos muros do LRC, que foram roubadas enquanto moradores não estavam presentes, mas afirmaram que nos últimos ano essas ocorrências não se repetiram. Uma situação citada por três moradores foi a de uma casa invadida onde os criminosos fizeram a funcionária da casa e a filha dos proprietários de reféns, nenhum outro caso parecido foi registrado dentro do LRC.

A compreensão obtida é que ao questionar sobre conflitos na vizinhança (gráfico 6), despertou-se a lembrança de situações de crime e/ou violência causados por pessoas de fora dos LRCs, mas que impactaram a relação intramuros, o fato de moradores se unirem para solicitar mais segurança interna é um exemplo de mudança de comportamento resultante dos roubos citados e do sequestro.

Gráfico 6 - Conflitos na vizinhança do Residencial Ouro Verde



Fonte: Elaboração própria, 2021

Para resolver os conflitos descritos acima, identificados pelos moradores, não há diálogo dentro da vizinhança. Eles não querem se envolver, pois acreditam que é total responsabilidade da administração conter ações que consideram problemáticas. Para os 15 entrevistados as ações devem ser coibidas com normas e vigilância, todos os moradores afirmam ter conhecimento de que existem regras, cinco delas foram citadas (Quadro 31), e não consultam o regimento interno com frequência para acompanhar mudanças no conteúdo.

Quadro 30 - regras exigidas em regimento interno citadas pelos entrevistados

Quantidade de moradores que citaram a regra	Regra citada
1 dos 15 moradores	Existência de limite para a velocidade dos veículos nas vias internas
1 dos 15 moradores	Altura do som de músicas em festas
14 dos 15 moradores	Controle para entrada de pessoas e veículos
2 dos 15 moradores	Cuidado com os animais, manter em casa e no passeio utilizar coleira
2 dos 15 moradores	Horário de utilização das áreas comuns

Fonte: elaboração própria, 2020

Os entrevistados não participaram da elaboração das normas, afirmam que a administração elaborou o regimento interno e levou à reunião de moradores para a votação, diante da aprovação pela maioria, passou a ter validade. Sobre a concordância das normas, os quinze moradores concordam com as regras que lembravam e não citaram nenhuma discordância com o que está posto.

Quando os moradores citam que mesmo com placas de trânsito veículos ultrapassam a velocidade máxima permitida, ainda que com exigência de que animais precisam passear acompanhado de seus donos, reclamam de gatos e cachorros soltos pelas vias internas, fica claro que não há cumprimento de regras. No momento que exigências não são obedecidas, surgem os conflitos, estes não são resolvidos por meio de conversas e participação coletiva na aplicação das normas, o que tende a gerar um afastamento entre os moradores, diante do incômodo causado pelas situações citadas.

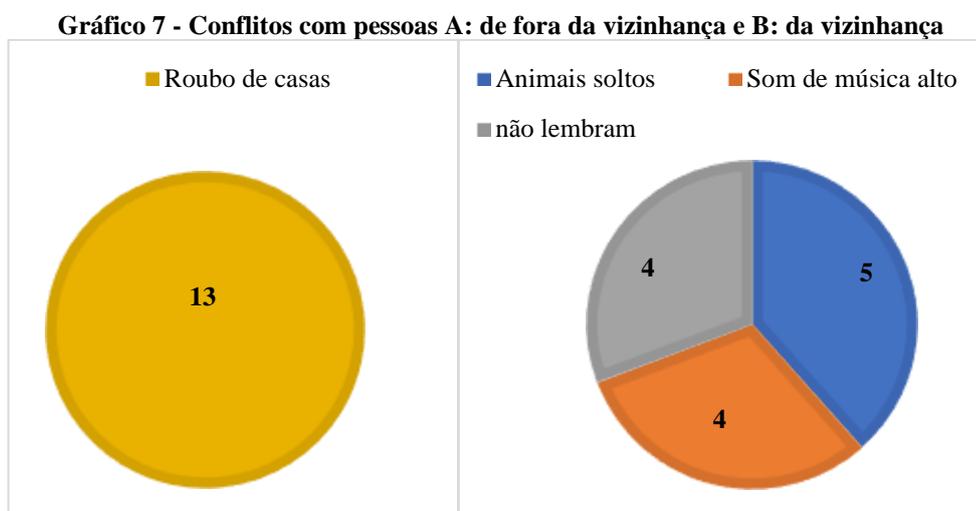
O fato de casas terem sido roubadas e uma delas invadida com reféns, mesmo com a presença de muros, câmeras e vigilância motorizada circulando pelas vias internas, esclarece que o cercamento não é uma solução infalível. A segurança que os moradores dizem ser uma das vantagens do LRC é abalada no momento que os entrevistados lembram desses casos, aqueles que citam o crime (invasão com pessoas feitas reféns) afirmam que estar em um condomínio não é garantia de que estão seguros, muros e portaria não são totalmente eficazes, câmeras e vigilância não são suficientes para a proteção.

A última pergunta neste primeiro bloco de perguntas específicas, sobre o componente nível de conflito, foi: você sente medo de caminhar dentro do LRC? Se sim, qual espaço mais inseguro para ficar? Quatorze moradores afirmam não sentir medo, percorrem todas as partes e sentem-se seguros. Uma entrevistada respondeu que sente medo de caminhar nas vias mais próximas dos muros que delimitam o LRC, por estar mais perto do exterior, sente medo de invasão. O interior do LRC volta a ser associado a um lugar seguro e protegido e o exterior, para fora dos muros, parece ser o lugar estranho e que desperta medo.

b) RESIDENCIAL COLIBRI

A primeira pergunta é sobre o componente da coesão social, nível de conflito, é questionado ao morador se ele soube ou vivenciou conflitos no LRC com pessoas vindas de fora, criminosos que cometeram violência, e conflitos com vizinhos. Todos os entrevistados, treze no total, sobre conflitos com pessoas que moram para fora dos muros, citaram furtos de casas enquanto moradores não estavam presentes, mas enfatizaram que as ocorrências datam de mais de dois anos e que depois que a vigilância foi ampliada não aconteceu nada parecido.

No que se refere aos conflitos entre vizinhos, animais soltos pelas vias internas foi um problema citado por 5 moradores, ultrapassar o limite de altura do som de carro foi destacado por 4 moradores, outros 4 moradores não lembraram problema que tenha causado atrito na vizinhança (gráfico 7). Parte destes moradores entrevistados, 9 pessoas (dentre 13), identificaram problemas que geram conflitos na vizinhança (5 citaram animais soltos e 4 destacaram som de música alto), mas não se dispõem a conversar e tentar resolver a questão com seus vizinhos.



Fonte: elaboração própria, 2021

Para evitar conflitos os entrevistados afirmam que existem normas estabelecidas em um documento, dez entrevistados conhecem o documento, mas nunca leram, sabem algumas exigências, tais como: a entrada de visitante só é permitida após a autorização do morador, horário limite para realização de festas e limite da altura de som de música. Três outros moradores sabem da existência de um estatuto, mas não sabem informar quais normas estão presentes nele.

Aqueles que conhecem algumas normas e percebem que estão sendo desobedecidas, aguardam um representante da associação de moradores para solucionar questões problemáticas. Cinco moradores acham que está no Estatuto do Residencial Colibri a proibição de animais soltos pelas vias, mas não consultaram para afirmar se há referência sobre o assunto no documento. Dos quatro moradores que citaram problema com som alto de música, apenas uma moradora, aquela que participa das reuniões, afirma que existe regra limitando a altura do som e o horário para ocorrer festas com música, os demais não possuem certeza.

Nenhum dos treze moradores entrevistados fez parte da elaboração das normas atualmente estabelecidas, tiveram ciência da existência do documento ao comprar a casa. Sobre a concordância e discordância do conteúdo do regulamento, todos concordam com o que conhecem, aqueles que nunca leram o estatuto não buscam mais informações a respeito e nem tentaram esclarecer possíveis dúvidas. Há uma demonstração de desinteresse em fazer parte do lugar, por meio de diálogos mais próximos e participação em reuniões da associação de moradores.

A percepção obtida é que os entrevistados moram no lugar, mas não se envolvem com outras questões, como por exemplo, pensar em melhorias estruturais, realizar atividades físicas e festivas com vizinhos. A convivência se mostra limitada e diante dos conflitos que surgem causam um afastamento entre os moradores, estes se voltam para a vida familiar, enfraquecendo a coesão social dentro da comunidade.

Como as perguntas anteriores captaram respostas sobre crime e conflitos, a pergunta a seguir questiona sobre o sentimento de medo, se existe e se existir, em qual parte do LRC o sentimento se mostra mais intenso. Sobre o questionamento de sentir medo em algum espaço dentro do LRC, os moradores, 13 entrevistados sentem-se seguros em toda a extensão e afirmam não sentir medo nas vias e quadras.

Componente da coesão social: SOCIABILIDADE

O segundo tema do bloco de perguntas da entrevista trata sobre a sociabilidade, a convivência cotidiana entre os moradores do LRC, para identificar como, onde e com que frequência as relações acontecem. Existe o interesse em compreender como os entrevistados se relacionam com seus vizinhos e moradores do entorno do empreendimento. Quanto mais momentos de sociabilidade entre membros de uma comunidade, mais eles interagem e aprendem a conviver com pessoas com características diversas.

Conviver socialmente para além do grupo familiar possibilita conhecer mais pessoas, compartilhando com elas lugares e momentos. O contato frequente e com diálogo tem o

potencial de aproximar integrantes de um grupo, tornando-os capazes de respeitar as diferenças e o espaço de atuação de cada um. Dentro do LRC quanto maior a convivência, a frequência de contatos, o compartilhamento de espaços, mais afinidades são descobertas, o que favorece a coesão social dentro do grupo de moradores.

a) RESIDENCIAL OURO VERDE

Um dos pontos que favorece a sociabilidade é o momento de encontros, nos LRCs os espaços comuns podem proporcionar contatos entre moradores no cotidiano, neles os moradores podem conviver, descobrir afinidades e formar laços afetivos, pensando nisso perguntas foram feitas durante a entrevista para entender sobre as áreas de uso coletivo. Questões foram direcionadas para registrar se moradores utilizam áreas comuns e se utilizam, quais são as mais vivenciadas.

No que diz respeito à utilização das áreas comuns, dos quinze entrevistados, quatorze moradores citaram que não costumam utilizar espaços coletivos e os equipamentos de lazer distribuídos pelo LRC (quadra esportiva, academia, piscina, praças) e quem mais utiliza as áreas comuns são seus filhos; e um morador afirmou que utiliza a área da piscina.

Sobre quais os espaços comuns dentro do LRC são os mais utilizados, dois entrevistados destacaram que são os passeios, para realizar caminhadas semanalmente; um morador cita utilizar a piscina aos finais de semana; os doze moradores restantes afirmaram não haver um espaço mais utilizado, pois não possuem tempo para atividades internas.

Em suas palavras, dentre quinze moradores, todos falaram que a oferta de áreas de lazer foi motivadora para a escolha do empreendimento, elogiam o espaço de recreação, mas quatorze não o utilizam, somente os filhos; um morador afirma utilizar. A compreensão a que se chegou, ouvindo as respostas das entrevistas, é que os equipamentos de recreação são parte do status de morar em um LRC, este possui amenidades (quadra esportiva, campo de futebol, academia, piscina, praças) que outros empreendimentos não possuem.

Os moradores mesmo não utilizando podem afirmar que possuem equipamentos à disposição quando precisarem, enquanto aqueles que estão do lado de fora não tem e somente estão liberados para utilizar com a autorização dos proprietários, é como um brinquedo disputado entre crianças, em que uma delas diz: “eu tenho, você não tem e você só pode utilizar se eu deixar”. Assim a área de lazer se mostra como um cenário montado para possíveis momentos de atuação, junto aos visitantes, por exemplo.

Uma próxima questão presente na entrevista visa ter conhecimento sobre a realização e/ou participação de eventos e atividades coletivas entre vizinhos e a frequência que ocorrem,

uma moradora respondeu que participa de um grupo de oração, uma vez por semana, e um morador participa de um grupo de prática de exercício físico semanalmente. Os demais treze entrevistados não realizam e nem participam de festa, encontros e atividades com moradores de dentro do LRC e sim com pessoas que moram para fora dos muros.

A entrevista com os quinze moradores indica que há pouca interação na vizinhança, o fato de indivíduos habitarem um mesmo empreendimento, onde casas estão com proximidade física não garante a aproximação dos moradores por meio da participação em atividades. O que ocorre é 1-proximidade física e distância social, ainda que morando a curtas distâncias, os indivíduos não interagem socialmente; 2-distância física e proximidade social, indivíduos moram distante fisicamente, mas as relações sociais no trabalho, academia, escola dos filhos, por exemplo, os aproximam.

Todos os entrevistados afirmam conhecer no mínimo dez vizinhos, não apenas que moram na mesma rua e quadra, mas considerando todo o LRC, por conhecer diferentes pessoas, os quinze entrevistados citam gostam dos vizinhos, até mesmo daqueles que não conhecem muito bem. Após saber que os moradores conhecem pelo menos dez pessoas dentro do LRC, foi perguntado se frequentam a casa dos vizinhos, todos responderam não ter esse hábito, e sobre recebê-los em suas casas, responderam que não costumam fazer isso. Dois entrevistados acrescentaram em suas respostas que não visitam e não recebem visita de vizinhos, pois todos os moradores estão muito ocupados e por isso não há necessidade de frequentar a casa dos vizinhos (quadro 32). Associar visitas e contato frequente com a ação de incomodar destaca como os contatos sociais ganharam um aspecto negativo na convivência entre vizinhos, por alguns dos entrevistados.

Quadro 31 - Recorte de uma pergunta e respostas de moradores do Residencial Colibri

P: 15-Você frequenta a casa dos seus vizinhos? Seu(s) vizinho(s) frequenta(m) sua casa?
EO3: não, todo mundo é ocupado, eles têm a vida deles e a gente a nossa, não tem tempo, no sábado e no domingo a gente quer descansar e eles também, por isso não tem como né?
EO4: não, aqui somos muito discretos e também todo mundo ocupado, quando tem um tempo a gente visita a família, leva filhos pra [sic] ver os avós, primos, vizinho mesmo não visita não, não é nosso costume não.

Fonte: Elaboração própria, 2020

Considerando as respostas dos entrevistados percebe-se que não há hábito de visitar e receber visitas dos vizinhos, o espaço da casa é vivenciado pela família moradora, recebendo e visitando familiares para encontros casuais. A percepção é de que os moradores não estão

apenas isolados em um LRC, mas também isolados em suas casas, evitando incomodar e serem incomodados, pois a vivência da casa amplia cada vez mais o espaço individual e reduzi o espaço para a convivência coletiva.

Os quinze moradores do Residencial Ouro Verde que foram entrevistados não conhecem aqueles que moram no entorno do empreendimento, nas comunidades que circundam os muros do LRC. Os entrevistados não circulam pelas ruas e estabelecimentos vizinhos, todos afirmaram que quando necessitam de comércio e serviço, se dirigem para o centro da cidade ou shopping center. O que demonstra mais uma vez a proximidade física entre o LRC e seu entorno, mas a distância social que existe na vivência entre os moradores com pessoas e lugares localizados na vizinhança imediata dos muros.

b) RESIDENCIAL COLIBRI

Como foi exposto anteriormente, encontros e a convivência frequente favorecem a sociabilidade dentro de um grupo, as áreas comuns dos LRCs são pensadas para reunir pessoas em momentos de lazer. O projeto do residencial Colibri propunha duas áreas de lazer formadas por praças com bancos, brinquedos infantis, quadra esportiva, mas apenas um teve sua obra concluída, até o período que ocorreram as entrevistas. Todos os treze moradores entrevistados afirmaram que não utilizam os espaços construídos para recreação, dentre os treze, dez moradores com filhos (crianças) citam que estes brincam nas vias internas do LRC, em frente das casas.

Sobre a realização/participação em encontros, eventos e atividade coletivas dentro do Residencial, duas moradoras, dentre treze entrevistados, citaram unicamente a participação na organização da festa de São João de 2019 na rua de suas casas, os demais não citaram formar grupos com moradores para nenhuma outra atividade/evento. Assim, com base nas respostas não foram percebidos grupos reunidos para realizar ações que fortaleçam a vivência coletiva.

Ao serem questionados sobre conhecer os vizinhos, todos os entrevistados afirmam conhecer menos de dez pessoas que moram no LRC. Dos trezes moradores que responderam às perguntas, seis conhecem moradores cujas casas localizam-se em quadras diversas e sete conhecem os vizinhos que moram em suas ruas. Aqueles que conhecem vizinhos de quadras espalhadas por todo o Colibri não interagem com eles, não convivem e os entrevistados que conhecem os vizinhos de sua rua, se relacionam com eles frequentemente, principalmente pela amizade dos filhos.

Os sete moradores que convivem com os vizinhos de mesma rua citam que a proximidade das casas proporcionou que os filhos pudessem se conhecer e brincar juntos. Neste

caso ocorre a proximidade física e proximidade social, os indivíduos moram em curtas distâncias e interagem socialmente, graças aos laços de amizade formados entre as crianças.

Quando os participantes da pesquisa foram perguntados se frequentam a casa dos vizinhos e se são visitados por eles, nove moradores afirmam de maneira direta que não visitam e não são visitados pelos vizinhos, dentre os motivos citados: falta de tempo, interesse, costume e intimidade. Quatro moradores afirmam que frequentam a casa dos vizinhos e são visitados por eles, principalmente devido à proximidade entre os filhos.

Assim como foi percebido após entrevistas no Residencial Ouro Verde, no Residencial Colibri também há um isolamento maior dos moradores dentro de suas casas, priorizando a convivência com a família, não é demonstrado interesse em ter uma convivência frequente com vizinhos. No caso específico deste LRC são as crianças as responsáveis por formar o vínculo entre parte dos adultos entrevistados e a vizinhança.

Sobre conhecer moradores do entorno do loteamento, áreas próximas e que circundam os limites do LRC, dos treze entrevistados apenas uma pessoa citou conhecer o proprietário de um mercado localizado no bairro, pois frequenta o local para comprar produtos. Os demais moradores não possuem vínculos com pessoas que moram nas proximidades do loteamento. Com base nas respostas é possível considerar que há proximidade física, entre aqueles que moram dentro e aqueles que moram fora do Residencial Colibri. Percebe-se a proximidade diante do fato de que as casas estão separadas pela espessura do muro e largura da via, em contrapartida existe a distância social, o muro e a proibição de acesso constroem uma barreira para o contato visual, percursos (a pé ou transporte) e para a interação entre os indivíduos. Os moradores do Residencial Colibri entrevistados não conhecem os vizinhos do entorno, logo é possível que a ilustração (Figura 82) se materialize na realidade.

Figura 82 - exemplo ilustrativo de proximidade física e distância social



Fonte: Google Earth, 2019. Adaptado pela autora, 2019

Componente da coesão social: PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE

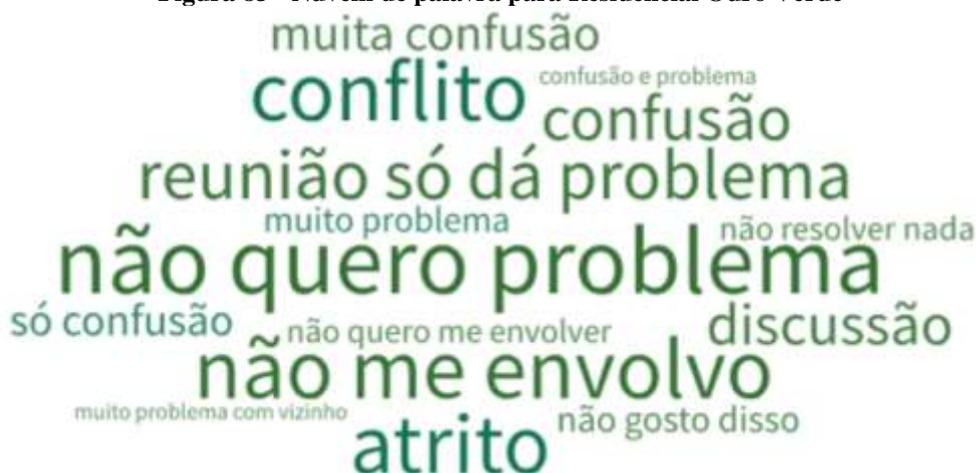
O terceiro componente, que orientou a elaboração das perguntas, é o grau de participação na comunidade. Integrantes que se unem em prol de um objetivo reúnem mais forças para alcançar os resultados pretendidos pelo grupo. As perguntas buscaram identificar se os moradores participam de reuniões internas e de alguma associação que busca benefícios para o coletivo, e ainda destacar qual benefício foi alcançado fruto de mobilização conjunta, caso tenha ocorrido. Quanto mais os integrantes de um grupo se envolvem para conseguir melhorias a serem usufruídas por todos, mais sentem-se integrados dentro da comunidade fortalecendo a coesão social.

No caso dos LRCs buscou-se identificar junto aos entrevistados se eles estão envolvidos em debates, votação e tomada de decisão diante de problemas, buscando soluções. A partir das respostas das entrevistas pretende-se registrar a participação em reuniões com outros moradores, para mobilizar o grupo em busca de benefícios para dentro do LRC e que sejam aproveitados pela comunidade. As respostas, ainda que limitadas ao número de 15 entrevistados para o Ouro Verde e 13 para o Colibri, podem indicar uma tendência maior dos moradores para a participação em ações coletivas ou se estão mais voltados para interesses privados e necessidades de sua família.

a) RESIDENCIAL OURO VERDE

Todos os moradores entrevistados não participam da reunião interna para decisões do LRC, as explicações para isso foram semelhantes com a utilização de palavras que se repetiram em todas as respostas: confusão, problema, atrito. utilizou-se de um programa de computador online que produz uma nuvem de palavras (Figura 83) como resultado da inserção das frases das respostas dos entrevistados, a nuvem organiza as palavras, em intensidade de cores e vários tamanhos, com base no número de menções feitas. Sobre a participação em reuniões, a expressão que mais se repetiu foi: “não quero problema”, apareceu uma única vez: “muito problema com vizinho” e “confusão e problema”.

Figura 83 - Nuvem de palavra para Residencial Ouro Verde



Fonte: elaborado no site <https://wordart.com/2021>

Percebe-se durante a entrevista o desinteresse em acompanhar de perto o que está acontecendo dentro do LRC, informações sobre condições da infraestrutura, serviços prestados, atualização de regras e punições, propostas de reformas para o lugar, dentre outras questões importantes que interferem na vida da comunidade. Todos os moradores decidem por não participar das reuniões internas, de maneira a evitar qualquer tipo de enfrentamento e diálogo na vizinhança, aceitando as decisões estabelecidas pela maioria. As frases citadas por cinco moradores, dentre quinze, expõem a maneira como parte dos entrevistados lidam com a reunião interna (quadro 33).

Quadro 32 - Frases para explicar a não participação das reuniões internas

Eu confio, pois...
EC1: Não quero criar atrito
EC2: Só da confusão
EC3: Não gosto de participar, porque é muito problema.
EC4: Não vou, muita confusão, vejo depois no grupo do WhatsApp
EC5: Só quero saber quando o problema for resolvido.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

No que se refere à participação de moradores em grupos mobilizados para alcançar algum tipo de benefício para o coletivo, dois entrevistados citaram que a reforma da portaria foi conseguida por solicitação de um grupo durante reunião interna. As demais reformas, ações de manutenção, alterações de valor de taxa mensal, por exemplo, são definidas pelos profissionais responsáveis pela administração.

As reuniões entre moradores são vistas como problemáticas, onde há confusão e conflito, os quinze moradores entrevistados não enxergam nos encontros um momento de diálogo, onde identificam-se problemas, buscam-se soluções e propostas para melhorias. Essa maneira de enxergar dificulta a aproximação de pessoas no debate, levando em conta os interesses coletivos, assim percebe-se que os moradores se fecham na família e se voltam para os interesses privados.

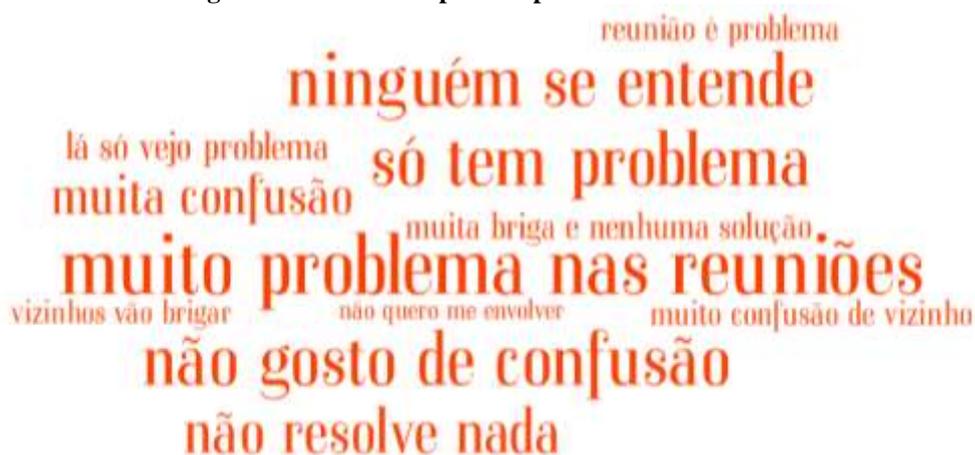
b) RESIDENCIAL COLIBRI

Até o período da visita o Residencial Colibri possuía uma associação de moradores com reuniões mensais para tomada de decisões para dentro do LRC, informação dada pelo único morador, dos treze entrevistados, que participa da reunião da associação, pois se interessa em acompanhar o que está acontecendo onde mora e tenta ajudar na solução dos problemas apresentados. Os demais doze moradores não participam das reuniões, consideram que na reunião são muitos os atritos entre vizinhos e não querem se envolver.

Com base nas respostas dos entrevistados do residencial Colibri foi elaborada uma nuvem de palavras, quanto mais vezes palavras e expressões foram citadas pelos entrevistados mais destaque elas recebem na composição da nuvem (figura 84). Uma moradora participa da reunião com frequência e encara de maneira positiva, pois acredita que é uma maneira de ter conhecimento sobre o que acontece no interior do LRC. A percepção obtida com a entrevista, ouvindo frases e palavras citadas por doze entrevistados, é que eles associam a reunião de moradores com um momento negativo com problemas, atritos e conflitos. Eles não levam em

consideração que a reunião é uma oportunidade de compartilhar ideias e planejar ações, e assim participar ativamente da melhoria da vida dentro do LRC.

Figura 84 - Nuvem de palavra para Residencial Colibri



Fonte: elaborado no site <https://wordart.com/2021>

A participação exige dos integrantes de um grupo, os moradores do LRC nesta pesquisa, o compartilhamento de interesses e definição de objetivos para que coletivamente possam alcançá-los. Os objetivos alcançados precisam beneficiar aqueles envolvidos e no momento no qual cada morador opta por não se envolver no grupo, a luta coletiva perde força e o interesse individual se sobrepõe, onde o indivíduo pensa de maneira isolada como se não fizesse parte de uma comunidade e pudesse contribuir para a melhoria dela.

Quando os entrevistados foram questionados sobre se houve alcance de benefícios para o LRC após mobilização de um grupo de moradores, nove entrevistados (do total de treze) desconhecem melhorias conseguidas após solicitação coletiva. Quatro moradores citaram melhorias, cada entrevistado citou uma diferente dos demais, em comum todos afirmam que os benefícios somente foram alcançados após proposta de moradores durante participação na reunião mensal.

Quatro melhorias foram citadas: a) reforma do canteiro central, b) troca do portão de acesso ao empreendimento, c) contratação de uma nova equipe de funcionários para permanecer na guarita e d) a implantação de câmeras de vigilância nas vias internas (Figura 85). Estas quatro melhorias são exemplos do que pode ser alcançado como resultado da necessidade coletiva, não é fruto de interesse de um morador específico, mas daqueles moradores do LRC que consideram as mudanças importantes para o funcionamento e organização interna, essas beneficiarão o empreendimento.

Figura 85 - Melhorias resultantes da mobilização coletiva

Benefícios alcançados:	
1 morador citou	reforma do canteiro central
1 morador citou	troca do portão de acesso
1 morador citou	contratação de novos funcionários
1 morador citou	implantação de câmeras de vigilância

Fonte: Elaboração própria, 2020

Componente da coesão social: RELAÇÃO DE CONFIANÇA

Nível de confiança é o quarto componente a formar um bloco de perguntas, o foco é captar, através das respostas, o quanto os moradores acreditam que podem contar com os vizinhos, para manter uma relação otimista a respeito das intenções do outro. Através de relações de vizinhança com confiança, o indivíduo se sente seguro em entregar ao outro os cuidados de objetos e pessoas, quando necessitar de apoio.

Como já destacado em momento anterior neste documento, quando a desconfiança é grande, os indivíduos tendem a reduzir os contatos ao círculo familiar e quando a confiança é grande há a expansão da interação com mais grupos que compõe a vida em sociedade (trabalho, estudo, vizinhança, instituições). Quanto mais os moradores confiam nos seus vizinhos, é possível construir vínculos mais intensos e manter relações mais coesas dentro da comunidade.

a) RESIDENCIAL OURO VERDE

Todos os moradores citaram confiar na maioria dos vizinhos devido às oportunidades de interação que surgiram ao longo dos anos. Ainda que não haja convivência diária e intensa os entrevistados acreditam poder confiar naqueles que compartilham o LRC com eles. A partir de frases ditas durante as entrevistas, é possível estabelecer o que significa confiança para os moradores (quadro 34).

Quadro 33 - Recortes de respostas de parte dos entrevistados sobre confiança

Eu confio, pois...
EO1: São pessoas com bons empregos.
EO2: Os moradores não criam problemas.
EO3: Meus filhos estudam na mesma escola que muitos que moram aqui.
EO4: Ninguém nunca me deu motivo para desconfiar.

EO5: Conheço a família de muita gente que mora aqui, tem boa índole.
EO6: Não conheço muito, mas eu confio.
EO7: Eu fico sabendo de algumas coisas sobre alguns, mas a maioria eu confio.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A convivência é o que desperta e amplia a sensação de confiança, por meio de conversas, intenções e ações é possível acreditar que se pode confiar em determinado indivíduo. Ao interagir no meio social, no LRC, e conhecer pessoas descobre-se com o tempo se elas respondem às expectativas de poder entregar a elas os cuidados de algo ou alguém. Os moradores entrevistados associam a confiança a questões como: saber sobre emprego, escola de filho, a família a qual pertence, o que não é, necessariamente, resultado de uma interação próxima. Existir confiança é fundamental para a aproximação entre as pessoas, é a extensão da confiança local que vai “operacionalizar” a coesão (CRUZ, 2010), que vai dar condições para que a integração entre os moradores aconteça.

Em outro momento da entrevista, ainda no bloco de perguntas para identificar o nível de confiança, os quinze moradores do Residencial Ouro Verde afirmam que caso necessitem de ajuda diante de alguma emergência acreditam conseguir suporte de vizinhos, ainda não aconteceu situação que justifique essa crença. Os mesmos entrevistados afirmam que se os vizinhos necessitarem de ajuda estarão disponíveis para auxiliar, situação que também não ocorreu e nenhum exemplo foi citado. Com base nessas respostas a compreensão alcançada é que interação entre os moradores é limitada, não sendo possível registrar momentos de vizinhos ajudando e sendo ajudados, a relação mais uma vez se mostra pouco aberta para a vizinhança.

b) RESIDENCIAL COLIBRI

Assim como ocorreu com as respostas do LRC Ouro Verde, no Residencial Colibri todos os treze moradores entrevistados afirmam que confiam na maioria dos seus vizinhos, destes treze, quatro entrevistados acrescentaram que confiam principalmente naqueles que moram na mesma rua de sua casa, pois possuem maior contato. O maior contato foi iniciado pela convivência dos seus filhos e que aproximou os pais, estes se encontram e conversam em momentos diversos do cotidiano, ao se encontrarem com frequência na rua de casa.

A proximidade física gerou uma maior interação em um caso específico, um dos quatro moradores, daqueles que citaram confiar nos vizinhos que moram próximo de sua casa, destacou que quando precisa resolver problemas fora do LRC ele confia no vizinho para os cuidados com seus dois filhos no período de ausência. Foi apenas um exemplo registrado, que

mostra uma situação que não se apresentou nas respostas do LRC anterior, onde vizinhos conseguiram se apoiar em meio à necessidade.

Todos os moradores acreditam que se precisarem de ajuda conseguirão auxílio vindo de vizinhos. Quatro entrevistados, dentre os treze totais, acreditam que se houver momentos de necessidades a ajuda virá dos vizinhos que moram na mesma rua de suas casas. Os demais nove entrevistados não especificam moradores que poderão ajudá-los com maior certeza.

Uma outra questão direcionada para os participantes da pesquisa foi sobre favores: “você costuma fazer favor para algum vizinho? Cite exemplo; seu vizinho costuma te fazer favor? Cite exemplo”. Nove entrevistados responderam que não costumam fazer favores e receber favores na vizinhança, pois nunca ocorreu situação que os conduzissem a essas relações. Quatro moradores responderam fazer e receber favores de seus vizinhos sempre que precisam, destes quatro, três deles não lembraram exemplos de acontecimentos e um morador recordou quando necessitou de cuidados com seus filhos e o vizinho auxiliou.

Com o olhar para o recorte de moradores que participaram da pesquisa, percebe-se que moradores do Residencial Colibri estão mais disponíveis para interagir com seus vizinhos e se deixam aproximar pelos acontecimentos diários, amizades entre os filhos, pedir ajuda para outro morador, quando se compara com respostas do Residencial Ouro Verde. A aproximação dentro do LRC Colibri se mostra espontânea, situações não planejadas que integram moradores, fortalecendo a coesão.

Componente da coesão social: SATISFAÇÃO COM O LUGAR

No momento que o indivíduo conhece o lugar e as pessoas, ele apreende a realidade e percebe as diferenças presentes no mundo a sua volta. Após conhecer, o indivíduo se identifica com o lugar, neste se reconhece e nas pessoas com as quais compartilha, não está sozinho no meio, o que potencializa a vontade de se engajar para cuidar daquele lugar, que não pertence somente a ele. O engajamento acontece junto aos outros indivíduos que também se identificam com o espaço e se aproximam de maneira colaborativa para manter e melhorar o lugar, para que todos possam usufruir dos benefícios das ações nele realizadas.

Segundo Leite (2012) a noção de pertencimento implica em ações objetivadas no sentido de que o indivíduo não é passivo nem tampouco alheio às circunstâncias. Ele age e reage de um modo efetivo e intencional. Quanto menos os indivíduos se reconhecem no lugar, menos se interessam pelos cuidados com ele, há pouca mobilização em prol de melhorias voltadas para o coletivo, tornando-se mais preocupados em suprir suas necessidades individuais.

O quinto componente da coesão social, considerado nesta pesquisa, é a identidade/pertencimento ao lugar, questões foram elaboradas para abordar na entrevista a satisfação do morador e como se sente em relação ao LRC, se há pertencimento e identificação com o espaço.

a) RESIDENCIAL OURO VERDE

Quando os quinze moradores são perguntados sobre gostar de viver no LRC, todos respondem gostar de morar, pois o lugar possui mais qualidades que defeitos, eles pretendem continuar morando, e dizem estar satisfeitos com suas casas e o espaço comum do LRC. Sobre o LRC ser o lugar que sempre sonharam, todos responderam que não, nunca haviam planejado morar em um loteamento cercado. Citam a violência e a falta de áreas de lazer para os filhos na cidade como aspectos que conduziram a tomar a decisão de morar em um LRC, este considerado espaço seguro e tranquilo para toda a família.

As respostas das questões anteriores, presente no roteiro da entrevista, conduzem à compreensão que a satisfação sentida pelos moradores está mais relacionada com a vivência de suas casas, especificamente, e com a imagem que o LRC transmite para eles, pois o LRC é pouco aproveitado. As áreas comuns, citadas pelos moradores, quando usufruídas, são de utilização de crianças, mas os adultos entrevistados não se mostram dispostos a viver aquele lugar, explorando os espaços disponíveis.

O LRC supre as necessidades dos moradores com o conforto de suas casas, a sensação de segurança, mas estes não aprofundam o conhecimento sobre o lugar, como pode contribuir com espaço, participar de melhorias. Também não há convivência com as pessoas que moram no mesmo LRC, a ponto de conhecê-las, descobrir afinidades, reconhecer e respeitar as diferenças. As relações de vizinhança, com base no recorte de entrevistados, se mostram superficiais e limitadas, assim para sensação de identificação e o pertencimento ao lugar são necessárias vivências mais profundas.

b) RESIDENCIAL COLIBRI

No Residencial Colibri os treze entrevistados também responderam às perguntas “Você gosta de viver aqui? Pretende continuar morando aqui? É o lugar que você sempre sonhou?”. Sobre a primeira questão, todos os moradores responderam sim, gostam do lugar onde moram, estão satisfeitos com suas casas e com o LRC. No que se refere a continuar no Colibri, somente um dos treze moradores afirma que irá se mudar para outro LRC, este com

maior área de lazer para que os filhos tenham opção de recreação, pois no colibri não possui equipamentos como piscina e brinquedos.

Morar em um LRC não fazia parte dos sonhos dos entrevistados, cinco moradores destacaram que não conheciam um loteamento cercado antes de ir morar no Colibri, as oportunidades, o valor da moradia e a busca por segurança aproximaram os moradores dessa modalidade de loteamento. Agora que conheceram os benefícios (que acreditam) de morar em um LRC, os moradores não pretendem morar em um loteamento aberto, demonstrando que este tipo de empreendimento possui boa aceitação com a promessa de uma vida segura e tranquila.

Assim como citado anteriormente para que haja identificação e pertencimento ao lugar, é fundamental conhecer: 1-o espaço, seus problemas, potencialidades, 2-pessoas, suas características e peculiaridades para que relações sejam aprofundadas. No Residencial Colibri, parte dos entrevistados estão mais próximos da vizinhança, dos vizinhos de sua rua; um morador participa da reunião mensal para conhecer os problemas e propor soluções; grupos de moradores conseguiram benefícios para o LRC; o que demonstra que os entrevistados estão mais abertos a conhecer o lugar e as pessoas e descobrir afinidades que os aproximem a cuidar da comunidade e do lugar onde moram.

4.3 Breves reflexões sobre a Pandemia de covid-19 e Coesão social

Ao final das análises sobre as entrevistas, durante o processo de escrita e revisão do documento da tese, na quarta-feira 18 de março de 2020 foi aprovado o decreto nº 88/2020 que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil em meio à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Cada estado brasileiro elaborou recomendações para impedir a contaminação do vírus pela população, uma das recomendações foi o isolamento social. A situação se prolongou nos meses seguintes e levou a reflexões relacionando pandemia e conceito de coesão social com base em notícias divulgadas nos websites.

A coesão, resultado da interação frequente entre indivíduos nos espaços coletivos, foi impactada pela imposição de isolamento social para controlar a disseminação da doença. A urgência de isolamento em casa por parcela da população brasileira gerou a redução de reuniões coletivas fora de casa e aumentou a permanência nas residências, tornando-as um espaço para a realização de atividades de lazer, estudo e profissional.

Para aqueles com potencial financeiro, essa fase da vida humana na qual os indivíduos necessitaram adaptar suas casas para trabalho, estudo e lazer, despertou o interesse por casas em empreendimentos, como loteamentos e condomínios, para o alcance de um ambiente mais espaçoso (comparado ao apartamento), considerado seguro e que favoreça novas ações

realizadas em casa. Em julho de 2020 foi publicada uma reportagem sobre o aumento da procura por moradias inseridas em loteamentos, que impulsionou moradores a mudar de apartamentos para casas ou de pequenas residências para outras com maiores dimensões em busca de mais espaço, aquecendo o mercado de loteamentos no Brasil e em Alagoas (Figura 86).

Figura 86 - Notícia relacionando pandemia e vende de imóveis em loteamentos alagoanos



Fonte: Disponível em: <http://www.agendaa.com.br/negocios/imobiliario-e-turismo/8420/2020/07/20/de-volta-a-casa-pandemia-aquece-procura-por-loteamentos-residenciais-em-alagoas> Acesso em 20 julho 2020

De acordo com a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Alagoas (Ademi-AL) a experiência no confinamento reativou o desejo de morar em casa, as pessoas, com boas condições econômicas, estão dispostas a morar mais longe do trabalho, em casas com mais espaço para a família e realização de atividades diversas. O LRC, modelo de empreendimento buscado como opção de moradia no período de pandemia da covid-19, registrou ampliação do nível de conflito na fase de isolamento e criou barreiras à sociabilidade, dois componentes da coesão social, notícias divulgadas na internet sobre o assunto atraíram a atenção (Figura 87).

Figura 87 - Matérias em mídia virtual sobre a convivência entre moradores no período de pandemia.



Fonte: Diversos¹¹, Acesso de junho de 2020

¹¹<https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/em-meio-%C3%A0-pandemia-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-vizinhos-aumenta-a-tens%C3%A3o-em-especial-em-condom%C3%ADnios-1.2041481>

rela%C3%A7%C3%A3o-entre-vizinhos-aumenta-a-

Problemas registrados na mídia aumentaram os conflitos entre moradores impactando o bem-estar e convivência social, três serão aqui destacados: I) Restrição do uso dos espaços que compõem a área de lazer; II) Aumento de ruídos (reformas, crianças, música) e III) Crescimento da violência doméstica.

I) Restrição de uso dos espaços comuns

Com a exigência de isolamento e redução de aglomeração, em locais abertos e fechados, os equipamentos utilizados para recreação, piscina, quadra esportiva, academia, salão de festas por exemplo, tiveram seu uso impedido e em seguida controlado por novas regras. Como os moradores passaram mais tempo em suas residências, a necessidade de utilizar o lazer foi amplificada, mas o uso por eles e visitantes teve de ser impedido para evitar o contágio pelo compartilhamento de materiais e proximidade física entre os usuários.

Após a fase de impedimento, a proposta foi controlar o uso através do agendamento de horário para a utilização, número de pessoas utilizando foi reduzido e a distância entre elas no momento da atividade. Parte dos moradores impedidos de usar a área de lazer afirmaram ter seu direito individual de ir e vir negado, confrontando as decisões; o agendamento para utilização das áreas comuns gerou atrito entre moradores que desejavam o mesmo horário. São exemplos de conflitos que surgiram na convivência coletiva durante o isolamento na pandemia.

Áreas de lazer são pontos de encontro e interação entre os grupos diversos, crianças, idosos, mulheres; são locais de passagem e permanência para conversas e atividades físicas, por exemplo, com a restrição de uso, as áreas coletivas se tornaram menos utilizadas, comparadas no período anterior à pandemia de covid-19. A sociabilidade, contato e convivência frequente, entre moradores, já pouco intensa nos LRCs, se mostrou comprometida devido às exigências de isolamento social. O compartilhamento das demais áreas comuns também gerou insegurança entre os moradores, pois não sabiam quais vizinhos poderiam estar infectados, o que também gerou afastamento na comunidade. Para evitar a exposição da pessoa contaminada, a recomendação para conjuntos de moradias (horizontais e verticais) é que o síndico deve informar casos de covid, mas sem identificar o morador (Figura 88).

<https://www.olharjuridico.com.br/noticias/exibir.asp?id=43062¬icia=advogado-esclarece-em-quais-situacoes-obras-de-condominio-podem-ser-feitas-durante-quarentena&edicao=1>

<https://folhadolitoral.com.br/editorias/direito-justica/isolamento-social-condominios-sao-obrigados-a-comunicar-casos-de-violencia-domestica/>

<https://www.imovelmagazine.com.br/noticias/pandemia-isolamento-social-potencializa-problemas-em-condominios/>

Figura 88 - Contaminação de covid-19 na comunidade



Fonte: Diniz, Ana Carolina (2020). Disponível em:
<https://extra.globo.com/economia/financas/castelar/coronavirus-sindico-deve-informar-se-houver-casos-no-predio-sem-identificar-morador-24415918.html>

O artigo de Ferreira (2020) deixa claro que o morador possui o direito constitucional à privacidade, desde que não coloque em risco à vida de outras pessoas. Se o morador está ciente da possibilidade ou possui certeza de sua contaminação e não tomou os cuidados necessários para proteger os vizinhos com os quais compartilha espaços, quando descoberto o ocorrido, ele pode responder por crimes.

Em verdade, não há um dever legal de comunicação, mas sim é necessário utilizar-se do senso de vida em comunidade, das condutas de colaboração e solidariedade para com o outro, cuja informação tem o condão de não prejudicar a saúde e nem colocar em risco a segurança dos demais condôminos (FERREIRA, 2020).

II) Aumento de ruídos (reformas, crianças, música).

Em meio a uma maior permanência em casa, percebeu-se a concentração de tarefas em comparação a períodos anteriores à pandemia. Atividades profissionais dos adultos, estudo e lazer de crianças, que tiveram a ida à escola interrompida, geraram o aumento dos ruídos impactando as relações de vizinhança. O som de música alta e de obras para a reforma das residências também é registrado como um problema causador de conflito entre moradores. A necessidade de novas regras se fez urgente em tempos pandêmicos na tentativa de evitar graves atritos entre moradores que se encontram mais horas no interior de suas casas. Regras quando não cumpridas geram novos conflitos dentro da comunidade.

a) Crescimento da violência doméstica.

O aumento dos casos de violência doméstica foi registrado durante o isolamento social no período de pandemia. Violência contra mulher, idoso, criança e animais dentro de suas casas foi intensificada, a permanência por longos períodos, em ambientes que já possuem conflitos, tem ampliado as relações de hostilidade resultando em agressão verbal e física. As denúncias

de violência contra a mulher aumentaram e constata-se que as vítimas não suportaram o aumento de horas de confinamento com seus agressores e pediram ajuda aos órgãos responsáveis (Figura 89).

Figura 89 - Notícia sobre aumento de denúncias de violência contra a mulher durante pandemia

Violência contra a mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%

Com isolamento social, vítimas ficam mais dentro de casa, tendo de conviver mais tempo com o agressor; número pode ser até maior, porque muitas não conseguem registrar boletins de ocorrência.

Márcia De Chiara, O Estado de S.Paulo
01 de junho de 2020 | 15h00

Um vírus e duas guerras: Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19

18/06/20 por Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, #Colabora, Portal Catambas e Ponte Jornalismo

Compartilhe este conteúdo:

Parceria entre cinco mídias independentes, que monitoram os casos durante o isolamento social, aponta que 195 mulheres foram vítimas de feminicídio em dois meses, segundo dados dos estados

Violência física e sexual contra mulheres aumenta durante isolamento social provocado pelo coronavírus

Organização das Nações Unidas e Organização Mundial de Saúde pedem que governos tratem o tema como prioridade durante a pandemia. Mulheres na Zona Leste de São Paulo criaram rede de apoio às vítimas durante quarentena e confrontam agressores.

Por Lari Medelli, G1
18/06/2020 09:17 - Atualizado às 10:00

Fonte: Diversos¹². Acesso em 28/08/2020

As informações extraídas em sites de notícias, apresentadas acima, quando comparadas aos resultados da técnica de coleta de dados, observação e entrevista nos LRCs, resulta na compreensão de que o componente social isolamento, quando uma escolha, no momento que cada morador se volta para suas casas e demonstra menos interesse no espaço comum, já resultava em prejuízos à sociabilidade. Na fase de isolamento imposto pelos órgãos municipais para conter a pandemia, a sociabilidade é ainda mais impactada negativamente, pois aqueles que utilizavam os espaços comuns com frequência ficaram impossibilitados de aproveitar as áreas coletivas, reduzindo ainda mais o aproveitamento dessas áreas.

¹²Disponível em <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40,70003320872> acesso em 28/08/2020
<https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>
<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/violencia-fisica-e-sexual-contra-mulheres-aumenta-durante-isolamento-social-provocado-pelo-coronavirus.ghtml>

O período de isolamento social da pandemia mostrou potencial de dificultar a materialização da coesão social, observando seus cinco componentes, no momento no qual:

1. Aumenta o nível de conflito, devido ao barulho durante a maior permanência de pessoas em casa;
2. Reduz a sociabilidade, os encontros e interações nas áreas coletivas são restritos;
3. A diminuição de interações impossibilita participação na comunidade, os indivíduos permanecem mais tempo sozinho ou com as pessoas com as quais moram;
4. Aumenta o nível de desconfiança, moradores desconfiam de seus vizinhos, diante da possibilidade de algum deles está infectado pela covid-19;
5. Diminui a satisfação com o lugar, desperta-se a insatisfação em vista de novas regras e restrições de uso e permanências nos espaços comuns.

Registrar maior interação entre indivíduos durante o isolamento na pandemia, conversas e realização de atividades (estudo, trabalho e lazer), é possível ao considerar as relações conectadas pela internet. Assim seria possível identificar componentes sociais e analisá-los na convivência social no meio virtual, frequência e intensidade do uso de aplicativos de conversa, para lazer, estudo e atividades profissionais. Mas esse tipo de interação, virtual, não é o foco desta pesquisa

A pandemia não criou problemas na convivência face a face entre as pessoas, intensificou questões já presentes na sociedade e que mostravam impedimentos à coesão social, ao analisar seus componentes. Nas visitas e entrevistas ocorridas antes da pandemia, nos residenciais Colibri e Ouro Verde, os componentes da coesão social já deixavam claras as relações de vizinhança pouco intensas.

5 A INCOESÃO SOCIAL NOS LRCs

Com a pesquisa bibliográfica (livros, artigos), a documental (legislação, mapas) e a pesquisa de campo (observação e entrevista) concluídas, é possível relacionar o aprendizado da teoria com os registros da observação e os relatos dos moradores durante a entrevista nos LRCs Colibri e Ouro Verde, compreendendo a interação intramuros e com o seu entorno. A observação direciona à compreensão que características sociais, presentes nos estudos dos empreendimentos cercados, a) isolamento, b) homogeneidade, c) regulação e d) organização, se materializam em elementos arquitetônicos nos LRCs. As características e elementos se relacionam com os componentes da coesão social: 1-nível de conflito, 2-nível de sociabilidade, 3-participação na comunidade, 4-nível de confiança e 5-satisfação com o lugar, estes foram analisados com base nas respostas dos entrevistados.

ISOLAMENTO E SOCIABILIDADE

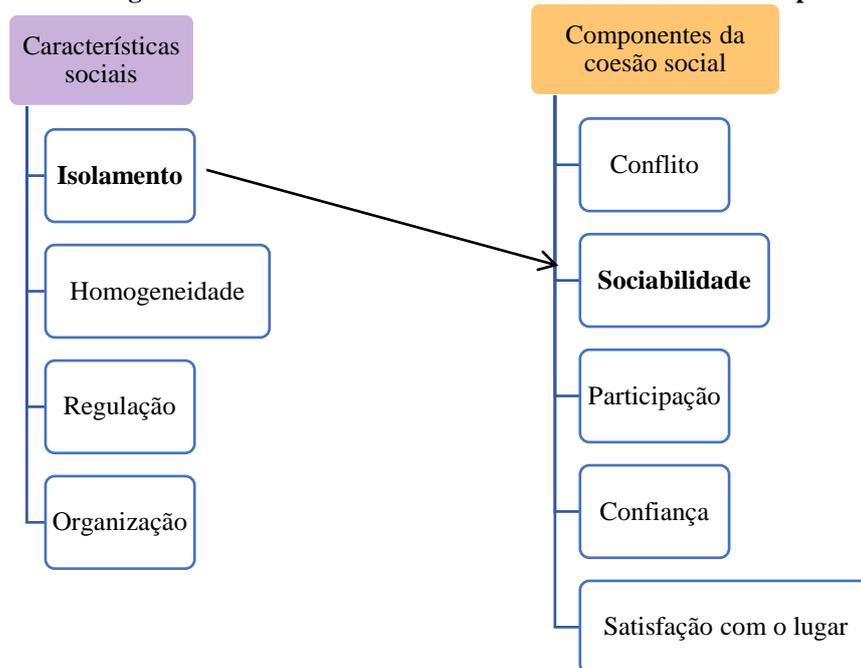
O isolamento impacta negativamente a sociabilidade, quando os entrevistados permanecem no interior dos LRCs o tempo é dedicado às suas famílias no interior das moradias, esse isolamento no espaço privado afasta os moradores de seus vizinhos. O contato visual e os encontros não são frequentes e intensos. Isolados em suas casas dentro dos LACs, os moradores entrevistados estão distantes dos moradores do entorno. Moradores dos dois loteamentos cercados não conhecem pessoas que moram nas proximidades de seus LRCs e se precisam frequentar comércio e serviços se deslocam para outros bairros. A presença de muros e portaria com controle de acesso, no Colibri e no Ouro Verde, dificulta a interação entre aqueles que moram para dentro com quem habita para fora dos muros que demarcam os LRCs.

A circulação de não moradores no LRC está vinculada à autorização para acessar ruas internas e áreas de recreação, o que exclui parte da população de usufruir porções das cidades ocupadas pelos LRCs. O muro, portões, cercas elétricas, câmeras de vigilância são elementos fisicamente implantados para o impedimento, afastamento e separação de grupos no espaço urbano, são obstáculos à sociabilidade (Figura 90), encontros e convivência entre pessoas. As barreiras limitam os percursos contínuos na cidade, indivíduos a pé ou em veículos possuem seu trajeto interrompendo diante dos muros e portões dos LRCs e da necessidade de autorização para seu acesso.

Os moradores citam ter escolhido os dois LRC, Colibri e Ouro Verde, em busca de tranquilidade e segurança que o isolamento propicia, mas reconhecem que mesmo com a presença de muros e vigilância crimes aconteceram, invasão e furtos, por exemplo. O

isolamento constrói a imagem de lugar protegido para os entrevistados, mas questões sobre violência são mais profundas, exigindo engajamento entre sociedade e Estado e extrapolam as ações de controle implantadas unicamente no LRC. As barreiras não impedem e não reduzem os conflitos e atos criminosos (roubos, por exemplo), pois os moradores citaram que mesmo com a implantação de vigilância, crimes contra o patrimônio aconteceram: furto e invasão.

Figura 90 - Nos LRCs Colibri e Ouro Verde o Isolamento impacta a Sociabilidade



Fonte: Elaboração própria, 2019.

HOMOGENEIDADE E CONFIANÇA

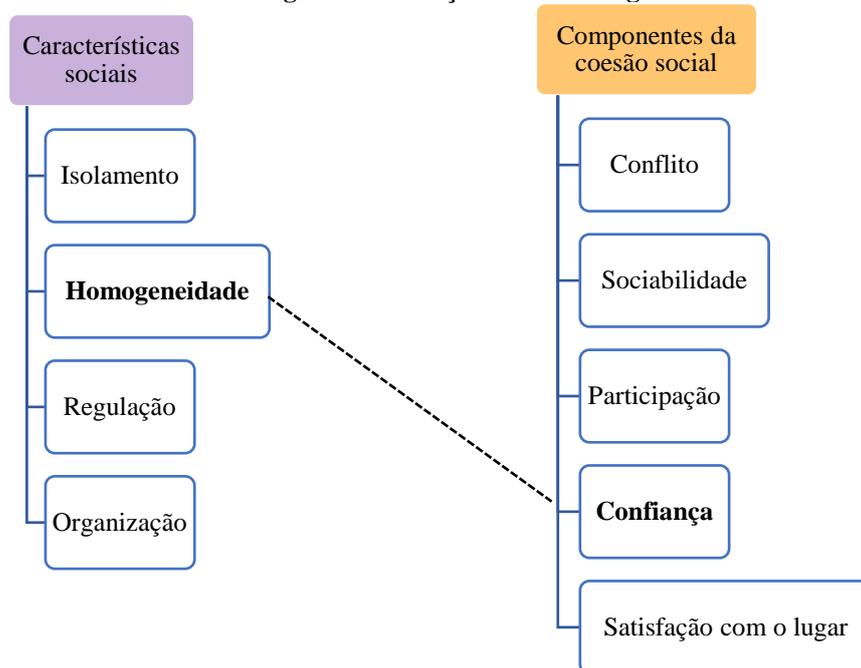
No Residencial Ouro Verde a homogeneidade mostra uma relação com a confiança, parte dos moradores é de família proprietária de estabelecimentos comerciais e de serviço renomados em Arapiraca, aparentemente de uma mesma faixa de renda econômica. Os entrevistados ao identificarem que vizinhos pertencem a essas famílias, entendem que um indivíduo por fazer parte de uma dada família torna-se confiável. Os mesmos participantes afirmam saber que os filhos dos vizinhos estudam na mesma escola que seus filhos e por isso citam que confiam naqueles que moram no LRC.

Ser integrante de uma família dita tradicional da cidade, assim como saber que os filhos estudam na mesma escola do vizinho, não é suficiente para construir laços de confiança. Estes resultam da convivência, por meio de interação e ações frequentes no cotidiano. Mas por meio das respostas das entrevistas, a compreensão alcançada é que os moradores fazem uma

relação entre a condição econômica e posição social, similar e homogênea, com o sentimento de confiança (Figura 91).

No que se refere à parcela dos entrevistados do Residencial Colibri, as respostas mostram que a formação de elos de confiança nas relações com os vizinhos foi possível, pois houve a descoberta de afinidades, interesses comuns, e conseguiram apoio quando necessitaram e não apenas por fazerem parte do mesmo grupo socioeconômico. A confiança entre moradores do Residencial Colibri surgiu de maneira natural, como resultado da convivência próxima.

Figura 91 - Relação entre Homogeneidade e Confiança



Fonte: Elaboração própria, 2019.

REGULAÇÃO E CONFLITO

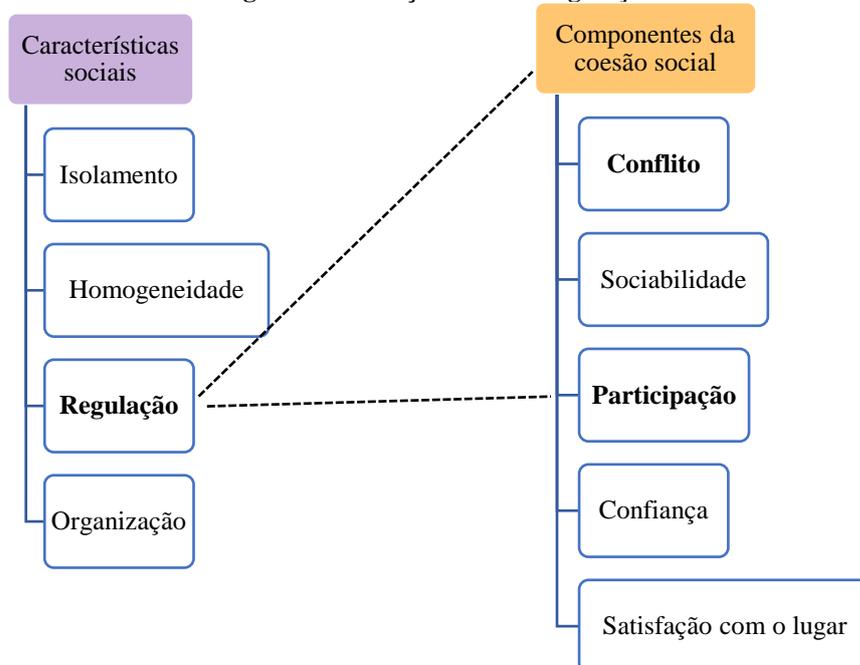
Nos dois LRCs, Colibri e Ouro Verde, com base nas entrevistas os moradores afirmam que conflitos surgem na convivência, devido ao não cumprimento das normas estabelecidas; ainda que existam exigências determinadas em regimento, é comum moradores desobedecerem. Dentre as desobediências: animais soltos, música alta, velocidade dos carros ultrapassa o limite estabelecido nas placas de trânsito. A regulação, quando não cumprida, amplia o nível de conflito, causando desconforto na convivência da comunidade moradora. Para resolver as desavenças não há diálogo entre os vizinhos, aqueles incomodados com alguma situação conflituosa aguardam administração/associação de moradores aplicarem punições conforme regimento interno. Assim afirma-se a relação entre a característica social regulação com o componente da coesão social conflito.

REGULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Sobre a relação entre regulação e participação, os entrevistados não colaboraram para a elaboração das normas e não participam das reuniões de moradores. As normas foram definidas pela administração, no caso do Ouro Verde, e pela associação de moradores, no Colibri. Logo, compreende-se que as regras não surgiram espontaneamente como resposta aos incômodos e inquietações na vida da vizinhança, elas foram propostas nos dois LRCs e aceitas em votação pela maioria dos moradores que estavam presentes em reunião para sua aprovação.

De acordo com Cruz (2010), no momento que normas são propostas e estabelecidas de maneira espontânea pelos moradores de uma comunidade, em favor de um controle social, indivíduos se tornam mais dispostos a obedecer, pois a regulação surgiu de uma necessidade interna, fruto da participação e vivência do grupo. No caso dos LRCs as regras foram impostas, não resultaram de debates entre os moradores, as que foram estabelecidas não tiveram a concordância de todos, tornando comum os conflitos devido à não obediência das exigências por parte daqueles que não aceitaram o proposto. Assim é possível fazer a relação entre a característica regulação e o componente participação (Figura 92).

Figura 92 - Relação entre a Regulação com Conflito e Participação



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Dos 28 entrevistados (residencial Ouro Verde e Colibri) apenas 1 participa da reunião de moradores, os demais não se interessam, pois acreditam que somente problemas são expostos

e não soluções. A reunião é palco de confrontos e os moradores afirmam não querer fazer parte disso, não enxergando que espaço de debates é fundamental para a exposição de ideias diferentes e busca de melhorias para a vida coletiva. Um conflito acontecido no Residencial Colibri foi registrado em matérias jornalísticas veiculadas em páginas da internet (Figura 93). Estes acontecimentos geram o desinteresse em participar das reuniões na comunidade, resultando em menor integração entre moradores, estes se interessam menos pelo coletivo e voltam-se para a vida privada de suas casas.

Figura 93 - Conflito acontecido no Residencial Colibri

jaenoticia.com.br/noticias/2021/11/10/90964-confusao-e-denuncia-de-irregularidades-faz-com-que-eleicao-para-sindico-em-residencial-de-arapiraca-seja-adiada

CONFUSÃO E DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES FAZ COM QUE ELEIÇÃO PARA SÍNDICO EM RESIDENCIAL DE ARAPIRACA SEJA ADIADA

Por Victor Hugo/ Redação
10/11/2021 08:08 - Atualizado em 10/11/2021 08:08

A eleição para escolher o novo síndico do Residencial Colibri, no bairro Massaranduba, em Arapiraca, que ocorreria nessa terça-feira (9) foi adiada após muita confusão e denúncias de irregularidades feitas por alguns moradores.

Segundo informações apuradas pela reportagem, a Polícia Militar foi acionada para dar apoio na situação. Ao chegar no local, os militares perceberam que havia um desentendimento entre moradores e alguns deles relataram que a eleição estava irregular.

Diante dos fatos e do tumulto gerado pela eleição, os policiais orientaram aos moradores que a votação fosse adiada e remarcada para outra data, onde as partes concordaram e o pleito foi adiado.

NOTÍCIAS MAIS LIDAS

ARAPIRACA
VIDEO: Jovem é assassinado a tiro dentro de ônibus em

34° Arapiraca, 10 de Novembro

SETE SEGUNDOS

HOME NOTÍCIAS ESPORTES ENTRETENIMENTO BLOGS

Geral

Eleição para síndico de condomínio em Arapiraca termina em confusão

Moradores do Residencial Colibri decidiram cancelar a eleição

O fato ocorreu no Residencial Colibri, localizado no bairro Planalto onde acontecia a eleição para síndico. Por volta das 9h da manhã, a Polícia Militar foi acionada porque estava havendo confusão no processo eleitoral para eleger o síndico do condomínio.

Quando os policiais chegaram ao local ocorria uma confusão generalizada entre os candidatos ao cargo, cujas partes, afirmavam que houve irregularidades na eleição.

Diante da confusão estabelecida, a Polícia Militar acalmou os ânimos entre os moradores que participavam da eleição e sugeriu que a votação fosse adiada e remarcada para outra data.

JUSTIÇA
Homem é condenado por homicídio qualificado em Japaratinga

MAUS-TRATOS A ANIMAL
Cadelo é resgatado de maus-tratos em cárcere privado em Coruripe

NA AUSTRÁLIA
'Alice no País das Maravilhas' Australiano acha misteriosa lagarta azul

Fontes: adaptado pela autora de fontes diversas¹³ Acesso em 2021

¹³<https://www.jaenoticia.com.br/noticias/2021/11/10/90964-confusao-e-denuncia-de-irregularidades-faz-com-que-eleicao-para-sindico-em-residencial-de-arapiraca-seja-adiada>

ORGANIZAÇÃO E SOCIABILIDADE

A característica organização possui relação com o componente da coesão social nível de sociabilidade. A organização e distribuição de usos é uma maneira de evitar conflitos, é um meio de impedir que estabelecimentos comerciais e de serviços sejam implantados junto às casas e gerem impactos na vizinhança, incômodos e ruídos. A organização dos LRCs separa os usos residencial e de lazer, onde o primeiro ocupa todas as quadras do loteamento e as áreas para recreação se localizam em partes, maior número de áreas no Residencial Ouro Verde comparado ao Residencial Colibri (Figura 94).

Figura 94 - Áreas de lazer nos LRCs Ouro Verde e Colibri





Fonte: Google Earth, 2020. Adaptado pela autora, 2020.

Considerando as visitas para observação as áreas de lazer do Residencial Ouro Verde não apresentavam intensa circulação, permanência e interação entre pessoas. No caso específico do Residencial Colibri as duas áreas de recreação se localizam nos fundos do LRC e no momento da observação não estavam sendo utilizadas. Segundo os moradores entrevistados, eles não utilizam as áreas de lazer, estes afirmam que seus filhos concentram as atividades recreativas na rua onde residem. É possível que ao fragmentar áreas de recreação em mais quadras, proporcionando maior integração entre uso residencial e de lazer, os moradores (crianças, por exemplo) utilizem com maior intensidade, conforme a proximidade de suas casas, gerando pontos de interação social por todo o LRC favorecendo a sociabilidade.

A maneira como os LRCs encontram-se organizados com uma separação marcante entre uso residencial e de lazer e impedindo a presença de estabelecimentos comerciais e de serviços no interior, dificulta a existência de maior sociabilidade entre os moradores. Assim é possível entender a relação entre a organização e a sociabilidade. Uma proposta de mudança para os LRCs é incentivar a diversidade de usos. Esta leva indivíduos a utilizar os espaços para comprar produtos, acessar serviços diversos, aumenta a circulação e pessoas pelas calçadas e vias para o deslocamento de casa para o lugar de interesse. Surgem assim espaços que favorecem a sociabilidade, o encontro e interação entre as pessoas.

Com base no referencial teórico desta pesquisa sabe-se que uma comunidade possui coesão social desde que sua estrutura fisicamente e socialmente estabelecida favoreça a existência de cinco componentes: 1- diálogo para resolver problemas, gerando menor nível de conflito; 2- sociabilidade, interação e convivência próxima; 3- participação em ações e eventos na comunidade; 4- confiança entre os moradores da vizinhança e 5- satisfação com o lugar e com as pessoas que o compartilham.

No momento no qual os cinco componentes são identificados há coesão social, quanto mais os componentes se apresentam fortalecidos, maior é a integração dentro do grupo estudado e quanto menos intensos os componentes aparecem na comunidade, os indivíduos se relacionam com mais restrições na vizinhança. Logo ao analisar os componentes da coesão social na relação face a face entre moradores dos dois LRCs, Colibri e Ouro Verde, é possível afirmar que **não** há coesão social nos LRCs. Esta afirmação é com base no recorte da pesquisa de campo, nos LRCs estudados, os componentes da coesão social (os cinco) não apenas aparecem pouco intensos nas relações de vizinhança, mas identifica-se: I) o desinteresse dos indivíduos em se relacionar com os demais moradores e participar da vida comum no LRC, não demonstram vontade de aproximação e mudança nessa vivência do lugar; II) a decisão de não conviver com seus vizinhos, justificando que estão ocupados ou não querem incomodar.

Após observação e entrevistas, constata-se:

- Não há diálogo entre os moradores para resolver conflitos, a solução de parte dos problemas depende da aplicação de regras e sanções;
- Os adultos entrevistados possuem sociabilidade limitada aos raros momentos nos espaços coletivos, encontros pouco frequentes e pouco intensos com os vizinhos;
- Não participam de reuniões, eventos e encontros entre os moradores, não se verificam iniciativas, propostas e ações para melhorias na comunidade;
- A confiança e a satisfação, da maior parte dos entrevistados, não resultam diretamente da convivência frequente e das redes de apoio entre moradores.

Quadro 34 - Relação entre componentes da coesão social e convivência entre moradores dos LRCS visitados

COMPONENTES DA COESÃO SOCIAL	RES. COLIBRI E RES. OURO VERDE
Conflito	Não há diálogo entre moradores para resolver conflitos. Conflitos são controlados através de normas e punições. Os crimes ocorridos reduziram com aumento de vigilância privada.
Sociabilidade	Pouco compartilhamento de espaços e atividades. Maior contato entre crianças. Os adultos no Res. Colibri possuem maior convivência comparado ao Res. Ouro Verde, devido à aproximação entre os filhos.

Participação na comunidade	Não há participação em atividades, eventos, nas propostas para soluções de problemas. Os moradores não se envolvem na tomada de decisão, não participam das reuniões da administração/associação de moradores.
Confiança	No Ouro Verde confiança está associada com semelhanças no estilo de vida: histórico familiar, trabalho e escola dos filhos. No colibri parte dos moradores confiam nos vizinhos, pois já precisaram de apoio e receberam ajuda.
Satisfação com o lugar	Se dizem satisfeitos com suas moradias e com o LRC, gostam de morar em um loteamento cercado. Não demonstram satisfação com a vida na vizinhança e a vivência dentro do LRC, nas áreas comuns, por exemplo.

Fonte: elaborada pela autora, 2020

RESIDENCIAL OURO VERDE

Pelo demonstrado no quadro acima, principalmente **no Residencial Ouro Verde**, não há coesão social. O fato de os moradores compartilharem as áreas comuns (vias, guarita e áreas de lazer) demonstra que eles usufruem dos espaços, pois estes fazem parte do LRC onde os moradores compraram suas casas e realizam o pagamento mensal para a manutenção e limpeza desses espaços exclusivos. O compartilhamento acontece, mas a convivência e realização de atividades conjuntas entre moradores não se verifica no momento das observações e entrevistas.

Se moradores não convivem com vizinhos que compartilham o mesmo LRC como esperar que convivam com moradores do entorno? Logo constata-se que os moradores do Residencial Ouro Verde não conhecem e não interagem com aqueles que moram no mesmo bairro, nas proximidades dos muros do LRC. Percursos conduzem moradores de casa para o trabalho, estabelecimentos no bairro do centro e citaram idas ao shopping center, não circulam pelas diversas áreas da cidade. É a própria experiência de espaço que está comprometida.

Os conflitos não são solucionados espontaneamente através de diálogo e contato direto entre os envolvidos, a resolução dos atritos entre moradores só é possível por existirem regras em regimento interno e estatuto, que impõe normas que devem ser obedecidas. Caso não haja obediência, aqueles que infringiram as regras devem receber punição, desde advertência até o pagamento de multa.

As normas estabelecidas são tentativas de padronizar atitudes dentro do LRC, que a maioria considera como aceitável. Não há unanimidade sobre as exigências presentes no regimento interno, mas uma concordância pela maior parte dos moradores. Há uma negociação entre aqueles que participam das reuniões, tentam discutir para chegar a um acordo, um consenso sobre o que será permitido ou não nas ações no interior do LRC.

Não é apenas a existência de regimento e estatuto que possibilita o controle de ações indesejáveis para dentro dos muros, o próprio LRC possui mecanismos para restringir ações.

Verifica-se a capacidade do espaço para impor certos comportamentos desejados aos sujeitos: presença de muro, cerca elétrica, guarita com portão, vigilância através de funcionários circulando pelas vias e câmeras registrando ações em tempo real, são alguns exemplos de elementos capazes de impedir entrada e saída de não autorizados e a desobediência às regras.

As regras definidas no LRC somente têm validade para dentro dos muros, os moradores além da obediência das normas internas, ainda devem seguir as exigências estabelecidas para a cidade onde o LRC está situado. O que demonstra que o loteamento cercado não está desconectado da realidade urbana, pois ele é parte de um contexto maior que os limites definidos pelos muros do empreendimento.

RESIDENCIAL COLIBRI

No caso do Residencial Colibri não há coesão social, pois os componentes estão fracamente estabelecidos. Comparado ao residencial Ouro Verde, os moradores estão mais integrados considerando três componentes da coesão social: sociabilidade, participação na comunidade e confiança. Sobre o primeiro componente, a frequência e intensidade de encontros é maior entre crianças e os pais delas; sobre a participação, uma moradora participa da reunião da comunidade para se atualizar sobre as questões internas ao LRC; e no que se refere à confiança, uma parte dos entrevistados afirma confiar naqueles que moram próximo, devido à amizade dos filhos e o apoio que conseguiram quando necessitaram.

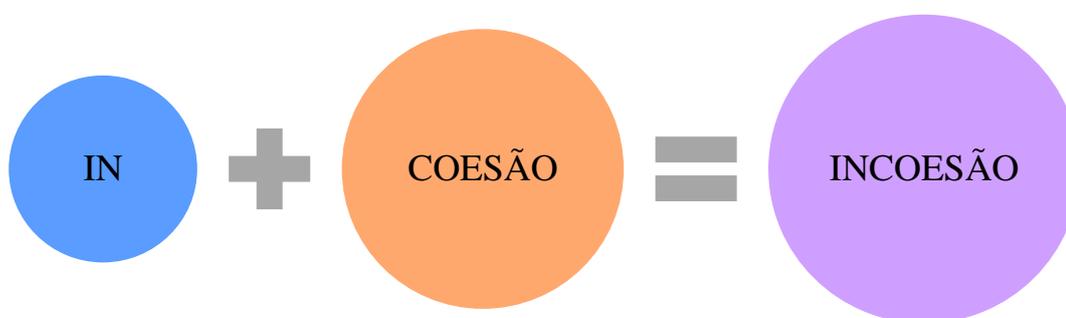
Assim como acontece no LRC Ouro Verde, no Colibri as normas estabelecidas mostram que existe um acordo para a convivência, parte dos moradores concordam com as regras e se comprometem a obedecer para evitar conflitos com os vizinhos. Existe um acordo, mas ele não é unânime e por isso atritos continuam a ser registrados. Existir concordância e consenso em um grupo não significa que ele está socialmente coeso, o consenso pode ser coagido, o indivíduo pode se sentir constrangido ou forçado a concordar. A integração espontânea com normas construídas com base nas necessidades do grupo, surgindo do diálogo dentro da comunidade, é fundamental para a coesão social.

Afirma-se que não há coesão social nos dois LRCs investigados, pois constatou-se que moradores demonstram um desinteresse em dialogar para resolver conflitos e propor solução para problemas; não há vontade de conhecer, frequentar e conviver nas áreas comuns; percebe-se não uma indiferença, mas uma posição clara de não querer participar e se envolver em reuniões para ciência dos acontecimentos dentro do LRC; falta de interesse em realizar eventos e atividades; a convivência não é base principal para definir a confiança; a satisfação não está

atrelada à vivência do lugar e das pessoas. O que existe nos LRCs é a ausência de coesão social e o desinteresse pela vida coletiva.

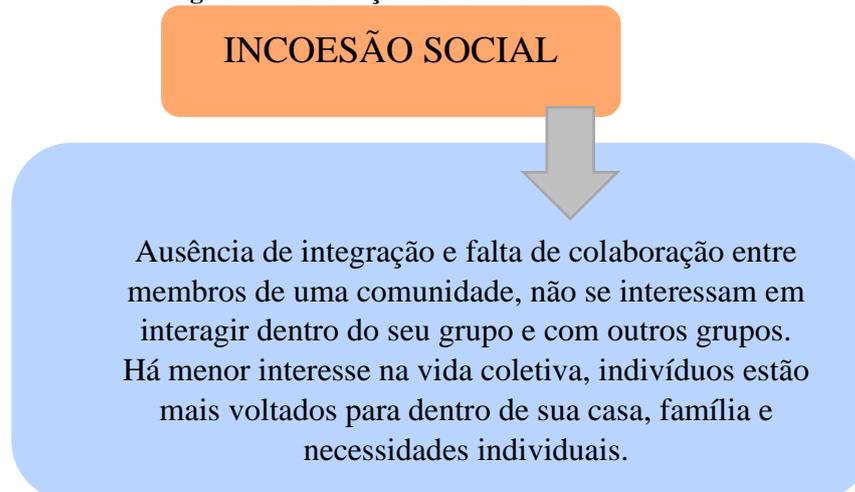
Para gerar um termo com a definição coerente com o que foi percebido na realidade dos LRCs estudados recorre-se a utilização de um prefixo, morfema da língua portuguesa, adicionado na frente do radical para formar uma nova palavra que passa a ter um novo significado. O prefixo in- se mostra o mais adequado, pois refere-se à dois sentidos: 1-negação ou privação de algo e 2-movimento para dentro, utilizando o prefixo forma-se a palavra incoesão (figura 95). Acrescenta-se o termo social para destacar que a incoesão se dá dentro de um grupo, concernente ao relacionamento entre indivíduos.

Figura 95 - Formação da palavra incoesão



Fonte: Elaboração própria, 2021

Sobre o 1-sentido de negação ou privação, os resultados da pesquisa mostram que é frequente a **ausência de integração** e colaboração entre as pessoas, estas não se interessam em interagir dentro do grupo em busca de descobrir afinidades e interesse semelhantes. O prefixo in- também se refere ao 2-movimento para dentro, os moradores dos LRCs se mostram menos preocupados com as necessidades e vivências coletivas da comunidade onde vive, experimentam menos o espaço à sua volta, áreas públicas e comuns, e estão mais voltados para interesses privados, **para dentro de sua casa e sua família**. Assim fica estabelecida a definição de incoesão social (figura 96).

Figura 96 - Definição de incoesão social

Fonte: Elaboração própria, 2021

Há uma incoesão entre os moradores de dentro do LRC e entre eles e aqueles que moram nas proximidades do loteamento. Direcionando o olhar para o LRC e seu entorno, a maneira como a organização e os elementos arquitetônicos estão postos no espaço favorecem uma separação entre indivíduos. Decisões projetuais sozinhas não são suficientes para aproximar pessoas nos espaços coletivos, existem outras questões como ações educativas e culturais nos espaços públicos, manutenção e segurança das áreas comuns das cidades pelo poder público e iniciativa privada, que podem atrair pessoas para utilizarem esses lugares para além dos LRCs onde moram.

Como dito no parágrafo anterior as decisões projetuais não são suficientes, sozinhas, para resolver problemas urbanos e questões sociais profundas, mas a atuação de profissionais da área de arquitetura e urbanismo tem o potencial de mudar a configuração espacial dos projetos de loteamento, ainda que sejam do tipo cercado (modelo que muito provavelmente continuará a ser construído pelo Brasil). Analisando configurações pode-se testar novas possibilidades para o projeto urbanístico e sua execução, para não continuar repetindo os mesmos loteamentos que impõem certos comportamentos por parte dos moradores.

Os comportamentos de moradores de dentro e de fora dos LRCs são influenciados por alguns aspectos resultantes das decisões de projeto, aqui destaca-se dois: a) localização dos LRCs, muitos deles afastados de áreas centrais, estas com diversidade de usos; alguns dos loteamentos cercados não mantêm continuidade de suas vias com o traçado urbano existente, o que dificulta a integração com outras partes da cidade. Também influencia comportamentos b) a presença de elementos arquitetônicos utilizados repetidamente no espaço construído: guarita, muros altos, cercas elétricas, portões, cancelas.

Os dois aspectos impõem restrição de uso das áreas comuns, limita circulação nas vias, impede a visibilidade do entorno; estas questões se tornam parte da construção de uma sociedade com mais medos e com cada vez menos experiência de viver na cidade. Moradores dos LRCs não vivenciam a vizinhança dentro e fora dos muros e não-moradores são impedidos de usufruir das áreas internas. Percebe-se obstáculos aos percursos espontâneos pela cidade, pois as barreiras marcam a delimitação do LRC e separam aqueles que moram dentro e fora dele.

É importante retomar a situação de pandemia e aproximá-la ao conceito de incoesão social. Os momentos de isolamento para evitar a contaminação pelo vírus da covid-19 resultaram na intensificação da incoesão social. Indivíduos que costumavam realizar suas atividades profissionais e de lazer em grupos e fora do ambiente doméstico, tiveram que permanecer mais tempo em suas casas, sozinhos ou em família, para reduzir as chances de exposição ao vírus. Diante disso há redução da integração social e o movimento para dentro de espaços com restrição de pessoas, isto acontece nos diferentes grupos sociais, como os de moradores de loteamentos cercados.

Percebe-se que o contexto em que os LRCs estão inseridos é de difícil integração, o loteamento cercado não se integra com o entorno, indivíduos que nele habitam não interagem com os não-moradores, já existe uma situação que não favorece a integração entre os indivíduos. A percepção é de uma sociedade menos interessada e disposta ao relacionamento próximo, muitos indivíduos buscam loteamentos cercados para se afastar de determinadas áreas da cidade, onde acreditam estarem seguras, selecionando com quais grupos sociais irá conviver e quais espaços de lazer irá usufruir. Ao direcionar a atenção para dentro dos LRCs visitados, o contexto de separação e distanciamento do exterior se mantém no interior.

Enquanto a cidade e a sociedade não sofrerem alterações que favoreçam a aproximação e convivência entre os moradores, os LRCs continuarão sendo construídos e terão em seu interior os mesmos problemas identificados no seu exterior, dentro deles, cada vez menos vivência das áreas comuns o que dificulta frequência e intensidade dos encontros entre pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de questionamentos que podiam surgir sobre a definição de loteamentos e condomínios, um ponto destacado na pesquisa, após o levantamento da legislação brasileira, é o conceito de loteamento residencial cercado (LRC). Esta modalidade de loteamento é resultante do parcelamento do solo, é cercado e possui o controle de acesso, limitando circulação e utilização dos espaços pelos não-moradores. Aqueles que não moram no LRC, mas são identificados ou cadastrados tem acesso permitido, os não-moradores sem a autorização não podem entrar e usufruir das áreas internas do LRC. Adentrando o LRC, dinâmicas acontecem na convivência entre os moradores, ao buscar possíveis relações que podem acontecer dentro da comunidade, desponta nas pesquisas a coesão social. Um ambiente com aspectos favoráveis a vida coletiva possui acúmulo de capital social, onde há uma disposição de cada indivíduo em pensar para além de suas necessidades, vislumbrando suprir carências. Quanto mais capital social mais o ambiente favorece a integração de membros do grupo, a coesão social.

No grupo que possui coesão social os indivíduos enxerguem a importância de pensar no coletivo e não apenas nos interesses individuais. Cada autor consultado que explora a coesão social cita aspectos que estão inseridos no seu conceito, dentre os citados, seleciona-se cinco deles chamados aqui de componentes: 1-diálogo para resolver conflito, destacado por Almeida (2011), 2-sociabilidade, Ferrelli (2016) expõe a importância do componente 3-participação na comunidade, 4-relação de confiança, citado por Moura et al. (2014) e 5-satisfação com o lugar. Loteamentos cercados na cidade de Arapiraca foram selecionados para investigar os cinco componentes da coesão social. A compreensão a que se chegou sobre Arapiraca, é de uma cidade média com posição estratégica no estado, diversidade de estabelecimentos comerciais, institucionais e de lazer e serviços que atrai moradores do entorno, aumentando a quantidade de visitantes e de pessoas que decidem se estabelecer em Arapiraca. Cidadãos arapiraquenses e aqueles que chegam de outros municípios buscam moradias e parte delas se encontra em loteamentos cercados.

Os LRCs identificados nesta tese foram implantados de 2007 até 2016, segundo informações cedidas pelo poder público municipal, essa modalidade de loteamento responde às necessidades e expectativas de um grupo de moradores que se sente atraído pelas amenidades oferecidas no seu interior: valor do lote ou da casa pronta para morar, presença de áreas de recreação, controle de acesso, a vigilância, dentre outros. Em Arapiraca não há legislação específica voltada para o direcionamento da construção de loteamentos residenciais cercados,

em 2017 foi aprovada a lei federal nº 13.465, esta apresenta o termo loteamento de acesso controlado e sua definição, após a data de sua aprovação os loteamentos podem ser regularizados ao cumprir as exigências da legislação. Até 2016 o fato de loteamentos cercados não serem regularizados não impediu a construção dos empreendimentos e a venda de lotes e casas, estes expostos em propagandas. As propagandas criadas para a venda do empreendimento envolvem o indivíduo no discurso de que são espaços tranquilos e seguros. Compreende-se que o termo tranquilo se relaciona com o silêncio e poucas aglomerações de pessoas e veículos dentro do LRC e seguro, pois as normas existentes e a vigilância impedem algumas ações conflituosas e criminosas no espaço. A legislação urbana vigente em Arapiraca não impõe restrições à construção de LRCs, logo os empreendimentos continuam sendo construídos com as mesmas configurações: espaços fechados com controle de acesso e necessidade de autorização para não-moradores utilizarem as áreas comuns.

O impacto que essa configuração e a dinâmica do seu interior causa nos componentes da coesão social é percebida de maneira mais intensa com a aplicação de dois instrumentos metodológicos: observação e entrevista. No que se refere à observação, durante as visitas a frequência de áreas comuns vazias, espaços de recreação sem utilização, mostram que um dos componentes da coesão social, a sociabilidade, a vivência das pessoas com o lugar que escolherem para viver, é pouco intensa, mesmo em dia de final de semana. Os moradores selecionam os LRCs pela oferta de equipamentos de lazer, são influenciados pelas propagandas de tranquilidade e segurança, mas não experienciam o lugar e as pessoas com as quais o compartilha.

O aprendizado alcançado como resultado das observações é que nos LRCs características sociais se mostram marcantes em seu interior: o isolamento, homogeneidade, regulação e organização. Além de isolados dentro do LRC, os moradores parecem isolados em suas próprias casas, não foi observada a circulação para fora dos limites de sua moradia e nem do loteamento para vivenciar as relações de vizinhança. É percebida uma homogeneidade das casas em cada LRC visitado, tanto casas padronizadas quanto as personalizadas seguem um padrão construtivo que as torna semelhantes, o que indica a semelhança do perfil socioeconômico de seus moradores. A compreensão sobre a característica regulação é que por meio de normas tenta-se impor ordem no LRC, ficou claro nas visitas, ao observar placas dispostas pelos LRCs que existem exigências que devem ser obedecidas pelos moradores, visando manter boa convivência e organização do lugar. Placas com limite de velocidade para veículos, informação sobre proibido estacionar, onde depositar lixo e trechos do estatuto exposto, são formas de expor parte das regras impostas para a comunidade moradora, se não

cumpridas irá gerar problemas para o grupo. A organização do LRC com a separação entre área residencial e área de lazer mostra uma separação de usos marcante, há pouca movimentação, circulação e permanência em cada uma das áreas.

A observação deixou claro que alguns moradores dos LRCs não se sentem à vontade com pessoa não-moradora, nunca vista antes, circulando e olhando as áreas comuns. A autora desta tese nas três primeiras visitas em três LRCs (Ouro Verde, Parc Ville e Eldorado), justamente aqueles com público-alvo com condições econômicas mais abastadas, foi observada em trechos do percurso por pessoas de dentro das casas. É muito provável que estavam estranhando uma pessoa nunca vista na vizinhança, caminhando sozinha pelos passeios. Mesmo com a presença de vigilantes, a presença de alguém não conhecida pode despertar receio nos moradores. Após a experiência com a observação, a etapa seguinte foi a entrevista e investigação dos cinco componentes da coesão social.

Os resultados da entrevista possibilitaram aprender sobre a vivência dos indivíduos com o LRC onde moram, por meio da investigação dos componentes da coesão social. Os moradores dos LRCs demonstram em suas respostas que não tentam solucionar problemas na vizinhança, não há um direcionamento para a resolução de conflitos dentro do LRC. Cada morador parece isolado em sua casa e depositam toda a responsabilidade para resolver problemas na administração e associação de moradores.

Quanto maior a sociabilidade, frequência e intensidade dos encontros, maior os indivíduos podem se conhecer e reconhecem afinidades, no LRC chama a atenção como nas respostas os moradores destacam o quão raros são os encontros e os momentos de interação entre eles e vizinhos. Quando alguns entrevistados citam não ter tempo para a convivência com os vizinhos, pois estão sempre muito ocupados, fica claro como parte dos moradores se encontra voltado para sua vida privada, isolado em sua casa, e pouco interessado em interagir na vizinhança. O nível de sociabilidade baixo se reflete no componente da coesão social intitulado participação na comunidade. A participação seja em reuniões para ciência dos acontecimentos no LRC, em eventos festivos ou em grupos para atividades de lazer, não é citada pela quase totalidade dos entrevistados. O que demonstra que essa parte da vida em comunidade não parece importar para os participantes da entrevista.

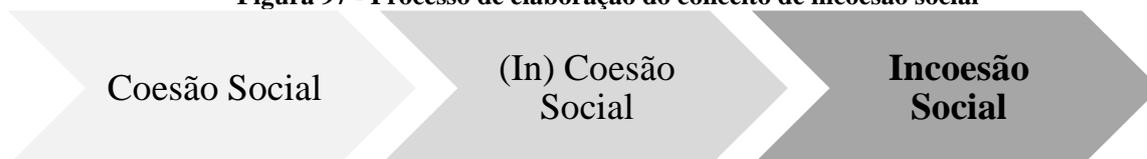
As relações de confiança não foram percebidas ao ouvir as repostas dos moradores durante a entrevista, eles se mostram pouco integrados na vizinhança. Como os indivíduos não convivem com frequência com os vizinhos, identificando afinidades e compartilhando vivências, há obstáculos à formação dos laços de confiança. Para confiar nas palavras e ações do outro é fundamental ter a formação de vínculos mais intensos, pelas respostas, os

entrevistados que conseguiram afirmar confiar nos vizinhos são aqueles que convivem graças à amizade dos filhos e formaram rede de apoio. Com base nas respostas relacionadas aos quatro primeiros componentes da coesão social (diálogo para resolver conflito, sociabilidade, participação na comunidade, relação de confiança), fica compreensível a percepção dos indivíduos sobre a satisfação com o lugar. Este componente refere-se ao contentamento resultante do conjunto de pontos positivos que o morador reconhece durante sua vivência no lugar onde mora. A satisfação dos entrevistados se limita à sua casa e ao fato de morar em um condomínio, não é proporcionada pela experiência do espaço e convivência com os vizinhos.

A hipótese de existir coesão social, com seus cinco componentes, na comunidade moradora de LRCs estava presente desde o começo da pesquisa e ficou registrada no título de um dos artigos, publicado em dezembro de 2018, *Coesão social e Eficácia Coletiva: Reflexões sobre Loteamento Fechado* (BARROS; LIMA, 2018). O aprofundamento das leituras somado às primeiras visitas aos LRCs localizados em Arapiraca resultaram em questionamentos sobre a existência da coesão social, o que resultou em um artigo publicado em dezembro de 2019, este apresenta um título impreciso e hesitante na afirmação sobre coesão, com a utilização de prefixo entre parênteses antes do conceito, (In) Coesão Social: um Estudo sobre os Loteamentos de Acesso Controlado (BARROS; LIMA; PEDROSA JÚNIOR, 2019).

A análise dos resultados dos procedimentos metodológicos direcionou para a afirmação de que nos LRC arapiraquenses não se identifica a coesão social, conforme definição encontrada no referencial teórico. É percebida outra dinâmica entre os moradores conceituada como incoesão social, prefixo in está unido à palavra coesão e compõe o título final da tese.

Figura 97 - Processo de elaboração do conceito de incoesão social



Fonte: elaboração própria, 2021

O objetivo geral é verificar a existência de coesão social entre moradores de loteamentos residenciais cercados (LRC), em Arapiraca, Alagoas, caso não exista, identificar que tipo de dinâmica se estabelece nas áreas comuns dentro desses espaços. Sobre a primeira parte do objetivo geral, com base nos resultados da observação, características sociais e categorias de análise, e da entrevista, não há indicativos da existência de coesão social. Para haver é necessário um engajamento e vontade de experienciar o lugar e as pessoas. Constata-se a incoesão social, o desinteresse dos moradores em relacionar-se com a vizinhança, propor melhorias e participar de ações coletivas, resultando na falta de coesão na comunidade e um isolamento dos moradores para dentro de suas casas, estas já isoladas em LRCs.

É fundamental que as pessoas estejam interessadas em viver suas vidas junto à comunidade, organizando eventos comemorativos, esportivos, culturais e participando sempre que realizados. Cabe aos grupos da sociedade civil, profissionais (da saúde, educação e cultura, por exemplo), poder público criar e materializar ações que integrem as pessoas em atividades coletivas com contato físico no espaço público dentro dos LRCs (e fora). Se os contatos exigirem cuidados e restrições que sejam tomadas as medidas para o cuidado com a saúde do participante, mas que não sejam abandonados os momentos de vida em comunidade. No que se refere à segunda parte do objetivo geral, o espaço dos loteamentos cercados não favorece relações socialmente coesas para dentro dos muros, identificam-se alguns aspectos que dificultam tais relações. Um aspecto considerado é a ausência de pontos de encontro entre moradores, estabelecimentos comerciais (exemplo: padaria), institucionais (exemplo: escola) e de serviços (exemplo: salão de beleza) localizados nas quadras, estas são predominantemente residenciais. As áreas residenciais e de lazer não são suficientes para impulsionar a intensidade e frequência dos encontros entre os moradores.

As regras estabelecidas para estatutos e regimentos foram elaboradas pela administração ou associação de moradores, não houve participação dos moradores entrevistados, logo moradores que não concordaram com determinada regra e não a cumprem, despertam atritos com vizinhos que obedecem. São muitas normas impostas, nos lugares com alta exigência para estar em conformidade com regras, os desvios e diferenças são pouco tolerados e os conflitos podem gerar distanciamento entre as pessoas. O espaço dos LRCs também não favorece relações socialmente coesas entre aqueles que moram para dentro com os que vivem para fora de seus muros. Os limites estabelecidos pelos empreendimentos residenciais fechados, as barreiras físicas, a vigilância, impedem que áreas comuns sejam acessadas e utilizadas, praças e vias de circulação são as que possuem mais obstáculos para o usufruto da parcela da população não moradora do LRC, cujo acesso é controlado e somente liberado com autorização interna.

Os LRCs repetem dentro dos muros problemas que já são vividos nas outras partes da cidade, a experiência do espaço público está comprometida, seja porque não recebe manutenções e está em estado de degradação, pode ser por medo de atos violentos, preferência na utilização de áreas privadas, valorização de atividades em meios virtuais conectados à internet. Seja qual for o motivo principal, ele causa prejuízo à vida humana, gerando a incoesão social, os indivíduos demonstram desinteresse com o coletivo e encontra-se voltado para um mundo mais individual, mesmo habitando com outras pessoas na cidade. A vida com a experiência recente da pandemia de covid-19 ampliou ainda mais a vivência dos espaços

privados e reduziu os contatos presenciais em grupos. Refletir sobre acontecimentos da pandemia e aspectos da coesão social aconteceu naturalmente durante a elaboração da tese. Diante das dificuldades de ir à campo aprofundar a realidade pandêmica e das restrições de tempo e recursos financeiros, a relação entre pandemia e coesão social teve com base notícias divulgadas na mídia virtual.

Notícias explicitaram problemas no período de isolamento social, um deles foi a restrição do uso das áreas comuns, foi resultado da preocupação com a disseminação do vírus, quanto menos aglomeração, menor a chance de contaminação. Segundo problema foi o aumento de ruído, diante da maior permanência das pessoas em suas casas (sozinhas ou em grupos reduzidos) aumentaram os ruídos de reformas, atividades das crianças, música. O terceiro problema foi o crescimento da violência doméstica, o tempo de vítimas com agressores aumentou e com isso mais exposição aos atos violentos. Os três problemas identificados nas notícias sobre acontecimentos da pandemia indicam um potencial de enfraquecer a coesão social entre indivíduos. A restrição do uso das áreas comuns, isolamento maior no espaço privado residencial, reduz a sociabilidade, os encontros e interações nas áreas coletivas; impossibilita participação na comunidade. Aumenta o nível de desconfiança, moradores desconfiam de seus vizinhos, diante da possibilidade de algum deles está infectado. Momentos conflituosos acontecem com maior frequência, devido ao barulho durante a maior permanência de pessoas em casa, desperta-se a insatisfação com o lugar de morar.

É possível que os acontecimentos relacionados à pandemia tenham mantido ou ampliado em parte dos indivíduos o desinteresse (que já existia) na vivência de espaços coletivos e no encontro com grupos sociais. Não apenas nos loteamentos residenciais cercados, mas em outros lugares, como os edifícios residenciais verticais. As atividades profissionais, de lazer e comerciais encontraram na modalidade online um ambiente favorável, pesquisar sobre os impactos da vida online à coesão social dentro de um grupo se mostra como um caminho para estudos futuros após a tese. O mundo continuará com mudanças na maneira como as pessoas se relacionam presencialmente e à distância, é importante que o encontro face a face nas diferentes partes da cidade continue acontecendo e resulte em relações saudáveis de compartilhamento do espaço urbano. A existência de lugares na cidade onde a sociabilidade, participação, confiança, diálogo para resolver conflitos e satisfação com o lugar sejam diariamente estimulados é essencial para que os indivíduos estejam socialmente coesos e possam viver momentos de reunião e mobilização para realizar melhorias com base nas necessidades coletivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jorge Fonseca de. Capital Social, desenvolvimento económico e coesão social: reduzir os deficits trigémeos. In: IV CONGRESSO DA ORDEM DOS ECONOMISTAS, 4, 2011, Miraflores. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234035875_Capital_Social_e_Coesao_Social. Acesso em: 13 de abril de 2021

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES Marcos Thadeu;

ARAPIRACA. Lei n. 2.220, 31 de dezembro de 2001. Institui o código de obras e edificações no município de Arapiraca e dá outras providências. Disponível em: http://web.arapiraca.al.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/lei22202001instituiocodigodeobraseedificaesnomunicipiodearapiraca_1.pdf. Acesso em 10 de abril de 2018.

ARAPIRACA. Lei n. 2.424, 23 de janeiro de 2006. Institui o plano diretor participativo do município de Arapiraca. Disponível em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/LEI24242006PLANODIRETORMUNICIPALDEARAPIRACA.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2018.

ARAPIRACA. Lei n. 2.770, 19 de outubro de 2011. Dispõe sobre parcelamento de solo urbano no município de Arapiraca, amplia o perímetro urbano e dá outras providências. Disponível em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/LEI27702011PARCELAMENTODESOLOURBANONOMUNICIPALDEARAPICAAMPLIAOPERIMETROURBANO.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2018.

ARAPIRACA. Lei nº 3.123, de 13 de outubro de 2015. **Acrescenta Dispositivos À Lei Nº2.770 de 13 de outubro de 2011, Que Dispõe Sobre Parcelamento de Solo Urbano no Município de Arapiraca e Dá Outras Providências.** Arapiraca, AL, 13 out. 2011. Disponível em: <https://arapiraca.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/02/3123.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2018.

ARAPIRACA. Lei nº 3.238, de 2016. **Dispõe Sobre A Delimitação dos Perímetros das Ilhas Urbanas Isoladas Que Menciona, Definindo-As e Adota Providências Correlatas.** Arapiraca, AL, 30 dez. 2016. Disponível em: <https://arapiraca.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/02/3238.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ARAPIRACA. **Lei Orgânica do Município de Arapiraca.** Promulgada em 06 de abril de 1990. Disponível em: <<https://www.arapiraca.al.leg.br/leis/lei-organica-municipal> > Acesso em: abril de 2018.

BARROS, Alice de Almeida; LIMA, Suzann F. Cordeiro de. Coesão social e Eficácia Coletiva: Reflexões sobre Loteamento Fechado. Revista Projetar, Natal, v. 3, n.3, p. 137-149, dez.2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16542/10990> Acesso em jan. 2019

BARROS, Alice de Almeida; LIMA, Suzann F. Cordeiro de. COESÃO x SEGREGAÇÃO Os impactos do loteamento de acesso controlado no convívio urbano. In: XVIII ENANPUR, Natal. Anais... Natal: 2019, p. 1-15. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=278> Acesso em abril de 2019

BARROS, Alice de Almeida; LIMA, Suzann F. Cordeiro de; PEDROSA JÚNIOR, José Luiz C. (In) Coesão Social: um Estudo sobre os Loteamentos de Acesso Controlado. **Revista Projetar**, Natal, v. 4, n.3, p. 86-99, dez.2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/18774/12306> Acesso em jan. 2019

BATTAUS, Danila M. de Alencar; OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova**. 2016, n.97, pp.81-106.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BOURDIEU, Pierre. **The Forms of Capital First published**: The forms of capital. In J. Richardson (Ed.) Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education (New York, Greenwood), 1986, 241-258.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Estatuto da cidade. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 que estabelece diretrizes gerais de política urbana. - 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

BRASIL. Lei n. 13.465, 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nos 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar no 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei no 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em 10 de abril de 2018.

BRASIL. Lei n. 4.591, 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4591.htm. Acesso em 10 de abril de 2018.

BRASIL. Lei n. 6.766, 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6766.htm. Acesso em 10 de abril de 2018.

BRASIL. Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19785.htm Acesso em: 13 de abril de 2021.

BRASIL. Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe Sobre O Loteamento Urbano, Responsabilidade do Loteador, Concessão de Uso e Espaço Aéreo e Dá Outras Providências. Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0271.htm. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe Sobre O Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos Previsto no Art. 175 da Constituição Federal, e Dá Outras Providências. Brasília, DF, 13 fev. 1995. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987compilada.htm. Acesso em: 5 ago. 2018.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 109, n. 1, p. 126-150, mar. 2012. Trimestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/i/2017.n129/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CARVALHO, Sheryda Lila de Souza. **Autossegregação Urbana em Imperatriz/MA: um estudo a partir dos condomínios horizontais do bairro Santa Inês**. 2016. Porto Nacional – TO. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Tocantins.

CASTEJÓN, Fábio S; MAIA NETO, Francisco. A Legalidade dos Loteamentos Fechados À Luz do Direito Positivo. In: **Conferência Internacional da Sociedade latino americana de estudos imobiliários – LARES**, 10., Centro de Convenções, 2010, São Paulo. Anais...São Paulo: 2010, p.1-27.

COLEMAN, James. **Foundations of social theory**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990. 993 p.

CORREA, Roberto L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CRUZ, Wilson Jose Antônio da. **Os entraves para o surgimento da eficácia coletiva: um estudo de casos em um aglomerado de Belo Horizonte**. 2010. Belo Horizonte. MG. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais.

D`ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2003.

DURKHEIM, F. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FARIA, Geraldo Majela G. **O Eixo Público-Privado da Sociabilidade**. In: Vozes Públicas – Vias Públicas: Crítica da esfera pública no Brasil (figuras, configurações, espacialidades). 2001. Tese de Doutorado Université de Paris I, Pantheon-Sorbone/ IEDES – Institut d' Étude du Developpement Economique et Social. Nogent-Sur – Marne (França).

FAVARÃO, Cesar Bruno. **Agenda Urbana e o Brasil**: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: Ipea, 2018.

FERREIRA, Adryelle de Oliveira B. Covid-19: o condômino positivado tem obrigação de informar ao condomínio? Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/84647/covid-19-o-condomino-positivado-tem-obrigacao-de-informar-ao-condominio> Acesso em: 02 dezembro de 2021

FERRELLI, Rita. Coesão social como base para políticas públicas voltadas para a igualdade em saúde: reflexões desde o Programa EUROsociAL. **Revista Panamericana de Salud Pública**, p.272–277, 2016.

FRATTARI, Najla Franco. **Insegurança**: s práticas e discursos do medo na cidade de goiânia. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/789/o/Najla_Franco_Frattari.pdf. Acesso em: 01 ago. 2020.

FREITAS, Eleusina. L. H. de. **Loteamentos Fechados**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Habitat). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

HEYNEN, Hilde. Space as Receptor, Instrument or Stage: Notes on the

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População de Arapiraca censo de 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/panorama>> Acesso em janeiro de 2020.

Interaction Between Spatial and Social Constellations, **International Planning Studies**, 18:3-4, 342-357, 2013, DOI: 10.1080/13563475.2013.833729 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13563475.2013.833729> Acesso em: janeiro de 2019

LEIS, Luciana Pereira; CAVALCANTE, Carolina Miranda. CAPITAL SOCIAL E SUAS DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 26, n. 1, p. 56-73, dez. 2019. Semestral. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1879/1470>. Acesso em: 13 março 2020

LEITE, Cristina Maria Costa. **O Lugar e a Construção da Identidade:** os significados construídos por professores de geografia do ensino fundamental. 2012. 239 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11250/1/2012_CristinaMariaCostaLeite.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

LIMA, Ludmila M. Cooperação, o que vem a ser? **Hegemonia** (Brasília), v. 1, p. 2, 2006.

LIMA, Suzann. F. Cordeiro de. **De perto e de dentro:** a relação entre o indivíduo encarcerado e o espaço arquitetônico penitenciário a partir de lentes de aproximação. 1.ed. Maceió: EDUFAL, 2009. 267p

MARTINS, Carla Maria Correia. **A AUTOSSEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA:** o caso de espaços residenciais fechados na cidade de arapiraca-al. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura, Universidade Estadual Alagoas, Arapiraca, 2021.

MODESTO, Maria da Glória S. Condomínios Horizontais e Loteamentos Fechados: Dinâmica de “Privatização” do Tecido Urbano. 2010. 155f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

MOTTA, Eduardo Marchetti. Fragmentação socioespacial: reflexões a partir de condomínios fechados e shopping centers em Belo Horizonte. In: **XVII ENANPUR**, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAUUSP, 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: 2017, p.1-15.

MOURA, Adriano *et al.* Coesão social e Educação Superior. In: TEODORO, António; BELTRÁN, José (org.). **Sumando voces:** ensayos sobre educación superior en términos de igualdad e inclusión social. Buenos Aires: Miño y Davila, 2014. p. 167.
NEAC – Núcleo de estatística e análise criminal da secretaria de segurança pública do estado de alagoas. **Boletim Anual da Estatística Criminal**, Ano 2018. 2019. Disponível em: <http://seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/217_arquivos.pdf>. Acesso em: 30/10/2019.

NEGRI, Sílvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**. Mato Grosso. V.8, n.8, p. 129-153, 2008.

OLIVEIRA, K; CAMPOS, F; TAVARES, G; FERREIRA, R. Cidades Médias e Sustentabilidade Ambiental: Caracterização e Atuação Regional. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 8(1), p.184-212, 2018. Disponível em: <https://halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/303/322> Acesso em 10 de abril de 2020.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Tradução: Francisco Leitão. Brasília: UNB, 2014.

PEREIRA, Ana Clara de Souza. **Conselheiro Lafaiete, MG:** cidade média em consolidação um estudo sobre o espaço intraurbano no período 1970-2018. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em:

<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/24889/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 13 abril 2021.

POL URRUTIA, E. Forma Urbana, identidad y cohesión social. **XVI Congreso de Estudios Vascos: Garapen Iraunkorra-IT.**– Donostia: Eusko Ikaskuntza, p. 16-23, 2006.

PREFEITURA DE ARAPIRACA. Ofício nº1436 de 26 de fevereiro de 2018. Informações sobre empreendimentos residenciais fechados. Arapiraca, 2018.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 260 p.

PUTNAM, Robert. **Making democracy work.** Civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RAMALHÃO, Luciana Chrystina. **Os Condomínios Fechados E Sua Configuração No Espaço Urbano:** o caso de divinópolis, MG.. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

SAMPSON, Robert; RAUDENBUSH, Stephen W; EARLS, Felton. Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. **Science.** Vol. 277. Chicago, August, p. 918-924, 1997.

SANTOS, Everton Rodrigo; BAQUERO, Marcello. Capital social e políticas públicas na região metropolitana de Porto Alegre: comparando novo hamburgo e estância velha. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 431-461, ago. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762015000200431&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 abr. 2020.

SILVA, Carolina Pescatori Candido da. Alphaville e a (des)construção da cidade no Brasil. 2016. xxvii, 491 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31571> Acesso em: 13 abril de 2021

SILVA, Leonardo F. de Castro. **O desejo pela habitação intramuros e a influência da publicidade na transformação do conceito de morar em alagoas.** 2019. Tese (Doutorado em Cidades). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SILVA, Renan D. A. **La contribución de la planificación urbana e la dinámica de las ciudades al desarrollo local a traves de la formación de capital social:** un estudio de caso en Maceió/AL (Brasil). 2010. Castellón de la Plana. Instituto Universitario de Desarrollo Local.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.;

SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009. cap. 02, p. 31-42. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 01 abr. 2020.

SOARES FILHO, Adelsom; MANVAILER, Elinalva Silva de Lira; FARINHA, Maycon Jorge Ulisses Saraiva; BERNARDO, Luciana Virginia Mario. Análise Espacial Aplicada aos Condomínios Fechados Horizontais no Município de Dourados – MS. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 9, n. 9, p. 1-16, 18 ago. 2020. Semestral. [Http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7099](http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7099).

SOUZA, Laura de Mello e. (org) História da Vida Privada: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 288 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Cidades médias**. Espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TRINDADE, Thiago A. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, 87: 139-165, 2012.

TURCHI, Gian Piero; ROMANELLI, Michele. A mediação dialógica como instrumento para promover a saúde e coesão sociais: resultados e direções. **Comunicação e Sociedade**, Braga, p. 119-129, jun. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/csoc/vspe2019/vspe2019a05.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

VALERA, S. Espacio privado, espacio público: dialécticas urbanas y construcción de significados. **Tres al cuarto**, n.6, p.22-24, 1999.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da Eficácia Coletiva e Violência: O paradoxo do subúrbio Carioca. **Novos Estudos CEBRAP**. N. 84. São Paulo: Julho, p. 175-196, 2009.

APÊNDICE A – Perguntas feitas para os participantes na entrevista

ENTREVISTA

Nome

completo: _____

Local de moradia: _____

Faixa de renda familiar mensal:

- 1 – 3 salários-mínimos= aprox. até R\$3.000,00
- 3 – 6 salários-mínimos= de R\$3.010, 00 até aprox. R\$6.000,00
- 6 – 9 salários-mínimos= de R\$6.010,00 até aprox. R\$9.000,00
- Acima de 9 salários-mínimos = acima de R\$9.010,00

- 1-Há quanto tempo você mora aqui?
- 2-Onde você morava antes de vir para este residencial? (bairro e cidade)
- 3-Por qual (quais) motivo(s) você decidiu morar em um LAC?
- 4-Quais vantagens e desvantagens de morar aqui?
- 5-O residencial sempre foi fechado com muros e guarita?
- 7-Você soube ou vivenciou conflitos (discussão)/crimes (roubo) dentro do LAC?
- 8-O que é feito para evitar conflitos/crimes? Existem normas? São Obedecidas?
- 9-Você fez parte da elaboração das normas?
- 10-Você concorda com as normas aqui estabelecidas? Se discorda, por qual motivo?
- 11-Você sente medo de caminhar dentro do LAC? Se sim, qual espaço mais inseguro para ficar?
- 12-Você utiliza os espaços comuns (área de lazer, quadra, piscina)? Qual o mais utilizado por você?
- 13-Você realiza/participa alguma atividade no residencial (eventos, atividade física)? Com que frequência?
- 14-Você conhece seus vizinhos? Quantos?
- 15-Você frequenta a casa dos seus vizinhos? Seu(s) vizinho(s) frequenta(m) sua casa?
- 16-Você conhece moradores do entorno do condomínio?
- 17-Você participa da reunião de condomínio/associação de moradores? Por quê?
- 18-Os moradores se unem/uniram para conseguir algum benefício? Quais benefícios (reformas)?
- 19-Você confia nas pessoas que moram aqui?
- 20-Se você precisar de ajuda, emergência, pode contar com algum vizinho?
- 21-Você costuma fazer favor para algum vizinho? Cite exemplo.
- 22-Seu vizinho costuma te fazer favor? Cite exemplo.
- 23-Você gosta de viver aqui?
- 24-Pretende continuar morando aqui?
- 25-É o lugar que você sempre sonhou?

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Este termo é necessário para o desenvolvimento da tese de Alice de Almeida Barros, aluna de Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa Loteamento de Acesso Controlado: Configuração Espacial e seu Impacto na Coesão Social, da pesquisadora Alice de Almeida Barros. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação:

1. O estudo se destina a compreender a influência da configuração espacial nas relações de vizinhança vividas entre moradores de loteamentos de acesso controlado (LAC) da cidade de Arapiraca-AL.
2. A importância deste estudo é a de identificar de que maneira os projetos urbanísticos de LACs favorecem e/ou dificultam relações de coesão social entre indivíduos.
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: definição do conceito de coesão social baseado em diversos referenciais teóricos; compreensão do que é o loteamento de acesso controlado que difere do loteamento de fato e do condomínio fechado; informação sobre os impactos que a moradia intramuros causam no convívio entre pessoas no espaço urbano; identificação de elementos que compõe a configuração espacial dos LACs que facilitam/dificultam o contato social.
4. A coleta de dados começará em maio de 2019 e acredita-se que terminará em agosto de 2019.
5. O estudo será feito da seguinte maneira:
Etapa 1 observação – a pesquisadora, Alice de Almeida Barros, irá observar cada um dos sete LACs escolhidos e autorizados para a pesquisa e elaborar um relatório focando nos seguintes aspectos a) a organização dos espaços dentro do LAC, as residências, ruas, áreas de uso comum (lazer, administração, etc.); b) a intensidade do uso das áreas comuns, são muito utilizadas? Ficam vazias? Quem mais frequenta? Crianças? Idosos?
Etapa 2 entrevista – a pesquisadora, Alice de Almeida Barros, irá realizar perguntas, para cada morador que concordou em participar da pesquisa, sobre a vida dentro do LAC: o motivo de morar, vantagens e desvantagens, relações de vizinhança com outros moradores, dentre outras perguntas.
6. A sua participação será na seguinte etapa: etapa 2 entrevista
7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: na entrevista pode constar perguntas que você não queira responder; a duração da entrevista pode ser maior que o esperado; você pode não se sentir à vontade para receber a pesquisadora dentro de sua casa.
8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: ajudar a pesquisadora a ter uma compreensão mais profunda das relações de vizinhança existentes no lugar onde você mora; auxiliar no conhecimento sobre como o projeto urbanístico do loteamento pode ser melhorado do ponto de vista de quem mora no lugar e ajudando a solucionar problemas em projeto futuros para novos moradores.
9. Você será informado(a) do resultado da pesquisa e, sempre que desejar, serão fornecidos

esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

10. A qualquer momento, você poderá se recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

11. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão sua identificação, exceto para a pesquisadora.

12. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.

13. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa, se comprovado o dano efetivo.

14. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu,
tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa:

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, campus Maceió

Endereço: AV LOURIVAL MELO MOTA, SEM NÚMERO

Complemento: TABULEIRO DO MARTINS

Cidade/CEP: MACEIÓ/57072-900

Telefone: 82 32141100

PPGAU – Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)

Contato de urgência: ALICE DE ALMEIDA BARROS

Endereço: RUA SANTA RITA Nº 16

Complemento: BRASILIA

Cidade/CEP:ARAPIRACA/57313-000

Telefone: 82 988175532

Ponto de referência: próximo avenida ceci cunha

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Arapiraca, ____ de _____ de _____.

Nome Completo do participante: _____

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Alice de Almeida Barros (Rubricar as demais páginas)

ANEXO B – Parecer de aprovação do comitê de ética em pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Pesquisador: ALICE DE ALMEIDA BARROS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 15228719.6.0000.5013

Instituição Proponente: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.426.278

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 29 de Junho de 2019

Assinado por:

**Luciana Santana
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 57.072-900

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com